



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 32**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 14 de julho de 2021**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputados Marco Costa e José Gabriel Eduardo*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10h06.*

Feita a chamada, deu-se início ao período de Tratamento de Assuntos Políticos, para a emissão de votos e declarações políticas, tendo sido os tempos previamente definidos pela Conferência de Líderes.

Assim, foi apresentado pelo Deputado Rui Anjos (*PS*) um [Voto de Congratulação a Pedro Câmara “pela conquista do título de campeão nacional na modalidade downhill e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada pela conquista de 13 títulos de campeões nacionais”](#). Sobre este Voto interveio também o Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*).

O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi presente outro [Voto de Congratulação, desta feita à UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense, pelos seus 75 anos de existência](#), tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

Intervieram sobre o mesmo os Srs. Deputados Luis Soares (*PSD*) que o apresentou e Berto Messias (*PS*).

Mais um [Voto de Congratulação foi presente, agora pelo Dia Internacional do Serviço Público](#), tendo sido o mesmo aprovado por maioria. Usou da palavra, para o apresentar, a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), e no debate que se seguiu, os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*), Ana Luis (*PS*) e Carlos Furtado (*Dep. Ind.*).

O Voto em apreço foi aprovado por maioria.

Seguiu-se mais um [Voto, agora de Saudação ao “audaz ultramaratonista, Arsénio Santos, e à Associação Desportiva Azores Great Islands Run, e a importância do seu papel de divulgador regional do desporto, hábitos de vida saudável e respeito pelo meio ambiente”](#), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Intervieram as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Célia Pereira (*PS*), que o apresentou, Nuno Barata (*IL*), e Joaquim Machado (*PSD*).

Passando para as [declarações políticas](#), e na sequência da intervenção proferida de tribuna pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria, intervieram no debate os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Também para uma [declaração política](#) usou da palavra o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), tendo a mesma despoletado as intervenções dos Srs. Deputados José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), António Lima (*BE*) e também o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Entrando na ordem do dia, foi presente o **ponto 5** - [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII - “Regime de concessão de bolsa de estudos](#)

[para a frequência de mestrado na área da formação de professores](#)”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM.

Sobre este Projeto de DLR, intervieram os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Rodolfo Franca (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS/PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

Para declarações de voto, fizeram uso da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Em votação final global o diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **ponto 6** da ordem de trabalhos - [Proposta de Resolução n.º 19/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019”](#)”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores, foi o mesmo aprovado por maioria.

Usaram da palavra, os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

José Ávila (*PS*) que procedeu à sua apresentação, seguindo-se António Vasco Viveiros (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Sérgio Ávila (*PS*), Rui Martins (*CDS/PP*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

*Os trabalhos terminaram às 19h57.*

**Presidente:** Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

**Secretário:** Bom dia a todos.

*(procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Marta Ávila de Matos**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Alberto Pacheco da Ponte**  
**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**  
**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**  
**Bruno Filipe de Freitas Belo**  
**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**  
**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**  
**Délia Maria Melo**  
**Elisa Lima Sousa**  
**Flávio da Silva Soares**  
**Jaime Luis Melo Vieira**  
**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**  
**José Joaquim Vieira Machado**  
**Luís Carlos Correia Garcia**  
**Luís Carlos Cota Soares**  
**Marco José Freitas da Costa**  
**Paulo Duarte Gomes**  
**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**  
**Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral**  
**Rui Miguel Mendes Espínola**  
**Sabrina Marília Coutinho Furtado**  
**Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

*CHEGA (CH)*

**Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Alexandra** Patrícia Soares **Manes**

**António** Manuel Raposo **Lima**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Gustavo** Valadão **Alves**

***Iniciativa Liberal (IL)***

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

***Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)***

**Pedro** Miguel Vicente **Neves**

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã está reservada ao período de Tratamento de Assuntos Políticos, para a emissão de votos e declarações políticas.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã são os seguintes:

O Governo dispõe de 20 minutos; o Partido Socialista de 48 minutos; o PSD de 40 minutos; o CDS de 16 minutos; o Chega, Bloco de Esquerda e o PPM dispõem cada de 12 minutos; as Representações Parlamentares da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem cada de 10 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro Voto é de Congratulação, apresentado pelo Partido Socialista a Pedro Câmara e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Pedro Câmara pela conquista do título de campeão nacional na modalidade Downhill e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada pela conquista de 13 títulos de campeões nacionais.

O Pedro é um jovem de 14 anos que cedo desenvolveu e fez notar a sua aptidão no desporto sobre rodas.

Muito novo iniciou o seu percurso desportivo no motocross, mas sempre revelou uma paixão pelas bicicletas. Aos 12 anos, decidiu trocar as motas pelo seu maior sonho e, como a participação nesta modalidade só é permitida aos 14 anos, manteve durante 2 anos o foco no treino, realçando a sua dedicação e persistência.

Com os 14 anos feitos, teve a sua primeira participação na Taça da Ilha de São Miguel, obtendo excelentes resultados. Foi convidado a fazer a prova que decide o campeão nacional 2021 da modalidade.

Assim, no passado dia 11 de julho, em Leiria, competindo pela primeira vez em território continental e com os atletas mais fortes a nível nacional, alcançou um resultado de grande relevo que espelha o seu crescimento individual enquanto desportista e que traz um enorme destaque para o desporto da região: conseguiu, para os Açores, o primeiro título de campeão nacional, na modalidade de Downhill, escalão cadetes. O Pedro é atleta do Clube Desportivo de Santo António (CDSA), com sede no concelho de Ponta Delgada.

O 1º lugar alcançado resulta do seu trabalho e do seu empenho e comprova as suas capacidades e o seu carácter: o de um jovem responsável, metucioso, corajoso e determinado.

O Pedro é realmente um fora de série.

Decorreu no final do mês de junho, na Maia, o Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica de 1ª divisão e Elite. Com a presença dos melhores ginastas portugueses da atualidade, o Clube de Atividades Gímnicas de

Ponta Delgada (CAGP) conquistou 20 pódios, arrecadando 13 títulos nacionais.

Na Divisão Elite, onde apenas os ginastas da Seleção Nacional e com mínimos nacionais podem competir, Sara Silva renovou o seu título de campeã nacional na categoria de Individual Feminino.

Destaque também para Rui Cansado que alcançou a nota mais alta do Campeonato Nacional na categoria de Individual Masculino.

Os dois ginastas são ainda campeões nacionais em Par Misto de 1º Divisão.

Também são campeãs nacionais na categoria Grupo/divisão Elite, Cláudia Pinheiro, Filipa Leite, Lara Faria, Neuza Rocha e Zamy Tomé.

Completam os títulos de campeões nacionais no escalão júnior, Leonor Januário, Joaquim Menezes, salientando-se ainda o bronze para Cláudia Pinheiro e Neuza Rocha.

No escalão juvenil, este clube ganha o título de campeão nacional por equipas ao alcançar a medalha de ouro em 4 das 5 categorias possíveis: Individual Masculino (Tiago Pinheiro), Par Misto (Tiago Pinheiro e Letícia Oliveira), Trio (Matilde Cymbron, Filipa Macedo e Tiago Pinheiro) e, Grupo (Júlia Alves, Manuel Resendes, Letícia Oliveira, Filipa Macedo e Matilde Cymbron). Na última categoria, Individual Feminino, Letícia Oliveira e Matilde Cymbron alcançam prata e bronze.

No escalão iniciado, dois títulos de campeões Nacionais nas categorias Individual Masculino (Martim Medeiros) e Grupo (Eduarda Silveira, Sofia Amaral, Miriam Moutinho, Eva Amaral e Constança Resendes).

São resultados impressionantes.

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada conta com mais de 25 anos de existência.

Surgiu na sequência da atividade desenvolvida pelo "Ginásio Corpore", tendo sido constituído como clube desportivo em 2008, com forte aposta

na ginástica aeróbica. É uma Instituição de Utilidade Pública Desportiva e promove diversas Disciplinas Gímnicas na ilha de São Miguel.

Tem sido um papel fundamental na criação, junto dos mais jovens, de uma cultura desportiva, sendo um dos seus grandes desafios a formação de jovens atletas. É inegável o seu valioso contributo no incentivo à prática da ginástica, nas suas várias vertentes. O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada tem participado em várias provas de cariz nacional e internacional, angariando medalhas em vários escalões. A excelência dos seus atletas, sob a tutela da sua treinadora Alexandra Barroso, tem prestigiado a Região Autónoma dos Açores em todas as provas em que o Clube tem participado.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2021, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta **Pedro Câmara** e ao **Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada** pelos resultados alcançados e pelas medalhas obtidas nos referidos campeonatos nacionais.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos atletas, ao Clube Desportivo de Santo António, à Associação de Ciclismo dos Açores, à Federação Portuguesa de Ciclismo, ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, à professora e mentora Alexandra Barroso e à Federação de Ginástica de Portugal.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação que assume duas modalidades distintas: a

primeira, no que diz respeito à prática do *Downhill* com o 1º título nacional para os Açores, feito este realizado pelo Pedro Câmara.

Esta modalidade prova que os Açores e os atletas açorianos têm a possibilidade também de ganhar títulos nacionais, igualando e enfrentando os desafios, independentemente das circunstâncias geográficas em que nos inserimos.

Esta é a prova, mais uma vez, de que os atletas açorianos têm valor, têm referência e merecem ficar registados pelos seus feitos desportivos.

Do mesmo modo, no que diz respeito ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, este é um Clube que já nos habituou a vários títulos nacionais.

Com efeito, este Clube fundado e assumido pela Alexandra Barroso, tem dado provas ao longo dos tempos de que os atletas açorianos, nesta modalidade, têm conquistado vários títulos nacionais e internacionais, demonstrando a excelência da prática da ginástica desportiva nos Açores.

Desde modo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se com muita honra e muito privilégio a este Voto de Congratulação ao Pedro Câmara e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Passamos ao próximo Voto de Congratulação que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e é sobre os 75 anos da UNICOL.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Soares para a sua apresentação.

**Deputado Luis Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

**Voto de Congratulação – 75 anos UNICOL**

A 18 de junho de 1946 foi constituída a Federação de Cooperativas de Lacticínios do Distrito de Angra do Heroísmo, hoje UNICOL, juridicamente uma união de 23 cooperativas, 22 delas associadas da Ilha Terceira e uma da ilha Graciosa, e cerca de 900 produtores.

Com sede na freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, tem atualmente instalações nos três concelhos que são a sua área geográfica de influência direta: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa.

A UNICOL emprega cerca de 200 trabalhadores, possui instalações e processos de gestão e de organização modernos e dinâmicos e é uma das empresas de maior impacto social em toda a Região.

A cooperativa que começou num barracão da Vinha Brava é hoje a maior empresa da ilha e a 10<sup>a</sup> da Região, sendo a mais eclética das cooperativas açorianas.

Recorde-se que existiam, em 1945, cerca de 40 pequenas fábricas de lacticínios na Terceira. Perante as fragilidades existentes no setor, quatro homens com visão e espírito empreendedor uniram esforços para criar uma organização mais forte, que pudesse reestruturar o sector dos lacticínios e desse resposta aos problemas de escoamento de queijo e de manteiga. Assim nasceu a que hoje conhecemos como UNICOL.

A sua fábrica entrou em funcionamento a 1 de junho de 1947, e um dos seus objetivos principais era abastecer de leite, e mais tarde de outros produtos lácteos, o destacamento americano da Base das Lajes.

Em 1951, o grupo inicial de nove cooperativas cresceu para dezanove.

Em 1960, por alteração dos seus estatutos passou a assumir a atual designação de UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense.

Em 1969, foi criada uma fábrica de leite em pó com a NESTLÉ

Em 1978, nasceu a INTERLACTO, Lda. em associação com a Nestlé, que em 1982 vendeu a sua quota à UNICOL.

Em 1992 foi criada a PRONICOL e, no ano seguinte, a UNICOL retirou-se das áreas da transformação e distribuição de lacticínios.

A cooperativa afirma-se hoje pelo alargado leque de serviços que presta aos produtores, que inclui a assistência veterinária, a inseminação artificial, a fabricação de rações, a comercialização e assistência a equipamentos de ordenha, tratores e máquinas agrícolas, a desmancha e comercialização de carne e o fornecimento de diversos fatores de produção, desde adubos, sementes e pesticidas ao gasóleo agrícola.

Sete décadas e meia de existência, em que a tradição, a cooperação, a qualidade e a inovação têm sido uma constante.

Atualmente a UNICOL conta com cerca de 900 produtores associados, sendo uma organização incontornável no panorama dos lacticínios dos Açores.

Recolhe 25% do leite produzido na Região, equivalente a 8% do todo nacional.

No conjunto das atividades que desenvolve, a UNICOL fatura mais de 70 milhões de euros por ano e os seus trabalhadores têm em 90% vínculo permanente à empresa.

Dos 909 associados, 776 são produtores de leite e 133 produtores de carne. Entre associados e trabalhadores estamos a falar, só na fileira do leite, de 970 famílias a depender diretamente da cooperativa.

Refira-se que, nos últimos 30 anos, as entregas de leite na UNICOL aumentaram 248%, passando de 47 milhões de litros em 1990 para 164 milhões em 2020. Foi, em termos relativos, o maior crescimento da Região,

onde a média se situou em 108%. Estes dados foram referidos na recente comemoração dos seus 75 anos.

Em 2020, a UNICOL foi uma das empresas distinguidas na Gala dos 5 anos da “Marca Açores”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2021, a aprovação de um Voto de Congratulação à UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense, pelos seus 75 anos de existência.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento aos seus órgãos sociais e à Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há as inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este Voto apresentado pelo Sr. Deputado Luis Soares da bancada do PSD, realçando aquela que foi a importância da Unicol no passado recente na ilha Terceira, aquilo que ela representa para um dos relevantes e importantes setores económicos daquela ilha, e também da ilha Graciosa e naturalmente da Região Autónoma dos Açores. E também todo o crescimento económico que permitiu e promoveu, tendo em conta a sua importante atividade, bem como toda a riqueza que tem gerado, bem como os postos de trabalho que criou.

É um momento de festa e de saudação.

Os 75 anos é uma data importante e também é uma data que nos leva a saudar todos aqueles que construíram aquilo que é a Unicol, hoje, ao longo dos

últimos 75 anos. Mas é também necessário, não só olhar para o passado e para o presente, olhar para o futuro, sabendo e tendo consciência de que a Unicol, e este setor em particular na ilha Terceira, tem grandes desafios pela frente. E o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja e espera é que esses desafios possam ser todos eles vencidos, a bem da agricultura terceirense, graciosense, açoriana e a bem da continuidade desta importante cooperativa, por aquilo que representa para o presente e para o futuro do setor agropecuário na Terceira, na Graciosa e nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado por maioria, com 25 votos a favor do PS, 21 a favor do PSD, 3 a favor do CDS/PP, 1 a favor do Chega, 2 a favor do BE, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

**Presidente:** Passamos ao próximo Voto de Congratulação que é pelo Dia Internacional do Serviço Público.

É apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a sua apresentação.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo Dia Internacional do Serviço Público

A Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução nº 57/277, de 20 de dezembro de 2002, declarou o dia 23 de junho como Dia Internacional do Serviço Público. O mesmo documento encoraja os Estados Membro a celebrar esta data para salientar o contributo dos serviços públicos para o desenvolvimento das sociedades.

Num tempo em que os profissionais da saúde, da educação, da segurança social e de outras áreas desempenham um papel fundamental no apoio às pessoas afetadas pela pandemia, o reconhecimento da importância dos serviços públicos ganha ainda mais sentido.

As políticas neoliberais que aclamam sistematicamente as pretensas virtudes do mercado e relatam o Estado como “mau gestor”, defendendo a liberalização, a desregulação e a privatização dos serviços públicos revelaram-se contrárias ao que proclamam: criaram uma fratura social entre os que têm e os que não têm acesso aos serviços, criaram o crescimento das desigualdades, o aumento do gasto público e a degradação da qualidade dos serviços.

As políticas de austeridade impulsionadas pela União Europeia após a crise financeira de 2008 cortaram o financiamento dos serviços públicos, diminuindo o número de efetivos e condenando quem trabalha na administração pública a contratos precários e a baixas remunerações, enfraquecendo a sua capacidade de resposta às necessidades sociais. Agora, a redução da dívida ou cortes orçamentais não podem ser as prioridades das prioridades. É premente um investimento nos serviços públicos.

Como salientou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o papel do serviço público é mais importante do que nunca para enfrentar a devastação da pandemia Covid-19. E perante os planos de recuperação económica, social e ambiental em marcha são necessárias administrações públicas fortes para combater o uso indevido de recursos públicos e para evitar a fuga aos impostos, a violação das normas ambientais ou a exploração de quem

trabalha. Também são fundamentais o bom funcionamento do sistema judicial e das entidades responsáveis pelo combate à concorrência desleal e aos paraísos fiscais, tantas vezes usados como meio para a corrupção.

O Estado e Região têm um papel fundamental em setores estratégicos como a educação, a saúde, o ambiente e a importância da prestação de serviços públicos de qualidade e proximidade.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público e pela contribuição das trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos como a saúde, a educação e a segurança social, entre outros, na resposta a quem foi afetado pela pandemia Covid-19.

Propõe-se ainda que deste voto seja dado conhecimento ao Governo da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Organização das Nações Unidas, às centrais sindicais CGTP e UGT, à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, e à Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem vários pedidos de inscrição.

Pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz um Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público, ao qual o PSD ir associar-se. Não sem antes dizer que a nossa Região é um bom exemplo da importância que o serviço público tem para os cidadãos. E as diferenças entre as nossas ilhas, permitem perceber que muito daquilo que pode ser desempenhado pelo setor privado nalgumas das

nossas ilhas, tem que ser desempenhado pelo estado e pelos serviços públicos noutras ilhas.

Também não posso deixar de fazer uma chamada de atenção de que a defesa do serviço público não pode ser encarada como uma guerra à iniciativa privada. Como também a defesa da iniciativa privada não pode ser encarada como uma guerra ao serviço público.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E é na conjugação desses dois setores – iniciativa privada e administração pública – que o desenvolvimento económico e social de qualquer região, deve assentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pelo PPM tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\* Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, temos aqui um Voto que, na parte resolutiva, o PPM acompanha.

É realmente um Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público – estamos de acordo – e também, em relação à contribuição dos trabalhadores da função pública, no âmbito da luta contra a Covid – também estamos de acordo.

O Bloco refere aqui três setores - até poderia referir mais. Mas deixa essa ressalva, quando refere “entre outros”. Portanto, nesta parte estou de acordo.

Em relação àquilo que é o texto, pois ele é marcadamente ideológico, de combate à iniciativa privada. E a visão do PPM não é essa. Nós não diabolizamos a iniciativa privada. O PPM considera que os serviços públicos são essenciais para as populações, mas o desenvolvimento da iniciativa privada também é essencial e não deve ser diabolizado.

Há aqui uma diferença ideológica nesta matéria. E já agora, registo aqui a ambição do Bloco de Esquerda, que é nova, porque este Voto também vai para a ONU e tudo.

*Risos do Deputado Carlos Freitas*

É uma inovação e dá um carácter mais internacional ao nosso Parlamento.

Devo dizer que vou votar pela parte resolutiva e não pela parte ideológica que marca a justificação e a narrativa utilizada pelo Bloco de Esquerda com a qual não estou de acordo. No entanto, relativamente à parte que interessa verdadeiramente que é a parte resolutiva, o PPM está de acordo.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo CDS/PP, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este Voto de Congratulação pela passagem do Dia Internacional do Serviço Público, naquilo que diz respeito aos Açores e ao desempenho dos serviços públicos que consta da parte resolutiva do Voto, dos trabalhadores do serviço público de saúde, da educação e da segurança social. Na resposta que nos últimos meses têm dado à pandemia. Os serviços públicos têm sido essenciais para a manutenção da nossa vida nos Açores, neste quadro pandémico. E, portanto, obviamente que nos associamos a ele.

Associamo-nos à parte resolutiva, mas não nos revemos nas considerações ideológicas que, entretanto, foram proferidas.

O Voto até começou muito bem, Sra. Deputada, pelo Dia Internacional do Serviço Público e terminou muito bem, relevando o trabalho desempenhado por muitos açorianos nos serviços públicos dos Açores.

Pelo caminho é que V. Exa. estragou tudo.

Muito obrigado.

*(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata pela Iniciativa Liberal.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu apetecia-me citar mais uma vez o Diácono Remédios, mas não o vou fazer. Já fiz outras vezes e não gosto muito de me repetir. Mas de facto não havia... (necessidade)!

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** É mais forte que o Sr. Deputado!

**O Orador:** É um bocadinho mais forte!

*(Risos de alguns Deputados do PSD)*

Mas como já vem sendo hábito, no *charco pantanoso* da – eu não queria usar a expressão, mas vou ter que usar, Sr. Deputado Paulo Estêvão – *hipocrisia parlamentar*, alguém tem que atirar a pedra para fazer uma ondazinha.

É que apesar da bonomia da parte resolutiva deste Voto, o que vai ser remetido às entidades, é precisamente o teor do Voto. E o teor é, para a Iniciativa Liberal, inadmissível de subscrever. E, portanto, não posso associar-me a este voto. Vou ter que votar contra ele, porque a Iniciativa Liberal não se revê nos considerandos que o Bloco de Esquerda pretende ver aqui aprovados.

Apesar do Partido Social Democrata achar que isto não é um ataque aos privados, o que aqui está escrito é de facto **um ataque à iniciativa privada**, a qual foi fundamental, também em plena pandemia, como todos sabemos.

Para viajarmos onde é que vamos fazer os testes?

Vamos à iniciativa privada contratada pela pública.

Portanto, como todos sabemos nesta Casa, neste círculo completo, foi a iniciativa privada que promoveu toda a investigação que nos permite agora estar vacinados, que nos permite agora fazer testes PCR e uma série de coisas que o Bloco de Esquerda certamente um dia irá hostilizar.

São as farmacêuticas organizadas contra o resto da humanidade.

Nunca há uma bonomia na iniciativa privada. É só o lucro e o mal-estar.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem

**O Orador:** Tudo o resto são vantagens da iniciativa pública.

O serviço público é fundamental em diversas matérias, como sejam, a saúde – para a garantir a todos; a educação – para garantir equidade em diversos outros setores como já referi aqui muitas vezes.

Porém, não pode é ser complexo ideológico – Sr. Deputado António Lima e Sra. Deputada Alexandra Manes – para quererem convencer-nos a votar por maioria (já sabem que por unanimidade não vai ser) um **ataque descarado** à iniciativa privada e ao liberalismo económico!

Isso eu não posso aceitar!

Por isso, vamos votar contra.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Ana Luis.

(\*) **Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eu acredito que todos nós, no exercício das nossas funções e das nossas profissões, enquanto cidadãos integrados, todos os dias tentamos construir uma sociedade mais justa com igualdade de oportunidades. E para isso, acreditamos que precisamos dum estado que proporcione o acesso aos principais serviços públicos, nomeadamente a educação, a saúde e a proteção social, de forma justa e que atendam principalmente àqueles que mais precisam.

Mas também acreditamos que este estado tem de proporcionar as bases para uma economia forte, que promova a criação de emprego, principalmente o

qualificado. E este estado também deve assegurar a separação de poderes e o funcionamento célere do sistema judicial, fundamental para uma democracia que se quer cada vez mais robusta e justa.

Como refere este Voto, a pandemia que enfrentamos colocou-nos à prova nos nossos hábitos quotidianos, na capacidade de adaptação das empresas, na demonstração que o estado tem e os seus serviços públicos, com erros, não fazendo tudo certo, naturalmente, ainda mais perante uma situação desconhecida e imprevisível como a que enfrentámos e continuamos a enfrentar, de proteger os seus cidadãos. E se atentarmos às prerrogativas do estado de emergência, dos vários estados de emergência, facilmente verificamos que só num estado onde as suas principais instituições funcionam, é que é possível, mesmo limitados nalguns direitos, salvaguardar a democracia.

Por isso, associamo-nos à homenagem que o Bloco de Esquerda aqui traz, essencialmente no seu termo resolutivo, a todos os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos, pelo contributo particular que deram nesta fase de pandemia. Mas, permita-me o Bloco de Esquerda, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associe não só à homenagem a estes trabalhadores e trabalhadoras, mas também a todos os seus dirigentes, a todas as empresas que, insistindo e persistindo num funcionamento mesmo que não normal, permitiu que estes serviços públicos continuassem abertos e a assegurar a proteção dos cidadãos. E que, por fim, se possa também através deste voto, homenagear todos os cidadãos que, de uma forma ou de outra, contribuíram e continuam a contribuir para um combate que ainda não terminou e que a todos convoca.

Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois do que já foi aqui dito, especialmente da bancada à minha direita, não há muito mais a dizer. Faltou apenas dizer que o Bloco de Esquerda conseguiu o principal objetivo do Voto que era fazer-se notar. Isso realmente conseguiu.

**Deputado António Lima (BE):** Deixe lá estar que o senhor consegue fazer isso mais facilmente!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

No entanto, é preciso reiterar o que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Realmente, fazer agora um Voto de Congratulação praticamente desvalorizando a iniciativa privada, não é sério. E não é sério, Sr. Deputado, porque reiteradamente os senhores tendem a esquecer o valor da iniciativa privada.

Aqueles que, ainda hoje e no passado também, tantas vezes sacrificaram a condição dos seus funcionários, nomeadamente no pagamento a tempo e horas dos seus salários e nas condições sociais que lhes proporcionam, para poderem ter tesouraria para (tantas vezes) aguentar a máquina do estado.

É preciso que se perceba porque é que às vezes as empresas não têm as melhores condições para dar aos seus funcionários. É porque há uma pesada discriminação pelas nossas empresas. E os senhores não poucas vezes referem isso reiteradamente. E é importante que mudem de discurso, porque o futuro determina, por maioria de razão, que as empresas privadas serão cada vez mais o garante da justiça, até o garante duma sociedade mais justa,

porque são mais céleres, funcionam melhor e são mais ativas. E isso os senhores não valorizam.

Esperemos que um dia possam V. Exas. – porque também já têm mudado de opinião noutras coisas – perceber esta realidade dos nossos tempos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de deixar aqui uma nota.

O Voto de Congratulação do Bloco de Esquerda não é um ataque a ninguém. É simplesmente uma congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Oh tão inocente!

**A Oradora:** E por ser o Dia Internacional do Serviço Público fizemos o Voto.

Relembro que foi no dia 23 de junho. E, por isso mesmo, não falámos na iniciativa privada nem foi qualquer ataque a ela. Simplesmente é o Dia Internacional do Serviço Público.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Foi como lhe disse, a Sra. Deputada até começou e acabou bem.

**A Oradora:** No entanto, todas as Sras. e Srs. Deputados têm a legitimidade para apresentar um voto de congratulação à iniciativa privada, sem que tenham que condenar este Voto.

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos Furtado)*

**A Oradora:** Ó Sr. Deputado Carlos Frutado eu volto a dizer que o Voto é pelo **Dia Internacional do Serviço Público.**

Não foi o Bloco que o instituiu.

Foi a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Portanto, se tiverem alguma coisa a reclamar sobre este dia internacional, podem fazê-lo diretamente às Nações Unidas. Não é ao Bloco de Esquerda certamente.

Também gostaria de relembrar aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata, e muito bem, de que a iniciativa privada tinha combatido e tinha ajudado, e ajudou certamente, nomeadamente naquilo que era a investigação da vacina. Esqueceu-se foi de dizer que 97% do apoio a essa investigação foi exatamente apoio público.

Disse.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Não foi apoio, foi contra antecipado!

Contra antecipar é uma coisa, apoio é outra!

**Deputado Vasco Cordeiro:** Isso não é verdade!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Mentira! Informe-se!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos votar este Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Contra os trabalhadores públicos!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não senhora, não seja demagógica.

Estamos a votar, Sra. Deputada!

**Presidente:** A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do BE, 2 do PPM e 1 do PAN, 1 voto contra da Iniciativa Liberal, 3 abstenções do CDS e 1 abstenção do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos avançar para o último voto que deu entrada na Mesa e que é um Voto de Saudação a Arsénio Santos.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

ao ultramaratonista Arsénio Santos pelo projeto AGIR 360 – Azores Great Islands Run

O ultramaratonista Arsénio Santos corporizou de 25 de junho a 3 de julho o projeto **AGIR 360 - Azores Great Islands Run** correndo em 9 dias, nas 9 ilhas dos Açores, cerca de 700 km sob o lema “**Nunca Desistas**”. Uma iniciativa com o propósito maior de apelar a Todos os Açorianos e a Todas as Açorianas a uma vida mais saudável e um maior respeito pelo meio ambiente. Correr 700 km, percorrendo cada uma das 9 ilhas do Arquipélago em 9 dias, constitui um feito hercúleo e inédito, que ficará para a história e cuja relevância merece ser reconhecida e enaltecida por se consubstanciar quer na mensagem que pretende difundir, quer na extraordinária forma física de Arsénio Santos, um atleta ímpar com enorme capacidade de autodisciplina, de autodeterminação e de resiliência.

Arsénio Santos, um Açoriano de coração que aqui escolheu viver e trabalhar, no seu currículo de atleta de longas distâncias é conhecido e respeitado por

toda a comunidade de ultramaratonistas a nível nacional e regional não só pelas suas participações, mas principalmente pelos resultados obtidos em inúmeras provas acima dos 100 km.

Conforme informação oficial, o projeto **AGIR 360** remonta a maio de 2019, quando o ultramaratonista Arsénio Santos teve a ideia de fazer a primeira volta à ilha de São Miguel, a correr. Foram cerca de 230 Km em formato non-stop durante 30 horas. A esta iniciativa deu o nome de AGIR 360 - Azores Green Island Run-360, a qual superou todas as expectativas, envolvendo entidades públicas e privadas que garantiram o sucesso do evento.

A motivação de um grupo de pessoas em organizar eventos de cariz desportivo que contribuam para um estilo de vida saudável dos açorianos, leva à criação, em junho de 2020, da Associação Desportiva Azores Great Islands Run.

Desde logo a Associação Desportiva abraça o evento AGIR 360 para 2021 decidindo promover e levar este evento a todas as ilhas dos Açores com o objetivo de partilhar e difundir uma mensagem clara de que é possível alcançar um estilo de vida mais saudável.

O AGIR 360, na sua segunda edição, assumiu-se, portanto, como um evento de carácter regional cuja concretização envolveu e uniu, em corrida à volta da ilha, as 9 ilhas em 9 dias como forma de difundir a mensagem e o apelo para uma forma de vida mais saudável e um maior respeito pelo meio ambiente.

Esta iniciativa constituiu, igualmente, uma verdadeira prova à capacidade de organização e de gestão logística de recursos disponíveis na Região. Uma agenda extremamente rigorosa e pensada ao minuto, possibilitou articular e operacionalizar de forma eficaz e eficiente voos inter-ilhas, itinerários, postos de abastecimento e de descanso, apresentação de cumprimentos a entidades parceiras e conseguir realizar a corrida à volta de cada ilha motivando os participantes e a população em geral para uma forma de vida mais saudável.

Para o sucesso deste projeto foi fundamental o contributo e parceria de diferentes agentes públicos e privados da Região, nomeadamente Municípios, associações, clubes desportivos, empresas e cidadãos privados que, reconhecendo e valorizando o poder da mensagem a difundir, se associaram e apoiaram o projeto.

Um feito que não deixou ninguém indiferente. De facto, a corrida em estrada, atividade acessível e segura em plena pandemia COVID-19, possibilitou aproximar e unir todo o Arquipélago. Mobilizou centenas de cidadãos, atletas, amantes do desporto e corrida em cada uma das 9 ilhas, que fizeram questão de apoiar, participar e mesmo acompanhar o ultramaratonista Arsénio Santos nos diversos itinerários que correu, ao passar por cada um dos 19 Municípios dos Açores, de Santa Maria ao Corvo.

Prova, também, de que é possível visitar e conhecer em 9 dias as nossas inigualáveis 9 ilhas. Constitui, por último, exemplo de promoção da coesão social e territorial de uma Região Arquipelágica com uma identidade forte, vincada quer pela beleza exuberante das suas paisagens naturais quer pela riqueza das suas gentes, expressão viva do bem receber, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, propõe o seguinte Voto de Saudação:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o audaz ultramaratonista, Arsénio Santos, e a Associação Desportiva Azores Great Islands Run, e expressam-lhe público elogio valorizando a importância do seu papel de divulgador regional do desporto, hábitos de vida saudável e respeito pelo meio ambiente.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à Associação Desportiva Azores Great Islands Run, às Associações de Atletismo da Região e à Federação Portuguesa de Atletismo.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pela Iniciativa Liberal tem a palavra o Sr., Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, esta iniciativa do ultramaratonista Arsénio Santos é louvável a vários níveis de análise.

A primeira, tal como disse a Sra. Deputada Célia Pereira e bem, pelo fomento aos hábitos de vida saudável. Mas também, e não é somenos importância, pela forma como o Arsénio Santos conseguiu levar o nome dos Açores para muito além das fronteiras de Portugal.

É, de facto, um ultramaratonista respeitado por todas as pessoas que já correram estas distâncias - e quem já correu estas distâncias sabe o que isso custa - e que leva o nome dos Açores aos 7 continentes, aos 7 mares, a todo o lado onde um ultramaratonista segue outro maratonista.

Só para vos dar uma ideia do que pode ter sido chegar a Sta. Maria já com 500 quilómetros percorridos nas pernas, ter corrido 80 quilómetros com todos os melhores atletas de Sta. Maria, que são dos melhores atletas dos Açores nessas especialidades, e tê-los feito bater todos os seus recordes pessoais, é um feito que só quem já correu uma ultramaratona acima dos 80 quilómetros, consegue perceber.

Chegado a S. Miguel, tendo percorrido partes de 40 quilómetros com alguns dos melhores maratonistas daquela ilha, obrigou-os a cumprirem os seus próprios recordes pessoais.

É de facto um atleta fora de série. Um atleta muito rigoroso nos seus treinos. Ainda há pouco estava aqui a ver na rede social *strava* que ele acabou de fazer um treino de 30 quilómetros hoje de madrugada.

A Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal não podia deixar de se associar a este Voto de Saudação, não só pelos hábitos de vida saudável, mas

também pela forma como o Arsénio leva o nome dos Açores aos 4 cantos do Mundo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Pelo PSD tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este feito que foi o projeto AGIR 360 levado a cabo pelo ultramaratonista Arsénio Santos, foi efetivamente um feito desportivo assinalável, pela exigência técnica e física que implicou. Mas também pelo facto de ter percorrido os 700 quilómetros nas 9 ilhas da nossa Região Autónoma, passando por todos os concelhos, o que implicou naturalmente um esforço ao nível da organização logística que deve ser também registado.

Tratou-se efetivamente dum momento alto da promoção da atividade física, dum estilo de vida saudável que é timbre das sociedades modernas e que se quer também que seja timbre da nossa população, sobretudo da mais jovem onde, infelizmente, ainda se registam índices de obesidade demasiado elevados que importa acautelar e reverter.

Mas também foi um momento ímpar entre nós, de promoção da disciplina das grandes distâncias. E na circunstância, permitam-me dizer como Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Atletismo, que é com muito gosto que vemos eventos desta natureza serem realizados também na nossa Região. Aliás, estes feitos e estas iniciativas dos ultramaratonistas, mesmo quando empreendidos a título individual, estão por regra associados a fins sociais, os quais não deixam ninguém indiferente. E que, por isso mesmo também, são objeto de grande cobertura mediática, como foi este caso, o que naturalmente concorreu de forma muito importante para a promoção do destino Açores. Naquilo que melhor nos caracteriza que são as nossas maiores riquezas, a hospitalidade e a genuinidade das nossas gentes, mas

também de uma natureza protegida e dum ambiente que queremos cada vez mais sustentável.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar este Voto de Saudação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Encerrámos, assim, o período de emissão, apresentação e votação de votos.

Vamos avançar para as declarações políticas.

Para tal, dou a palavra à Sra. Deputada Sandra Dias Faria, pelo Partido Socialista.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância do Poder Local Democrático nos Açores, a sua relação com a Democracia, a Autonomia e os diferentes níveis de governação

A Democracia foi no nosso país, indubitavelmente, uma conquista de abril.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Também houve o 25 de novembro.

**A Oradora:** Se antes de 25 de abril de 1974 o poder se encontrava centralizado nas maiores metrópoles de então, Lisboa e Porto, é a partir da Revolução dos Cravos que se implementam as eleições livres, com sufrágio universal, garantindo o pleno direito ao voto de todos cidadãos adultos, independentemente de alfabetização, classe, rendimento, etnia ou género.

A Democracia e a consequente implantação das Autonomias Regionais vieram trazer tanto oportunidades como desafios. Ficámos livres de um regime ditatorial, centralizador e castrador, que impedia o harmonioso desenvolvimento dos seus territórios, mas fomos confrontados com o desafio de gerir com eficácia e com sentido estratégico amplos territórios onde quase tudo estava por fazer.

Esta realidade foi particularmente visível nos Açores. No centro do Atlântico, afastados do território continental, os Açorianos estiveram durante demasiados anos, demasiadas décadas e séculos, entregues à sua própria sorte. Vivendo, ou sobrevivendo, apenas com a sua capacidade de produção interna, com fraco ou reduzido recurso a bens importados que pudessem trazer maior conforto às suas vidas.

Sim. Não ainda há tão pouco tempo o cenário comum era a fome, o frio, os pés descalços, os pisos térreos, a mendigação. Não há muitas décadas atrás, estávamos limitados a escassas infraestruturas, apenas as absolutamente essenciais e decretadas pelo Regime.

A Democracia e a Autonomia, mais em abstrato ou mais em concreto, já foram muitas vezes tema de debate nesta Casa. E todos concordamos que a Democracia e a Autonomia são uma história de sucesso, pese embora muitas vezes algumas forças partidárias gostem de se alimentar de descontentamentos populares, assumindo posicionamentos mais ou menos demagógicos na busca do voto fácil.

É por isso que todos devemos abraçar a missão de, pedagogicamente, explicar aos nossos concidadãos que a Política, a Democracia e a Autonomia são coisas boas. Que não se trata de conceitos abstratos. Que têm implicações diretas na vida diária de todos nós.

É uma certeza manifesta, que ninguém poderá repudiar, que o Poder Local Democrático constituiu-se e constitui-se como motor de transformação das

condições de vida das populações; constituiu-se e constitui-se como espaço de consolidação de direitos e de formação democrática.

Se é certo que hoje, em 2021, colhemos os frutos de quase meio século de Democracia e de Autonomia, também é certo que, desde os primeiros anos de Democracia até aos dias de hoje, temos vindo a assistir a um certo afastamento das pessoas em relação à política.

Porque é muitas vezes mais fácil apontar o dedo a eles, os políticos, porque falham. Porque muitas vezes é mais fácil assumir posturas de que tudo está mal, porque isso cai bem nos ouvidos do Povo. Porque muitas vezes é mais fácil ser destrutivo do que construtivo.

Assim, os cidadãos comuns erguem muitas vezes barreiras distintas que os separam a eles dos outros, dos políticos. Outras vezes – ou talvez em simultâneo – algumas organizações políticas erguem também as suas barreiras em relação aos eleitores.

Mas a verdade é que, por existirmos todos aqui e agora, estamos destinados a lidar uns com os outros. Estas barreiras, artificiais, devem ser transpostas. Devem ser esbatidas. Devem ser anuladas. A participação política não se compadece com elas.

É observável que – os registos eleitorais apontam nesse sentido - nestes quase 50 anos de Democracia e de Autonomia, os cidadãos tendem a envolver-se mais quanto mais próxima for a eleição. Ou dito de outra forma; quanto mais longínqua for a eleição, menos participação haverá. Vemos isso a cada 5 anos, quando temos eleições Europeias ou Presidenciais. E assistimos ao inverso, de quatro em quatro anos, com as eleições autárquicas, de onde emerge o Poder Local.

As eleições autárquicas são, de facto, mais próximas. Mais presentes. Porque não se trata de eleger pessoas que vemos de vez em quando ou que apenas vemos na televisão ou nos jornais. Porque conhecemos o Presidente de Junta de Freguesia. Porque conhecemos o Presidente da Câmara Municipal ou da Assembleia

Municipal. Ou até porque integramos, ou temos um familiar que integra, uma lista candidata a qualquer destas eleições.

Os Presidentes de Junta de Freguesia são os responsáveis políticos mais próximos do Povo. São eles que têm maior linha de vista dos seus problemas, dos seus anseios, das suas necessidades. É à porta destes que o cidadão bate. São estes que reivindicam a resolução de problemas ou a concretização de investimentos junto da respetiva Câmara Municipal ou do Governo Regional. É por isso que gostaria de realçar aqui, hoje, neste Parlamento, a importância do Poder Local e do ato eleitoral que se aproxima.

Não se trata apenas de mais umas eleições. Pela proximidade que todos conhecemos e reconhecemos ao Poder Local, estas são eleições particularmente participadas e que encerram em si o potencial de atrair mais cidadãos à participação política e à participação cívica.

As eleições autárquicas mobilizam milhares de Açorianas e de Açorianos. Para muitos é o primeiro contacto com a política. Para alguns é a única experiência política. Alguns desistem após um primeiro mandato. Outros continuam e dão o melhor pela sua terra, durante vários anos a fio. Assumem a responsabilidade de fazer o melhor que sabem e que podem, sacrificando lazer e família. Uns são brilhantes nas suas funções. Outros nem tanto. Mas o que é certo é que novas eleições virão e darão ao Povo a capacidade de ajuizar quem fica e quem vai.

É, por isso, fundamental que todos estejamos empenhados nesta nobre missão que é fomentar o envolvimento cívico de todos, para que tenhamos um ato eleitoral participado. Pois só com eleições participadas serão escolhidos projetos políticos que

representem melhor a vontade do Povo. Só isso conferirá aos futuros governantes e opositores maior expressividade, maior legitimidade democrática para fazermos o melhor pela nossa terra. Em cada um dos nossos 19 municípios. Em cada uma das nossas 155 freguesias.

A História demonstra – e a Democracia e a Autonomia são disso perfeito exemplo – que a descentralização é positiva para os territórios, promovendo o desenvolvimento.

Particularmente num território como o nosso. Disperso e ultraperiférico. Com 9 realidades diferentes que se complementam. E com múltiplas realidades e anseios dentro de cada uma destas nove parcelas que são as nossas 9 ilhas.

A transferência de competências, ou a delegação de competências pode ser um bom caminho, uma boa ferramenta para construirmos um futuro comum mais próspero. Mas uma efetiva descentralização tem de ser acompanhada dos correspondentes meios para cumprir as novas missões conferidas ao Poder Local.

É, por isso, fundamental que não haja atropelos ao Poder Local, que não se procure reduzir a sua dimensão democrática, que não se coarte a sua autonomia, que não se lhe negue as condições financeiras, humanas, materiais e organizacionais, indispensáveis ao seu bom funcionamento.

É por isso fundamental e está ao nosso alcance, está ao alcance dos órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores, conferir mais meios ao Poder Local.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Ah agora?!

**A Oradora:** Para que este possa chegar mais longe. Para que ele possa ter mais meios. Para que possa ajudar mais pessoas. Com isso todos ganharemos. Este reforço de meios deve ser feito de modo a que ninguém saia prejudicado. De modo a que todos sintam, nos seus distintos pontos de vista, que estão a receber a sua quota-parte, de forma equitativa e justa. De forma que possamos cimentar esta ideia de Açores enquanto unidade regional, rejeitando bairrismos bacocos, que apenas nos prejudicam.

Na Região temos trilhado esse caminho. Impõe-se que o continuemos a fazer nas próximas décadas. Pois só assim conseguiremos ter cidadãos, Açorianos, mais comprometidos com a sociedade e com a sua terra.

Impõe-se uma sólida interligação entre todos os níveis de governação: Local, Regional, Nacional e Supranacional.

E as próximas eleições autárquicas são uma excelente oportunidade de ajudar a construir este caminho.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas.

Dou a palavra, pelo PSD, ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há qualquer dúvida de que o advento do 25 de abril e a implementação da democracia no nosso país, permitiu a consagração das autonomias constitucionais, com tudo o que a implementação deste regime político trouxe de importante para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Foram as Autonomias que permitiram que os açorianos passassem a assumir e administrar aquilo que é seu, com conhecimento próximo e real das circunstâncias em que vivíamos e os desafios que o futuro nos traria.

Nesta medida, a consagração das Autonomias e a realização das primeiras eleições livres para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, constituiu um passo fundamental para o início do nosso progresso autonómico e para a concretização efetiva das realidades democráticas que, até então, estavam afastadas do nosso arquipélago.

Esta realização das eleições legislativas permitiu, também, que fosse implementado um regime político que foi liderado pelo Partido Social Democrata e que permitiu que os açorianos passassem a conhecer-se entre si.

Que as realidades de cada ilha, passassem a ser uma realidade arquipelágica, para que se consagrasse efetivamente um verdadeiro e real desenvolvimento entre todas as ilhas, não deixando nenhuma delas para trás.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Este desenvolvimento harmónico é, e tem de ser, não só uma marca do Partido Social Democrata, mas de qualquer força política que lidere os destinos da Região Autónoma dos Açores.

Nesta medida, este desenvolvimento harmónico também é imprescindível para que, no âmbito do Poder Local, se possa ter efetivamente um olhar atento a cada uma das freguesias que constituem e fazem parte das nossas ilhas e da nossa Região.

Daí que, na senda das primeiras eleições legislativas, as primeiras eleições autárquicas foram a consagração dum ato eleitoral mais próximo das populações. É aqui que o nosso concidadão se revê, não através da televisão nem da rádio, mas da abertura da porta de sua casa. Basta abrir a porta de casa e rapidamente podemos confrontar diretamente o presidente e os elementos da junta de freguesia e os que fazem parte da assembleia de freguesia.

Daí que as juntas e assembleias de freguesia são pontos de contato imprescindíveis, fundamentais e o acelerador de todos os processos que motivam os anseios dos nossos cidadãos.

O Poder Local é um poder que, também hoje, enfrenta os seus próprios desafios.

Há a necessidade de transferir mais poderes para o Poder Local, para as juntas de freguesia, porque é importante manter o povoamento fixo.

Um dos desafios com que as juntas de freguesia e as câmaras municipais se defrontam, é com a fixação das suas populações.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É necessário que haja uma coesão social. Uma coesão de freguesias, para permitir e garantir melhores condições de vida à população

para que se fixe nas freguesias e no local das suas residências. E, nesta medida, este desafio da coesão social e da coesão das freguesias faz-se dando atenção a todas as freguesias que compõem os concelhos.

Um presidente de câmara tem obrigação de, findas as eleições autárquicas, olhar para as suas freguesias e permitir as transferências de fundos para as mesmas, de forma equitativa e justa, não penalizando a cor partidária que ganhou em cada freguesia, mas sim harmonizando, de forma justa e equitativa, todas as freguesias do seu concelho.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** Devo salientar que Ponta Delgada tem sido um exemplo neste sentido.

**Deputado Nuno Barata** (*IL*): Não apoiado!

**O Orador:** Para além do mais, é preciso apostar na descentralização administrativa.

Uma das formas que importa fixar a população nas suas freguesias, é através da descentralização administrativa dos serviços municipais. As câmaras municipais têm também este dever de garantir ao cidadão a qualidade de vida, porque é para isso que nós estamos todos aqui. Para garantir a qualidade de vida aos nossos concidadãos.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** A descentralização dos serviços administrativos das câmaras municipais, em cada freguesia, permitindo ao cidadão que evite a sua deslocação à câmara municipal para tratar dum assunto do seu interesse, é um fator importante e motivador, não só para a qualidade de vida do cidadão, mas também para o desenvolvimento dos serviços e da fixação da população nessas mesmas freguesias.

Outro desafio que é importante e que o Poder Local enfrenta, é a garantia da mobilidade. Uma mobilidade eficaz, que permita aos cidadãos deslocarem-se, por necessidade da deslocação quando for o caso, também para tratar dos

seus assuntos. E permitir que, entre as freguesias, haja uma rápida mobilidade dos nossos cidadãos.

Tudo isto aliado, naturalmente, a uma questão fundamental e que tem a ver com a nossa sustentabilidade ambiental que todo e cada concelho também deve ter. Em primeira linha, são as câmaras municipais e as juntas de freguesia que têm esta preocupação com o ambiente.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de enaltecer também o papel fundamental que as autarquias locais e as juntas de freguesia têm na captação de emprego. Através da expansão do turismo, através da criação dos serviços de turismo para captar emprego. Para permitir que haja mais serviços. Para que haja – digamos – uma fixação de qualidade de vida das populações nas suas freguesias e nos seus concelhos.

Este é o desafio que todos nós enfrentamos a partir de agora. E estas eleições autárquicas que se aproximam, estou convencido disso, revelarão uma forte participação da sociedade neste ato eleitoral, para que harmonizando todo este procedimento, os Açores possam, a nível do Poder Regional e Autárquico, conseguir agarrar a nossa evolução para novos índices de desenvolvimento social, económico e cultural.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Deputado Francisco César** (*PS*): Só faltou dizer que é preciso uma nova vida!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS/PP, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento harmónico, equitativo e equilibrado de todas as ilhas dos Açores é o que nós todos ambicionamos.

Não creio que seja uma prerrogativa especial dos partidos que compõem esta maioria. Acho mesmo que é um desejo de todas as forças políticas representadas neste Parlamento.

Ouvi atentamente a declaração política proferida pela Sra. Deputada Sandra Faria e fiquei com algumas dúvidas quando se refere a “votos livres”.

Mas, não temos votos livres nos Açores há 24 anos pelo menos?!

**Deputado Francisco César (PS):** Não era bem isso que queria dizer!

**O Orador:** Falou em “liberdade de candidatura”.

Mas não vivemos em democracia desde 1976?!

Não há liberdade de candidatura nos Açores?!

Não houve liberdade de candidatura nos últimos 24 anos?!

Ou, de repente, nos últimos 8 meses, deixou de haver liberdade de voto e deixou de haver liberdade de candidatura?!

É que eu não vi nenhum ato eleitoral onde, nos últimos 8 meses, isso tivesse ocorrido.

**Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Reclamou meios ao Poder Local.

É uma reclamação justa, Sra. Deputada!

Mas foi este Governo que instituiu uma Direção Regional para as Autarquias Locais!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Deputado Francisco César (PS):** Que ninguém sabe o ela faz!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Que ela existe, existe. Mas ninguém sabe o que ela faz!

**O Orador:** Eu nunca vi nos últimos 24 anos nenhum departamento do Governo Regional dedicado exclusivamente às autarquias locais.

**O Orador:** E já foi verbalizado e proclamado nesta Assembleia que todas as autarquias irão ser tratadas com isenção e equidade.

Eu não sei se nos últimos 24 anos aconteceu isso!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, portanto, eu fiquei baralhado, sem perceber se a Sra. Deputada estava tentando fazer algum aviso de prevenção para o futuro...

*(Risos do Deputado Carlos Freitas)*

... ou se estava fazendo algum recado interno! Algum grito de Ipiranga...talvez!

*(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sra. Deputada, a Autonomia Regional é o que todos desejamos.

Voto livre é o que todos desejamos. E deveria haver sempre!

Liberdade de candidatura é o que todos desejamos. E deveria haver sempre!

Estes deveriam ser temas que não deveria haver necessidade de os invocar, se efetivamente houvesse liberdade!

Mas nos últimos 24 anos não foi isso que aconteceu!

**Deputado Francisco César (PS):** Então o que é que aconteceu com a gente?!

Montes de vezes!

**O Orador:** E, portanto, Sra. Deputada, no que respeita a este Grupo Parlamentar que eu represento e à coligação onde estamos inseridos, posso lhe garantir que há liberdade de voto e há liberdade de candidatura. E as autarquias vão ter apoios diretamente do departamento governamental especificamente criado para esse efeito. E vão ser tratadas de forma equitativa e justa.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Partido Socialista tocou em vários temas, desde o advento da democracia, da autonomia, passando também por áreas do desenvolvimento e eleições autárquicas.

Em primeiro lugar, é evidente que nunca é demais salientar o papel que a democracia, a autonomia e a construção do estado social no País e na Região tiveram no desenvolvimento dos Açores, na melhoria das condições de vida da população, no desenvolvimento económico e social desta Região. E nunca será demais salientar esse papel, não deixando de dizer, como é óbvio, que se muito caminho foi feito, muito mais havia a fazer. E é por isso que a Região continua a ter problemas estruturais muito sérios que continuam a ser o grande desafio do desenvolvimento dos Açores. E isso é óbvio que é de salientar a todo o momento.

Pegaria numa frase que foi dita naquela tribuna e que me parece também fundamental, quando se fala de participação democrática, quando se fala de

abstenção e de toda a envolvência das pessoas na democracia, nos atos eleitorais, enfim, de toda a participação cívica ao longo dos mandatos.

A Sra. Deputada Sandra Faria referiu que nós temos que explicar aos cidadãos que a autonomia e a democracia são coisas boas. E é verdade que temos esse dever, aqui e em todos os fóruns onde temos a palavra. E demos fazer todos os dias essa pedagogia. Mas efetivamente os atos valem ainda mais do que as palavras. E é com as políticas concretas desenvolvidas, quer pelo parlamento quer pelos governos, quer ainda pelas autarquias que se consegue realmente demonstrar as virtudes da democracia, da autonomia, do estado social e daquilo que ele consegue trazer, em termos de melhorias, à vida das pessoas.

É esse o nosso grande desafio, porque assim as nossas palavras terão muito mais peso. E as palavras dos políticos, sejam eles quais forem, serão levadas a sério, quando os problemas das pessoas forem efetivamente resolvidos.

Em vésperas de eleições autárquicas, também é fundamental olhar e cada um fazer a sua análise do momento e, neste caso, também os próprios partidos políticos.

Pegando nesta questão do resultado e da obra feita, seja ela física ou uma qualquer medida implementada, seja em eleições autárquicas ou noutras quaisquer, é fundamental que os governos ou as autarquias não deixem a obra para as vésperas de eleições, coisa que, infelizmente, muitas vezes acontece, onde o parque de estacionamento ou o buraco na rua só é construído ou arranjado em vésperas do ato eleitoral. E esse é efetivamente um fator que leva ao descrédito da democracia, porque se percebe que determinado problema só é resolvido, não porque ele tem que ser resolvido, mas porque as eleições se aproximam. E esse é um fator de descrédito da democracia.

Em vésperas de eleições, é fundamental que os partidos políticos, dos quais todos nós fazemos parte, tenham também um papel de responsabilidade, de procurar que os seus candidatos e candidatas tenham programas sérios, que procurem responder aos problemas das pessoas; problemas de habitação, de

mobilidade, de ambiente, do ordenamento do território, levando a fazer uma campanha que seja clara, esclarecedora e justa. E que tenham fundamentalmente nas ideias, o fator para levar as pessoas às urnas e que não seja - como infelizmente muitas vezes ainda acontece – o caciquismo e a distribuição de materiais de construção, como tantas vezes se vê, o fator para levar as pessoas a votar. Ou seja, que sejam as ideias e as propostas a mobilizar e não a pequena influência – para não dizer outra coisa – de votos que tantas vezes se vê nas várias eleições.

Que sejam eleições justas e que ganhe efetivamente a democracia e o desenvolvimento da Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Sandra Dias Faria traz-nos aqui uma reflexão e uma série de evidências até, da nossa vivência democrática, algumas das quais merecem algumas considerações da nossa parte.

Desde logo, Sra. Deputada, diz e bem que quase sempre é mais fácil ser destrutivo do que ser construtivo.

É um facto indesmentível, porque ouvimos na rua, nas redes sociais, até tantas vezes mesmo dentro desta Casa, mais crítica do que sugestão.

Mais crítica destrutiva do que crítica construtiva.

Mais *botabaixismo* do que propostas de solução. E o cidadão que está lá fora é levado e induzido nessa mesma senda.

Torna-se numa espécie de -permitam-me a expressão – “pescadinha de rabo na boca”. Porque se nós somos o reflexo dos que estão lá fora, porque são eles que diretamente nos elegem, temos obrigação de transmitir lá para fora o modo de fazer diferente. Caso contrário, caímos neste ciclo. Vamos passando para fora aquilo que de pior tem a política e eles lá fora aprendem que é assim

e escolhem os piores sempre para os representar. E, portanto, vejo com agrado esse seu reparo e reitero que nós aqui, nesta Casa, devemos sempre fazer um esforço, não só para melhorar a vida das pessoas e resolver os seus problemas, mas também para fazer alguma pedagogia sobre algumas das questões – que até são meros mitos urbanos – que é preciso desmistificar, é preciso destruir e criar narrativas mais verdadeiras. Porque, de facto, só há uma forma de combater os populismos e os totalitarismos que é resolvendo os problemas das pessoas, com verdade, com equidade e com soluções que as satisfaçam. Senão, vamos *acendendo fogueiras* à construção ou ao aquecimento da *fornalha* dos totalitarismos e dos populismos.

A Sra. Deputada fala, e bem, na necessidade e importância do eleito local, daquele que está mais próximo das pessoas, aquele que é a linha da frente no embate com os cidadãos. Daquele que, ao contrário de nós que vamos para casa e provavelmente nem sabemos onde é que 90% dos eleitores reside, os eleitores deles sabem onde é que eles moram, sabem qual é janela do quarto deles, sabem bater à porta a qualquer hora, com qualquer problema, com problemas que são solúveis pelo eleito local, e outros que não são solúveis por ele, mas o eleitor não quer saber disso.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E temos aqui dois deles.

Eu tive a feliz ideia de começar o meu mandato como deputado, visitando todas as freguesias das ilhas dos Açores. E comecei por uma ponta – a ponta mais longe, a mais periférica dos Açores – que foi o Faial da Terra e Água Retorta.

Estive com eleitos locais, Presidentes de Junta – muito bons Presidentes de Junta, Sra. Deputada – que me disseram assim: “nestes anos todos que eu sou Presidente de Junta, o Sr. Deputado foi o primeiro a vir visitar a minha freguesia. Nem os do meu partido, quando convidados, cá vieram!”.

Isto deu-me um alento para continuar aquele trabalho. E tenho visitado muitos Presidentes de Junta – e já visitei quase todos em S. Miguel, faltando

apenas 3 ou 4, quase todos na Terceira, faltam alguns que na próxima semana vou ter oportunidade de o fazer – e todos têm uma reclamação comum.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Tem a ver com o estatuto do eleito local.

Uma promessa do Partido Socialista, de António Costa, de há quase 20 anos. E todas as eleições autárquicas essa promessa aparece. E a solução nunca aparece, nunca há uma proposta de estatuto para o eleito local. E sábado que vem vamos ter outra vez uma reunião da ANAFRE e vamos todos falar novamente na mesma coisa.

Por isso, volto ao princípio desta minha intervenção, para dizer que temos que resolver os problemas das pessoas. Quando não, criamos condições de *fornalha* ou crescimento dos totalitarismos e dos populismos.

Por isso, Sra. Deputada, agradeço a sua intervenção política, porque ela deu-me oportunidade de falar duma coisa que eu queria falar há muito tempo, ou seja, da importância dos eleitos locais, dos Presidentes de Junta de Freguesia, como primeira linha da frente para combater os problemas e acudir às ansiedades das nossas populações.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado. A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para esta manhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pois eu também integrei o Poder Local, embora não me tenha sido dada oportunidade de ir às reuniões. É que as reuniões da Assembleia Municipal foram sistematicamente marcadas para a semana em que eu estou no plenário.

*(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)*

Portanto, é uma experiência que eu não tenho. E também mostra bem o espírito democrático da Câmara em questão, em que o resultado até tinha sido 8/7 em termos de membros da assembleia municipal e a mesa é toda do Partido Socialista (os três) e as reuniões são todas feitas quando eu estou no Parlamento. Por isso, é que eu me candidato agora a Presidente (da assembleia municipal), para ser eu a marcar as reuniões nas próximas eleições e no próximo mandato.

*(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Sem dúvida concordo com muitas das questões que foram colocadas pela Sra. Deputada, no sentido da valorização do Poder Local.

É cada vez mais difícil, desde logo o esforço para criar listas e concorrer a todos os órgãos autárquicos. É um esforço colossal. E é cada vez mais difícil - é a minha experiência - encontrar pessoas disponíveis para trabalhar junto do Poder Local. É mais difícil também, até nas filarmónicas e nos clubes desportivos, conseguir mobilizar as pessoas para projetos comunitários.

Por isso, é muito importante isto do esforço que é feito na valorização do Poder Local. E também dum novo espírito que tem que existir, pelo facto de que no Poder Local temos essencialmente problemas práticos que muitas vezes não têm a ver com as diferenças ideológicas entre os partidos. São problemas práticos que é necessário resolver, no sentido de conjugar vontades, de conseguir realizar consensos. Perde-se tanta energia e tanto tempo em conflitos inúteis e estéreis que não vale a pena as pessoas gastarem o essencial da sua energia com eles. O que é importante é mobilizar as pessoas para a resolução efetiva dos problemas.

Portanto, concordo consigo no âmbito da valorização do Poder Local que é essencial. A organização do Governo Regional já responde a esse desiderato e tenta dar uma resposta nesse sentido. E é isso que se vai fazer no futuro. Tentar valorizar o Poder Local com todos.

O Partido Socialista é um grande partido autárquico, é o maior partido autárquico dos Açores. Tem um papel essencial nesta matéria. E, portanto, considero que estão criadas as condições para que, entre todos os partidos aqui representados e nas nossas autarquias, se consiga fazer este esforço de credibilização e de valorização.

Há questões essenciais, como por exemplo, nas nossas autarquias, alguns vereadores de partidos que não ganharam o município, possam desempenhar funções, se são pessoas especialmente preparadas em determinadas áreas, porque não?

Porque não tentar envolver também pessoas que participaram no esforço eleitoral atribuindo-lhe algumas responsabilidades (sectoriais) se eles quiserem?

É assim que se consegue um poder autárquico mais plural e consegue-se formar mais consensos, que é o essencial para que os projetos se desenvolvam.

Portanto, concordo consigo neste esforço de credibilização e de apoio aos autarcas que é essencial.

Gostava de lhe dizer, para terminar, que é preciso, sobretudo, olhar para o futuro.

Vamos agora enfrentar um problema, vamos enfrentar umas eleições autárquicas onde há sempre diferenças.

É evidente que os partidos têm que acentuar as suas diferenças de projeto, porque é assim que se mobiliza os eleitores. Eles têm que perceber qual é a diferença entre um determinado projeto político de um partido e de outro. Por isso, é evidente que tem que se acentuar as diferenças. Mas é muito importante, dentro deste quadro de acentuar as diferenças entre projetos –

estamos a propor coisas diferentes – que a campanha se faça com um espírito cívico e democrático muito elevado.

Há problemas e questiúnculas que devem ser obviamente evitadas e devemos concentrar o foco da nossa intervenção política naquilo que se pretende fazer e no projeto que se apresenta ao eleitor.

Esse deve ser o essencial do esforço que deve ser desenvolvido pelos diversos partidos.

Por isso, eu olho para este novo futuro e vejo que se nós queremos atrair pessoas para a atividade política e autárquica, não podemos transformar isto num charco. Temos que transformar isto num local em que as pessoas não são descredibilizadas e ofendidas.

O que é essencial é que as pessoas, os candidatos, possam ganhar o reconhecimento da sua comunidade, pelo esforço que estão a fazer e pensar nos dias que podiam ficar em casa e que estão a contribuir para o desenvolvimento da sua terra com ideias e com a participação em projetos, valorizando esse esforço individual que é feito. É tempo retirado às famílias, retirado à atividade profissional e isso tem que ser valorizado.

Eu penso que é esse o caminho que deve ser percorrido no futuro.

Daí rever-me em grande parte da sua intervenção, Sra. Deputada.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prevaleço-me da declaração política apresentada pela Sra. Deputada Sandra Faria, com referência ao Poder Local para, em nome pessoal, em nome do Governo, em nome da cidadania, deixar aqui expresso um sentimento de homenagem aos que, ao longo da história democrática do Poder Local nos Açores, deram mais **de si** do que **pensaram em si**, ao serviço das populações e do desenvolvimento dos seus territórios, ao nível de freguesia e municipal.

**Deputado Jaime Vieira** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** São credores da nossa homenagem, do nosso reconhecimento e da nossa gratidão.

São os políticos que, com pouco, fazem muito.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que com disponibilidade máxima, substituem os antagonismos e os protagonismos de alguns que veem na política um altar do exibicionismo pessoal, egocêntrico, pela generosidade, pelo consenso, pelo espírito missionário de, em provedoria de serviço ao povo, defenderem os interesses da sua gente e da sua terra.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E têm, por isso, este tributo de políticos e democratas que estão em órgãos de representação governativa e política noutra estatuto. O direito de exigirem deles atenção para o seu desempenho.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Para aqueles que hoje, e à data de hoje em concreto, possam estar a preparar listas, e a sua integração nas eleições do próximo dia 26 de setembro, também uma palavra de esperança, de empenho e de disponibilidade do Governo para com eles cooperar.

Fica o reconhecimento, por isso, também para estes, de que estão disponíveis para não propriamente um sacrifício, mas para um esforço de serviço à democracia e à política de cidadania.

O Poder Local é aquele que mais invoca e convoca a tendência do serviço de cidadania.

Deixo-lhes, assim, este reconhecimento pela sua disponibilidade, mas também o compromisso de - uma vez eleitos e com um mandato de legitimidade democrática inquestionável, serem tratados com dignidade e igualdade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Representam o povo e não os partidos, uma vez eleitos.

Fui um autarca. E devo dizer que me honrou muito a experiência. E sei que o saber adquirido desta experiência, me sensibiliza para que o relacionamento institucional seja de dignificação do Poder Local na democracia autonómica dos Açores.

Pode o Poder Local contar com este Governo.

Mas para que não fique apenas uma declaração proclamatória, aliás já ontem sinalizada na comunicação política que aqui realizei, ficam agora alguns exemplos que já são prática deste Governo.

Os autarcas reclamaram, porque a Lei de Finanças Locais assim determinou, participação na receita da taxa variável do IRS no montante de 5%.

Em determinada altura, foi-lhes cortada esta transferência pelo Governo da República. E, sim, tornou-se num certo contencioso autonómico relativamente à responsabilidade de pagamento desta receita. 10 anos de dívida.

Foi este Governo que, em 8 meses, já acordou o pagamento desta dívida ao Poder Local dos Açores, em total equidade.

A participação do Poder Local na boa execução dos fundos comunitários, determina a possibilidade dum diálogo constante, para otimizar a execução daqueles recursos.

Houve sempre uma cristalização, ao longo destes anos, na relação entre a disponibilidade dos eixos do Quadro Comunitário de Apoio para disponibilizar ao Poder Local para a sua execução.

Este Governo, em 8 meses, já acordou com a Associação de Municípios da RAA a necessária flexibilidade para que se otimize até ao final o Quadro Comunitário de Apoio do Programa Operacional Açores 2020.

3 milhões e meio de reforço, mais 6 milhões e meio.

É assim que passámos das palavras aos atos.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sim, a orgânica do Governo prevê um departamento para assegurar contato direto ante os eleitos locais de nível de freguesia e municipal, para encontrarem um interlocutor que seja provedor das suas reivindicações, seja auxiliar das suas ambições, cooperante entre a Administração Local e a Administração Regional Autónoma.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Presidente.

**O Orador:** Nós temos feito o melhor que sabemos, por respeito à dignidade do Poder Local.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi todos os Deputados que falaram sobre a declaração política do PS.

Sem dúvida são palavras encorajadoras. São palavras cheias. E sem dúvida mostram que a nossa democracia está a funcionar. Por um lado, nós temos autarcas – tenho que admitir – que são muito bons, sejam eles presidentes de câmara ou presidentes de junta de freguesia. E temos presidentes de junta que, mesmo com a influência dos partidos, preferem estar ao lado dos fregueses para, duma forma próxima, ajudar quem mais precisa. Mas também temos o oposto, o qual não foi falado – apenas foi dada uma nuance pelo Sr. Deputado António Lima – e que é ao contrário. Aquilo que não dignifica em

nada a democracia numas eleições tão importantes como as autárquicas. Ou seja, quanto é que vale um voto?

Vale uma fotografia? Como uma troca de 50 euros para mandar para o cacique?

Vale 2 latas de tinta? Ou o reboco da parede da vizinha, feito com os empregados do município ou da junta de freguesia?

Vale uma máquina de lavar? Como vimos há 4 anos atrás isso acontecer.

É isto que não dignifica a democracia. E não dignifica nunca as eleições autárquicas. Porque sem dúvida estas eleições são de proximidade. E precisando obviamente de robustecer o Poder Local, não há nenhum partido que diga exatamente o contrário. Mas temos que dignificar e dar o exemplo de que o voto não vale apenas a troca dum sacas de cimento; o voto vale, sem dúvida – como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão – pelos programas e por aquilo que nós temos que dar às pessoas, seja aos fregueses como no concelho em si.

É isso que nós precisamos fazer. E é isso que o PAN defende.

Esperemos que as eleições autárquicas deste ano sejam um pouco mais democráticas do que aquilo que nós tivemos no ano passado.

Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Sandra Dias Faria para encerrar esta declaração política.

**(\*) Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No final desta discussão sobre a declaração que proferi daquela tribuna, aprez-me registar o consenso generalizado da importância do Poder Local democrático, não fosse a nota dissonante do Sr. Deputado Pedro Pinto, relativamente ao que proferi na tribuna.

Tenho a dizer que quando falei em voto livre, falei no 25 de abril e naquilo que nos trouxe a Revolução em termos de liberdade e democracia.

Poderá ter sido uma questão de interpretação, e dou-lhe o benefício da dúvida, mas o que é certo é que há também aqui uma diferença de posição entre aqueles que são os partidos da Coligação, antecedendo a sua intervenção tivemos a do Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral que, por outras palavras, referiu exatamente tudo aquilo que eu disse ali da tribuna.

Portanto, quando falamos da importância do Poder Local democrático e da sua relação com a democracia e autonomia, e ainda também com os diferentes níveis de governação, temos aqui matéria para uma vastidão de discussões que afastam qualquer ambição de as solucionar hoje aqui.

No entanto, refletir sobre o Poder Local neste momento, afigura-se não só como oportuno, pertinente e até mesmo urgente, dado o momento que vivemos e a proximidade das eleições autárquicas.

Tenho, ainda, uma nota a deixar sobre aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo Regional relativamente ao reforço que é agora possível fazer às autarquias, de que este reforço é possível, devido ao trabalho do anterior Governo que na sua reprogramação...

*(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente, quando permitirem que eu continue a minha intervenção, assim farei.

Portanto, a criação do departamento que referenciaram, tenho a dizer que estando eu ligada ao Poder Local, nada soubemos nem nenhum contato obtivemos do mesmo.

Todavia, e fazendo aqui um ponto de situação, quero...

*(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas do PSD, PS e Deputado Pedro Pinto)*

**Presidente:** Sra. Deputada permita-me.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Sandra Faria conclua a sua intervenção.

Muito obrigado.

**A Oradora:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Devo deixar aqui três questões que considero essenciais e que tomei nota da sua unicidade nos discursos aqui feitos.

Uma primeira questão que tem a ver com a necessidade premente de incentivar e valorizar a participação local. Este é um desafio que nós encaramos e que não haverá outra via de o fazer, a não ser através da valorização dos que já dão muito do seu dia-a-dia, da sua vida, do retirar muitas vezes às suas famílias e ao seu tempo, para se dedicarem às suas comunidades. Se não for esta a valorização dos que cá já andam, outros não virão.

Uma segunda questão que é uma necessidade imperiosa de fortalecer a proximidade que todos reconhecemos ao Poder Local, por via da ampliação das duas competências e essa é uma matéria que não depende apenas da Região, mas também da República e do necessário reforço de recursos para fazer valer a eficácia desta proximidade e, assim, servir melhor os nossos concidadãos.

Uma terceira questão que nos últimos tempos, devo confessar, me tem trazido alguma preocupação e creio que a qualquer açoriano que se orgulha de o ser,

também trará. Ou seja, uma necessidade imperiosa de, também através do Poder Local, cimentar a ideia dos Açores enquanto uma unidade regional, onde os bairrismos não encontram lugar para crescer, dando lugar a um único conceito: ser açoriano! De ser com orgulho das Ilhas de Bruma! Sem lugar para disputas e divisões que nos enfraquecem e atrasam o nosso desenvolvimento harmonioso.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** E deixo aqui o desafio a todos quantos, de forma mais ou menos direta, têm influência no Poder Local democrático, na construção do caminho para a unidade e para o desenvolvimento da nossa Região.

Disse.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos ao meio-dia e 15 minutos.

*Eram 11 horas e 54 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 21 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com uma declaração política do PSD.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Recenseamentos da População – OS CENSOS – são a maior operação estatística realizada em qualquer país do mundo; destinam-se a obter informação sobre toda a população residente, as famílias e o parque habitacional.

Essa informação é essencial para o desenvolvimento económico e social, constituindo-se como importante instrumento ao planeamento informado dos serviços e à definição de políticas, nas mais variadas áreas.

O capital humano é um fator determinante para o bem-estar e progresso das sociedades.

Esta informação é fundamental para a tomada de decisão por parte dos governos, sociedade civil, das academias e demais intervenientes.

Os primeiros Censos em Portugal foram em 1864 e nessa altura o Corvo, por exemplo, tinha 883 pessoas e agora tem aproximadamente 400.

As Flores, já teve 10.500 pessoas e agora tem aproximadamente 3700 pessoas.

O Faial tinha 26000 e agora tem 14500.

O Pico, por sua vez, tinha 28000 e hoje tem aproximadamente 14 mil pessoas; São Jorge tinha aproximadamente 18 mil pessoas e agora tem cerca de 8200. A Graciosa teve 8700 e agora cerca de 4000.

Stª. Maria praticamente mantém a sua população enquanto S. Miguel e Terceira em contraciclo aumentaram a sua população.

A demografia das nossa ilhas constitui, porventura, um dos maiores e mais duradouros desafios para todos nós.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esse é um problema que os 45 anos de autonomia, que todos temos de reconhecer, não resolveu e temos de ter uma ação política determinada e consequente.

As consequências do despovoamento das zonas rurais vão além do abandono de pequenas localidades.

Afeta também o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

Essa problemática deve ser tratada como um dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, pois é fundamental haver um equilíbrio entre o ambiente rural e urbano.

Só assim será possível atingir um maior nível de sustentabilidade em todos os lugares.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso realizar um trabalho consciente para impedir o contínuo (e, por enquanto, inevitável) despovoamento rural.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E o foco não pode estar somente nas zonas pouco habitadas e que estão fadadas a desaparecer, mas também nos **povoados maiores ou nas vilas menores**, mais afastadas dos grandes centros urbanos, já que esse tipo de agrupamento populacional também está perdendo habitantes.

Um bom exemplo disso são os municípios das ilhas mais pequenas, mas também os municípios da ilha de S. Miguel, como é o caso da Povoação e do Nordeste.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** As consequências do despovoamento afetam a sociedade de forma transversal, com impacto direto nos vários aspetos.

A **diminuição da qualidade de vida**, pois as pessoas que assistem ao esvaziamento dos núcleos rurais estão expostas a perdas nos serviços básicos oferecidos (saúde, educação e alimentação).

Os orçamentos dos próprios municípios diminuem e esse é um elemento essencial para uma política de proximidade.

Além disso, ao perder a sua população, as opções de trabalho reduzem-se drasticamente, o que obriga os mais jovens a sair à procura de um emprego que não vão encontrar no “campo”.

Esta **perda do dinamismo económico** conduz a um empobrecimento da população que permanece naquela região e dos próprios municípios, que chegam a perder património cultural.

Não é só riqueza que se perde, muitos produtos locais deixam de ser produzidos e, com isso, o próprio campo “perde-se”.

Isso leva a uma espécie de **desertificação rural** provocada pela destruição de um ecossistema em vigor há anos ou até há séculos.

Leva ainda a uma degradação ambiental e económica, pois a queda da produção agrícola e pecuária provocada pelo despovoamento rural faz com que alimentos anteriormente produzidos localmente precisem de ser importados, aumentando a poluição causada pelo transporte. É urgente agir!

Sr Presidente, Sras. Srs Deputados, Sr. Presidente, Sras e Srs. Membros do Governo:

Essa declaração política não visa criticar este ou aquele governo, visa sim, **conscencializar e convidar todos os partidos, todos os agentes políticos a desenvolver políticas para atingirmos a sustentabilidade económica, social e demográfica.**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Este Governo, este Parlamento, devem ser parceiros estratégicos dos Municípios e das Freguesias.

Têm de ser considerados e desenvolvidos projetos que, por um lado, **evitem o despovoamento** e, por outro, incentivem a **repopulação** das zonas rurais. O número de habitantes reduziu muito e geralmente têm uma população com idade média envelhecida.

A **diversificação dos setores económicos** é fundamental, ou seja, é preciso ir além da agricultura como meio de subsistência para revitalizar determinada área.

Isto não significa que a exploração agrícola não deva ser recuperada, mas que é preciso aumentar a diversidade para atrair empresas e trabalhadores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** As melhorias tecnológicas são essenciais, ou seja, é necessária uma boa rede digital, que permita a utilização de tecnologia de forma fiável.

Isto pode atrair pessoas que trabalhem de forma remota e estejam em busca de um ambiente mais saudável e tranquilo do que o das grandes cidades.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Obviamente, qualquer medida deve ser apoiada pelos seus governos com iniciativas **que incentivem o emprego** e atividades económicas nas áreas que enfrentam esse declínio populacional.

Neste sentido, o PSD apresentará uma iniciativa com vista a promover a mobilidade laboral e que pretenda corrigir os desequilíbrios do mercado de trabalho privilegiando as ilhas com mais fragilidade.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** A criação de uma medida destinada a fomentar a mobilidade geográfica dos recursos humanos entre as ilhas dos Açores, particularizando as ilhas onde a demografia evidencia maiores fragilidades, a par da dinamização do mercado laboral e da correta inserção socioprofissional;

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A medida a criar deve ser destinada a desempregados inscritos na Agência de Qualificação e Emprego e outros residentes desempregados, mas não inscritos nas nossas Agências, desde que devidamente comprovada a situação de desemprego.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

**(\*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nome do XIII Governo para sublinhar a oportunidade que vislumbramos nesta intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, através do Sr. Deputado Bruno Belo, relativamente a um conjunto de matérias que aqui coloca e que tocam, no fundo, um dos grandes dramas do nosso regime autonómico: a **coesão social** e a **coesão territorial**, são talvez o maior desafio que o regime enfrenta.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não é deste Governo, não é destas bancadas deste lado ou daquele. É de todos nós.

Penso que todos temos consciência deste desafio. De tentar conseguir contrariar aquilo que é o desafio territorial, social, para que consigamos diminuir a diferença entre os mais pobres e os mais ricos e também diminuir a diferença entre alguns espaços geográficos da nossa Região que têm mais capacidade de chamar população e outros que não têm essa capacidade de fixar população.

Nalgumas ilhas, sentimos como que uma certa angústia. A angústia do fim das coisas. A angústia do fim duma freguesia que se começa a desmoronar

quando se fecha uma escola, quando se fecha uma casa do povo, quando se fecha um comércio. E acho que, nalguns aspetos, já fomos longe demais.

O estado, feito poder autonómico, falhou em muitas circunstâncias. E falhou, por exemplo, numa certa concentração das escolas.

Isso foi aqui denunciado há vários anos atrás, num movimento que foi promovido pelo Governo da altura de concentrar as escolas. Ora, fechar uma escola numa pequena comunidade é o primeiro passo para o desmoronar dessa mesma comunidade.

Nós temos que ter isto em atenção. Não serve de nada dizer que Lisboa tem que olhar para os Açores. Ou Lisboa dizer a Bruxelas que tem de olhar para Portugal.

Aqui temos que olhar para cada uma das ilhas por igual!

Todas – repito – **todas as ilhas são iguais!**

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente!

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Umas mais que outras!

**O Orador:** Disse-o ontem e reafirmo-o hoje:

Nasci e vivo numa ilha que foi muitas vezes enjeitada.

Sei bem o que é esta angústia do fim das coisas. De ver filhos, irmãos, familiares partirem e deixarem a ilha mais pobre.

Este é um desafio geracional que temos.

Este é um desafio institucional que temos.

É um desafio de todos e de cada um de nós.

E atenção, afeta não só ilhas mais pequenas ou mais distantes. Afeta, também, ilhas que, como S. Miguel, tem zonas que ficam distantes e que estão a começar a ficar despovoadas.

O Concelho do Nordeste, por exemplo. E o da Povoação também. São desafios muito grandes que nós temos.

Portanto, não entendamos isto apenas como a versão dum autarca socialista do Faial de há muitos anos, que falava em ilhas *capitalinas* e ilhas *não capitalinas*. Não tem só a ver com isso.

É evidente que a história tem importância.

É evidente que em 1976 quando se construiu o regime autonómico, em cima de 500 anos de ilhas com *costas voltadas* entre elas, teve que se optar por aquelas onde, por um lado, compensava-se o fim dos ex-distritos e, por outro lado, havia condições para fixar, em termos de meios humanos e de edifícios, os poderes regionais.

Mas a verdade é que estes anos vieram demonstrar que há muitas outras realidades.

A teoria Nemesiana de que a geografia valia quase tanto como a história foi de alguma forma dinamitada pelas novas tecnologias.

Hoje, há pessoas que podem estar a trabalhar na Fajãzinha das Flores para Silicon Valley. Podem estar a trabalhar no Faial da Terra para Bruxelas. E, portanto, esta nova realidade também tem que ter uma tradução naquilo que são as respostas públicas.

Por isso, o Governo pretende desenvolver processos horizontais de literacia digital, criando condições para que depois possam aquelas pessoas que tiverem aptidões e vontade para tal, qualificar-se mais. Duma forma global na Região, sem haver privilegiados e não privilegiados.

Isto é fundamental. Como também é fundamental, Sr. Deputado Bruno Belo, e felicito-o pela sua proposta, desenvolvermos mais um esforço no mercado laboral regional.

Houve, de facto, um esforço feito pelo anterior Governo – precisamos de reconhecer – que criou o MOVEMPREGO que pretendia levar pessoas dumas ilhas para as outras tentando fomentar algumas situações.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

**O Orador:** Mas a verdade é que este MOVEMPREGO foi lançado em novembro de 2019 e teve apenas 4 candidaturas.

Na verdade, os apoios eventualmente não seriam suficientemente robustos. Naturalmente veio a pandemia e um conjunto de situações que não foram acauteladas.

É objetivo do XIII Governo, no seguimento da sua proposta e naturalmente daquilo que vai apresentar aqui em termos resolutivos, desenvolver um mercado laboral regional, mas tendo em conta a aprendizagem que se fez. Tentando agregar aqui entidades das ilhas destino que possam ajudar e tentando integrar nesse projeto a segurança social para melhor integração. Tentando levar famílias e não apenas os trabalhadores, fixando-as. E assim, promover uma melhor distribuição do mercado laboral regional. Também naturalmente com a formação que é preciso dar.

Há ilhas onde são necessárias centenas e centenas de postos de trabalho, seja na agricultura ou no turismo.

Vamos investir e vamos trabalhar nisto. Mas sempre com uma visão que é o tal desafio institucional e geracional.

Contribuir para melhorar a coesão territorial e a coesão social dos Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** O Grupo Parlamentar do PS quer intervir neste debate, porque para além das situações com que todos concordam de que isto é um problema estrutural, não só dos Açores, mas também do País e até da Europa, por via de vários fatores, desde logo, um que é pouco referido e tem a ver com o índice de fecundidade e do número de filhos por cada casal, que tem vindo a diminuir ao longo dos anos; mas há um aspeto que

acho importante carrear para esta discussão e que tem sido de alguma forma, ao longo dos anos, sempre relegado para 2º plano.

Quando dizemos que os Açores são uma terra de **emigração**, devemos não esquecer que o grande problema reside – quanto a nós – nesse mesmo aspeto. E se nós já tivemos uma população açoriana na ordem (superior) dos 300 mil habitantes, também é verdade que houve duas grandes sangrias; uma primeira na década de 60 e uma segunda – é preciso dizê-lo! – entre 1976 e 1995, em que emigraram 28.837 pessoas para os Estados Unidos; 18.876 para o Canadá; e 1580 pessoas para as Bermudas. E essas pessoas emigraram, porque provavelmente tinham melhores condições fora da Região.

É aí que a nossa pirâmide demográfica começa a sentir grandes e graves problemas, porque quem emigra normalmente são os mais jovens e o envelhecimento populacional ocorre fundamentalmente por essa razão.

Emigraram também menos pessoas daí até agora, porque entretanto, os jovens foram sendo menos numerosos nessa pirâmide e, naturalmente também, a Região tem vindo a sofrer algumas evoluções e também a fixação da pouca população que temos neste momento.

Portanto, temos realmente nos Açores, para além da nossa vontade de considerarmos que este é um problema estrutural, que fazer e trilhar caminhos como outros países, dando incentivos à natalidade e à fixação. Porque é com estes dois fatores que podemos de algum modo, e contrariando o movimento secular, melhorar. Mas atenção, também precisamos refletir sobre a questão da nossa capacidade de *carga*, isto é, a capacidade de responder à nossa população em cada uma das ilhas.

É claro que neste momento temos uma larga possibilidade das ilhas voltarem a ser mais povoadas, porque temos instrumentos económicos e financeiros que podem de alguma maneira responder a isso. No entanto, é preciso também dizer que no tempo em que estas ilhas tinham muita população, se calhar tinham na realidade excesso de população para a quantidade de recursos disponíveis e para o bem-estar das pessoas. E é por isso que elas,

sendo pobres e não tendo recursos, viram-se obrigadas a emigrar e procurar noutras paragens melhores condições.

Por isso, nós temos que fazer duas coisas. Por um lado, dar condições às pessoas que aqui estão e, sobretudo, aos jovens que aqui têm de permanecer para que sintam vontade de constituir família e terem mais filhos (é disso que se trata). E, por outro lado, também, tentar contrariar os movimentos emigratórios e – porque não dizê-lo? – como noutras paragens, captar pessoas que possam vir para os Açores para que, dando naturalmente o seu contributo, também o possam dar em termos de natalidade.

Aliás, a ilha do Corvo acaba por ser um exemplo paradigmático disso. É que algumas pessoas fixaram-se lá e acabaram por aumentar o número da população. Há poucos anos o Corvo tinha 300 e poucos habitantes e esse número aumentou. E, entretanto, com alguns casais jovens que se fixaram lá, a população tem tido uma dinâmica diferente. Daí falar-se no Corvo como uma exceção.

Portanto, sem haver receitas aqui, na Europa ou no País para um problema estrutural como este, deve-nos, porém, preocupar e ocupar nos próximos tempos, criando um conjunto de medidas quer de fiscalidade ou outras que concorram para maiores índices de natalidade e de melhor possibilidade de fixação das pessoas na Região Autónoma dos Açores, para voltarmos a ter uma pirâmide demográfica minimamente equilibrada nalgumas das nossas ilhas.

Esta é a nossa aceção e o nosso contributo para este debate, sobre tão importante tema que o PSD trouxe hoje aqui.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é um problema importante que o Grupo Parlamentar do PSD trouxe a este debate. E temos que enfrentá-lo. Não é um problema de hoje, já tem décadas. E a verdade é que se tem vindo a acentuar.

Há um despovoamento e uma diminuição da população dos Açores. Mas ele ocorre de forma diferente no território.

Só para vos transmitir alguns números, em 1849, a ilha de S. Miguel representava 39% da população total; e hoje, estará muito próximo de representar 60% da população dos Açores.

Os concelhos das sedes de distrito, nessa época, tinham uma população muito equiparada; e, agora, a diferença entre o concelho da Horta e o de Ponta Delgada, é enorme. Só para dar este exemplo.

Na ilha de S. Miguel tem-se vindo também a acentuar as assimetrias entre o concelho de Ponta de Delgada e os restantes, como por exemplo o do Nordeste, que também está a conhecer um processo de despovoamento.

Portanto, há enormes desequilíbrios no âmbito do nosso território, entre as ilhas e dentro das próprias, no que diz respeito às ilhas de maior dimensão. Este é um problema que se tem vindo a acentuar, mas que não é só nosso, como bem disse o Sr. Deputado José Contente. Acontece um pouco por toda a Europa e também no conjunto do País, em que a população se está a deslocar maioritariamente para o litoral, despovoando o interior do território. Este é o diagnóstico e, a breve prazo, vamos ficar com mais dados, assim que saírem os resultados (estatísticos) deste ano, relativamente aos censos.

Há respostas que têm que ser dadas. E vou dar aqui um testemunho pessoal. O meu filho quer regressar, depois da conclusão do estágio na área da advocacia, ao Grupo Ocidental. E levámos quase 1 mês e tal para conseguir uma habitação nas Flores. Ou seja, isto parece até um paradoxo. Mas a verdade é que, ao mesmo tempo em que é preciso mais população – e a ilha das Flores está a perder muita população, sendo que no Corvo também se

pretende o aumento da população – não há dúvida de que se alguém se deslocar às Flores e ao Corvo neste período, mas também durante o inverno, é muito difícil encontrar uma residência – a verdade é essa. E não é só nas Flores e no Corvo. Também acontece um pouco por todo o arquipélago.

Portanto, se nós queremos crescer e não temos depois resposta ao nível da habitação, este é um problema que temos de enfrentar com grande urgência.

Se alguém quiser se deslocar ao Corvo, hoje, não tem onde dormir. É tão simples como isto. Não há resposta. E para as Flores também não tem essa possibilidade, porque não há respostas. Não há casas. Nem sequer há quartos.

Por isso, é uma urgência agir rapidamente, de forma urgente, para encontrarmos uma resposta ao nível da habitação. E essa resposta tem que ser rápida. Evidentemente que o setor do turismo também está a crescer e diminuem, cada vez mais, as respostas que nós temos a este nível.

Portanto, isso é algo que tem que ser feito.

Outra coisa que tem que ser feita para desenvolver e melhorar as respostas, impedindo o despovoamento nalgumas zonas do nosso arquipélago, tem a ver com a melhoria dos transportes. Isso está a ser implementado. Há uma maior mobilidade e é óbvio que isso irá facilitar, no futuro, o desenvolvimento destas ilhas – isso já está a acontecer com respostas muito positivas, por exemplo, no Pico ou nas Flores, S. Jorge, onde já está a ter um efeito muito, muito positivo.

O que é necessário é também melhorar, ao nível do transporte das mercadorias – e já termino, Sr. Presidente – no sentido da unificação do mercado interno, para dar oportunidade de desenvolvimento às diversas ilhas.

Aí também temos problemas graves que é preciso enfrentar.

Bem, como aqui já foi dito, este não é um problema de hoje. É um problema que os anteriores governos tiveram que enfrentar. Mas é também, como aqui foi dito, um problema de regime autonómico, o qual tem que dar respostas mais eficazes. E esse é o grande desafio desta Legislatura e das próximas, porque este não é um problema que se resolva apenas numa Legislatura.

É um problema para o regime autonómico enfrentar e conseguir ter sucesso, ou seja, impedir o despovoamento nas nossas ilhas, ter respostas mais eficazes e permitir que os Açores possam, então, criar condições para um progresso económico e social que todos desejamos.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi permitido ao Sr. Deputado Paulo Estêvão dar um testemunho pessoal. E eu gostaria também de dar um testemunho pessoal sobre a desertificação das zonas rurais dos Açores.

O meu testemunho pessoal é o de quem vive há 16 anos na freguesia da Ribeira Chã – uma pequena freguesia, muito menor que o Corvo – em que eu explico como é que se faz. As pessoas não vão sozinhas para o litoral, Sr. Deputado José Contente.

Fecha-se a escola. Fecha-se o jardim de infância. Cancela-se o loteamento.

Do que é que estão à espera?!

As pessoas não têm condições para viver nestas freguesias.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** Em todas as pequenas freguesias foi este o lema: fecha-se, fecha-se e quem quiser que construa uma escola.

Quem quiser que arranje lá um posto de correios.

Nem uma caixa multibanco nós conseguimos para a pequena freguesia da Ribeira Chã!

É uma coisa absurda!

E foi o Governo socialista! Foram vocês!

Não foi a conjuntura europeia!

Não foram os *marcianos*! Não foi nada disso!

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o CHEGA?!

**O Orador:** O CHEGA estava lá a combater isso!

Os senhores estavam lá a destruir isso tudo!

Esta é a realidade do nosso mundo rural.

Temos que lutar para ter jovens nas freguesias.

Sr. Presidente do Governo:

Queremos um programa eficaz de habitação nas zonas rurais!

Um programa que faça com que os jovens digam: “vale a pena viver no mundo rural!”.

“Vale a pena ter uma horta”. E vale a pena viver na Ribeira Chã, no Faial da Terra, no Corvo, onde quer que seja. Mas vale a pena.

Não vale a pena é vir pôr as culpas nos outros, quando as culpas são nossas!

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e Deputado Rui Martins**

*(CDS/PP):* Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Sr. Deputado Bruno Belo nos trouxe esta reflexão sobre o despovoamento do nosso arquipélago.

Nós somos cidadãos europeus. Não nos podemos destacar daquilo que é o movimento sociológico da União Europeia.

É uma área geográfica do planeta que está atingindo níveis de desenvolvimento económico e social elevados e a consequência é a baixa da natalidade.

É uma Região que se está a desindustrializar e a transformar-se cada vez mais numa zona de serviços: e isso leva também à aglomeração populacional em grandes centros.

Mas temos que ver ou encarar o *on line*, o digital, como uma grande oportunidade para uma Região dispersa e arquipelágica como a nossa.

O *on line*, como uma oportunidade de trabalho. Como uma oportunidade de negócio e de comércio.

Em algumas áreas da nossa Região, já não há alguma oferta de comércio e de alguns determinados tipos de produtos. E os açorianos recorrem muito às compras *on line*. Não é por isso que deixam de viver naquela zona, porque ligados ao mundo através da rede, conseguem aceder aos bens e produtos que desejam.

Portanto, está aqui uma oportunidade para os Açores. Com boas políticas de incentivo à natalidade. À fixação de casais e jovens, nós poderemos - associando isso a boas redes de comunicação e à literacia digital - encontrar aqui uma oportunidade de fixar os açorianos e até de captar cidadãos europeus de outras paragens que desejem viver numa zona mais sustentável, do ponto de vista ambiental, mais sossegada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Numa zona mais segura, porque nós temos isso tudo aqui nos Açores.

Temos é que aumentar a capacidade e a frequência de transporte aéreo, para podermos entrar e sair com mais facilidade. E temos que ter uma política de

preços ao transporte, seja de pessoas seja de mercadorias, que efetivamente possibilite que as pessoas possam viver aqui de um modo adequado, sem um sobrecusto da insularidade.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PSD e do Deputado Rui Martins:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Alerto-o de que tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD trouxe-nos uma declaração política que versa essencialmente sobre a questão do despovoamento que é uma matéria de grande importância e que nos preocupa, ou pelo menos devia preocupar, a todos com seriedade.

Também neste debate sobre a presente declaração política, há algumas questões que não poderia deixar de levantar.

Ainda no mês passado trouxe o BE aqui uma declaração política em que falava exatamente sobre uma matéria que leva ao tal despovoamento. O desinvestimento, nesse caso do setor bancário, em várias localidades da nossa Região.

Os mesmos partidos que aqui trazem esta declaração política, criticaram o Bloco de Esquerda por trazer um problema que efetivamente leva ao despovoamento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não apoiado!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é falso!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não é verdade!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** E sou totalmente solidário com a falta dum caixa multibanco na Ribeira Chã.

No entanto, o CHEGA foi exatamente um desses partidos... ou será que era o CHEGA *oficial*? E o CHEGA *não oficial* tem outra posição?

Mas foi o CHEGA que criticou o Bloco de Esquerda, por este criticar a decisão dos bancos em fechar dependências bancárias em várias localidades dos Açores.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, há que tratar os assuntos com seriedade e não fingir que se está preocupado. Mas quando é para tomar uma posição e uma atitude *mete-se a viola no saco!*

Sobre a questão do despovoamento, importa também dizer que uma das formas importantíssimas em todo o país, e que já foi aqui referida havendo exemplos muito concretos sobre isto, de fixar pessoas, trazendo também desenvolvimento e permitindo que haja uma fixação e desenvolvimento das regiões, é quando nós recebemos imigrantes. Em todo o País isso se verifica, tendo sido já dado aqui o exemplo do Corvo e muito bem.

É uma possibilidade e é algo que nós devemos acolher enquanto Região e País aberto e solidário. No entanto, temos nesta Casa e nesta Assembleia partidos que querem criar quotas para imigrantes, apenas pela sua religião e, como diz o seu líder, “quotas zero”, ou seja, discriminar e expulsar pessoas pela sua religião.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Muito bem!

**O Orador:** E isso não tem lugar num País democrático nem numa Região democrática como a nossa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Já leu o seu programa político?

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Já!

Eu não costumo assinar nada sem ler primeiro!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo para encerrar o debate sobre esta declaração política.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de registar a postura do Governo em relação a esta matéria. E dizer-lhe, Sr. Secretário Regional da Juventude, Dr. Duarte Freitas, que a intervenção que teve é dum conhecimento profundo da realidade dos Açores e que a sua vida política lhe permitiu que o tivesse. Com um caminho definido. Com uma estratégia pensada.

Também não posso deixar de registar que há poucos dias o Sr. Secretário Regional da Agricultura...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Com vaca ou sem vaca!

**O Orador:** ... a propósito da alteração da produção de leite para a carne, dizia com toda a responsabilidade que nós temos que efetuar essa transferência das explorações de leite para carne com cuidado, porque se o fizermos de forma transversal, há ilhas que podem perder pura e simplesmente a sua produção de leite.

Este é o sentido de responsabilidade.

Este é o sentido económico e social da importância dum setor em cada uma das nossas ilhas e da sua especificidade e identidade em cada uma delas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quero também felicitar este Parlamento pela postura aberta que tem para discutir este problema que não pode ser discutido, pensando na sua parte pequena. Tem que ser discutido pensando na sua parte grande.

Não podemos estar preocupados com a caixa multibanco, quando o problema é muito maior do que isso.

Não podemos estar preocupados porque a caixa de multibanco foi retirada, porque o problema não é falta dela. O problema é um conjunto de serviços que estavam nessas freguesias e nesses municípios e que foram subtraídos e em cujas consequências não se pensou.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Essa é a postura que este Parlamento deve ter.

E se há matéria, sem prejuízo de outras, à volta da qual este Parlamento deve unir-se e deve haver um pacto entre todos os partidos com este objetivo, é esta matéria, porque existem ilhas onde, quando se fecha a porta duma instituição ou empresa, ela não volta a abrir. E é esta ideia que este Parlamento tem que ter, que este Governo tem que ter e todos os agentes políticos têm que ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço a todos.

*Eram 13 horas e 03 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Agradecia que ocupassem os seus lugares.

Eu tenho que suspender os nossos trabalhos e convocar uma reunião da Conferência de Líderes.

Agradecia, portanto, aos líderes que me acompansem à sala das Comissões.

Muito obrigado e até já.

*Eram 15 horas e 12 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 46 minutos.*

**Presidente:** Gostaria de vos dar conta do seguinte:

Na sequência da comunicação do Sr. Deputado Carlos Furtado, que passará à qualidade de Deputado Independente, há uma alteração no nosso quadro parlamentar em que o CHEGA deixa de se constituir em grupo parlamentar, passando o Sr. Deputado José Pacheco a assumir a Representação Parlamentar do CHEGA.

As formalidades estão feitas.

A Conferência de Líderes já reuniu para acertar a questão da distribuição dos tempos, por isso, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos e aos nossos debates.

Iniciámos, ontem, o ponto 5 da nossa Agenda - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII - “Regime de concessão de bolsa de estudos para a frequência de mestrado na área da formação de professores”**.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, sendo que ontem o Sr. Deputado Joaquim Machado efetuou a apresentação da iniciativa. E eu gostava de informar a Câmara dos tempos para este debate.

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 22 minutos; o PSD, como proponente, também dispõe de 22 minutos; o CDS também dispõe de 22 minutos, bem como o PPM; o Bloco de Esquerda dispõe de 12 minutos; as

Representações Parlamentares, da iniciativa Liberal, do PAN e do CHEGA dispõem de 10 minutos cada; e o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(\*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer, reiterando aquilo que o Grupo Parlamentar do PS também disse em sede de Comissão, que nos encontramos, hoje e sempre, ao lado de quem tem uma iniciativa que vise a resolução do problema da falta de professores profissionalizados na nossa Região. E, portanto, não será esta uma exceção. Por outro lado, queria ainda dizer que, do meu ponto de vista, quem está minimamente por dentro do assunto, saberá perfeitamente que este não é um problema exclusivo da Região Autónoma dos Açores. É um problema nacional a falta de professores profissionalizados em determinados grupos disciplinares.

Portanto, quem o diz reiteradamente, se estiver minimamente por dentro do assunto, também saberá que não está a ser correto.

Por isso, nesse aspeto fica feita aqui a observação, porque já ouvi várias vezes alguns dos Deputados que aqui estão, dizer isto e julgo que o saberão.

A iniciativa, como disse, do nosso ponto de vista é importante, apoiamo-la, mas consideramos que por si só, como é evidente, não resolverá um problema desta dimensão.

Por isso, importa aqui dizer que esta iniciativa será benvinda, quando conjugada com algumas outras ações que visem a resolução do problema.

Serão elas, por exemplo, a (nova) valorização da carreira docente. E digo nova, porque também já ouvi alguns dos caríssimos Deputados que aqui estão, dizer que o anterior Governo não o fez.

Julgo que quem está minimamente por dentro do assunto, volto a dizer, saberá que não está de todo a corresponder com a verdade.

Outro exemplo que, do nosso ponto de vista, importa aqui referir que deve ser conjugado com iniciativas desta natureza para alcançarmos a resolução do problema, é – e penso que aqui estamos todos em sintonia, pois também já ouvi de todas as bancadas dizer o mesmo – o investimento em cursos via de ensino na Universidade dos Açores. Parece-nos extremamente importante conjugar também este fator com alguns outros.

Outra sugestão- vamos dizer assim- da bancada do PS, que já referimos várias vezes, prende-se com a ativação do sistema de incentivos à fixação. Eu digo “ativação”, porque há já um articulado no Estatuto da Carreira Docente que normaliza este sistema de incentivos à fixação de professores.

Fica aqui uma outra sugestão que tem a ver com o Regulamento do Concurso do Pessoal Docente que, do nosso ponto de vista (não falando agora de mais nada!) poderia ser mais sensível a algum articulado que visasse a captação de docentes para a nossa Região.

Do nosso ponto de vista, uma das *falhas* do novo Regulamento é exatamente essa. Ou seja, não me parece que haja em ponto algum do novo Regulamento, uma intenção e uma ação clara que motive professores profissionalizados de fora da Região a pensarem sequer em ingressar no nosso sistema educativo.

Concretamente em relação ao diploma, foi bom verificar que os trabalhos de Comissão foram valorizados, porque algumas das divergências – eu diria a grande maioria delas – foram sanadas, porque a nova proposta que nos chegou já as tinha ultrapassado. E, portanto, resta-me aqui, no fundo, salientar duas divergências entre o Grupo Parlamentar do PS e os proponentes e que são essencialmente em dois pontos – dizendo-o de uma forma muito superficial – a saber, no modelo de seleção dos candidatos à bolsa, dado que há aqui uma diferenciação proposta pelos partidos da Coligação, entre aqueles que não frequentam já o curso de mestrado e aqueles que o frequentam; do nosso ponto de vista, parece-nos mais correto, dado que o objetivo é sempre o mesmo, que é possível fazer um único método de

seleção e não dois, uma vez que ambos possuem eventualmente uma mesma forma de poder entrar no acesso à bolsa.

A segunda questão em que não estamos de acordo, refere-se ao modelo de devolução à Região, quando o bolseiro desiste ou deixa de frequentar. Aproveito para dizer que divergimos tanto da proposta da Coligação, como da do Bloco de Esquerda. Na verdade, a primeira é que haja uma devolução em 1 valor e meio daquilo que foi recebido; a do BE é de que se devolva tudo aquilo que foi recebido. Ora, o Partido Socialista encontra-se algures no meio e entende que deve haver aqui obviamente a devolução do que foi recebido, com juros à taxa em vigor.

Por último, concordamos com aquilo que o Bloco de Esquerda propôs no Artigo 11º, exclusivamente no seu ponto 3º, em que se salienta a ideia – julgo que terá ficado esquecida – da proposta original no que diz respeito à suspensão da bolsa, quando o bolseiro não possa estar a frequentar, por motivo de saúde. E, portanto, será por aqui também que estamos de acordo com o Bloco de Esquerda, neste caso, e não com os partidos da Coligação.

Para já é tudo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta iniciativa legislativa da Coligação pretende atribuir uma bolsa de estudo para os alunos que frequentam mestrados na área da formação de professores. E naturalmente isto tem uma razão. E a razão é simples. É a de que o nosso sistema educativo regional está muito carenciado de professores. Faltam professores nos Açores. E não faltam professores só nas ilhas mais pequenas, em termos de território e demografia, mas também faltam inclusivamente em escolas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Algo que seria impensável há 10, 12 ou 13 anos atrás, mas que há 4 e 5 anos já se verifica

com alguma frequência, crescendo a intensidade dessas necessidades à medida que o tempo vai passando.

Portanto, quando o Sr. Deputado Rodolfo Franca do Partido Socialista diz que esta não é uma situação exclusiva da Região, isso é verdade. Aliás, ainda ontem na apresentação do diploma, eu tive oportunidade de dizer que a própria União Europeia também se debate com este problema, bem como o nosso País. Mas há aqui uma coisa à qual é manifestamente impossível fugir e que é a responsabilidade de resolver este problema nos Açores. Responsabilidade que é nossa, hoje, mas que ontem foi do Partido Socialista que nada fez sobre esta matéria.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Porque, de facto, se há falta de professores, hoje, e neste ano letivo que está a mesmo a concluir-se, foram recrutados através da bolsa de emprego público dos Açores quase 2 centenas de professores, por falta de candidatos na lista centralizada da Secretaria Regional da Educação – é bom lembrar que o ano letivo foi lançado e iniciado sob a responsabilidade do Partido Socialista. Ora, isto significa que há aqui uma necessidade enorme que já se fazia sentir no ano passado e em anos anteriores.

Não sendo uma exclusividade da Região, competia ao Partido Socialista que foi Governo durante 24 anos nos Açores, ter tomado as iniciativas para minimizar este problema, tanto quanto possível, até para resolver esta questão. E isso de facto não se verificou.

O problema não é exclusivo dos Açores, mas a verdade é que o temos e precisamos resolvê-lo.

O problema não é de hoje, é de ontem, é de anteontem e aí a responsabilidade era do Partido Socialista.

Verifico que o Partido Socialista faz uma espécie de *ato de contrição*, o que não fica mal, dentro dos princípios morais judaico-cristãos e, portanto, está feito esse ato. E fá-lo quando diz que é preciso valorizar a nova carreira dos

professores. Mas quem andou a brincar com a carreira dos professores dos Açores foi o Partido Socialista durante os 24 anos de governação!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não apoiado! Não é verdade!

**O Orador:** Inclusivamente, com a alteração da estrutura da carreira e do tempo de permanência nos vários escalões, o que fez com que os professores dos Açores perdessem tempo na progressão da sua carreira e ficassem impedidos de, no tempo previsível da sua atividade profissional, poderem chegar ao topo da carreira.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E já agora, permitam-me anunciar que para minimizar esse problema, o Grupo Parlamentar do PSD, e creio que seremos acompanhados pelo PPM e pelo CDS/PP, dará entrada na Assembleia duma Resolução recomendando ao Governo Regional exatamente que resolva este problema. Mais uma situação que em pouco tempo, esperamos, venha a ser resolvida.

O Sr. Deputado do Partido Socialista diz, ainda, que será bom incentivar novamente a criação de cursos via ensino na Universidade dos Açores.

É verdade que os cursos extintos nesta Universidade foram-no por opção da nossa academia, pelas circunstâncias do mercado, mas por mais uma circunstância à qual os senhores não podem fugir, ou seja, quando era Secretário Regional da Educação o Professor Doutor Álamo Menezes, ele obrigou a Universidade a mudar o modelo de formação de professores, nomeadamente acabando com o estágio integrado, para não ter que remunerar os estagiários dos Açores.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, isso também concorreu, de certa forma, para termos a situação de hoje em dia, que é a inexistência de cursos de formação inicial de professores, com exceção da formação de professores do ensino básico.

Quanto aos incentivos à fixação, Sr. Deputado Rodolfo Franca, eu fico... um pouco embasbacado até com aquilo que acabou de nos dizer!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não fique!

**O Orador:** Nós, no ano letivo anterior, no penúltimo e nos outros atrás, tínhamos necessidade de professores e o que é que o Partido Socialista na governação fez quanto à fixação de professores...?!  
Que incentivos é que acrescentou aos que existiam?!  
Que renovação e que melhorias é que introduziu às que existiam?!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Nada!

**O Orador:** Não fez nada!

E esta é uma pergunta à qual necessariamente o Partido Socialista devia responder.

Sei que aquilo que diz – repito – é uma espécie de *ato de contrição*. Fica-lhe bem, mas não o iliba da responsabilidade que tem nesta matéria!

Quanto ao concurso de pessoal docente, *idem aspas*.

Os senhores recusaram-se, anos a fio, nomeadamente a alterar o regulamento do concurso de pessoal docente, particularmente para acabar com a precariedade de centenas de professores. E este Governo, em 6 meses de funções, resolveu com um concurso já realizado e muito bem-sucedido. E, portanto, parabéns ao Governo Regional. Parabéns aos partidos da Coligação e àqueles que aqui estiveram do lado da solução deste problema que o Partido Socialista manteve durante muitos anos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Quanto aos aspetos que nos distinguem naquilo que foi a discussão feita em sede de Comissão, eu não creio que houvesse grandes divergências. São coisas de pequena monta que se resolvem através das propostas de alteração que já deram entrada. Mas isso ficará para a discussão na especialidade porque, também aí, o Partido Socialista, mais uma vez, não vai ficar bem na fotografia. Ficaré para uma próxima intervenção.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS/PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta iniciativa surge exatamente por duas questões, o que fez com que os partidos da Coligação avançassem com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, desde logo pela escassez de professores que tem existido; na verdade, hoje em dia, vivemos uma realidade que há uns anos atrás não seria pensável, mas de há uns anos a esta parte tem-se verificado essa carência de professores, o que nos fez avançar com esta iniciativa, até porque, tal como já foi dito, foram contratados cerca de duas centenas de professores através da BEPA, situação esta que gera alguma instabilidade e também não favorece o ensino e aquilo que deve ser um eixo estratégico para nossa Região – a Educação, devendo existir uma estabilidade na classe docente e professores preparados e qualificados para exercer essa função; e também o facto de, nos próximos anos, existir um grande número de professores que certamente irão

atingir a idade da reforma e, como tal, pareceu-nos pertinente criar esta medida por forma a mitigar a falta.

Quando esta iniciativa foi criada, não foi por os partidos da Coligação considerarem que isto, por si só, vai resolver a situação, mas por entenderem que é mais um instrumento e uma forma de tentar mitigar os constrangimentos que se tem sentido no que concerne à falta de professores.

É esse o nosso entendimento e foi esse também o entendimento da Sra. Secretária aquando da sua audição em sede de Comissão. E, como tal, nunca dissemos que isto iria resolver totalmente esta questão da escassez de professores.

Queria dizer também, no seguimento da intervenção da bancada do Partido Socialista no que concerne os incentivos à fixação de professores, e porque esta realidade não é de ontem nem do último ano, que incentivos é que foram criados para tentar fixar os professores. E dizer que quem está minimamente dentro do assunto, sabe que existe uma nova realidade no ensino, existe um novo paradigma no que concerne o ensino e existe uma mudança de comportamento e de postura muito diferente da que existia no passado.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E também é preciso dizer, no que concerne a este processo que tem existido na área da educação, que foi este Governo que fez a alteração ao regulamento do concurso de pessoal docente, para que se começasse a contrariar e a combater a precariedade vivida pelos nossos docentes na Região.

Portanto, tem sido este o trabalho que temos vindo a desenvolver e esta iniciativa é sem dúvida mais um contributo para que se faça o caminho da valorização da carreira docente, do que é ter os professores preparados e qualificados para exercer a docência, porque estamos certos de que isto é o que irá projetar o sucesso educativo que pretendemos alcançar.

Quanto às propostas de alteração, que já foram aqui faladas, gostaria de dizer que aquelas que surgem no âmbito da Coligação, são sem dúvida fruto do que

deve ser o trabalho da Comissão. O que é facto é que não apresentámos este documento com carácter fechado, antes, sim, tentámos receber os contributos dados por todos e daquilo que é a essência da nossa proposta, melhorando-a para que ela se tornasse uma proposta mais ao encontro do que eram as reticências dos parceiros/entidades que ouvimos. E foi nesse sentido que apresentámos estas propostas de alteração.

Dizer também que quanto aos critérios de seleção, o entendimento dos partidos da Coligação é o de que, sem dúvida, se deve manter o ponto nº2 que temos – “para os efeitos do número anterior, releva o número de créditos quando o candidato já esteja a frequentar o curso de mestrado” – até porque, a verdade é que, ao nível da especialidade, também é importante relevar a parte das pedagógicas, a habilidade que existe para ensinar e a capacidade existente na dinâmica das pedagógicas e das didáticas.

No que concerne a questão e a previsão da questão do reembolso e indemnização por motivo de doença, na nossa proposta isso está previsto – é o nº2 do Artigo 11º, segundo o qual “a reprovação por motivo de doença clinicamente comprovada, não é considerada para efeitos do número anterior”, o que não implica o reembolso nem a indemnização, se os alunos bolseiros repetirem e concluírem o ano com aproveitamento.

Relativamente à questão da devolução, - que prevê que “a Região seja indemnizada uma vez e meia de todos os valores que tenham recebido” – quando elaborámos a nossa proposta, foi no sentido do que também acontece com outras bolsas, nomeadamente com as bolsas de medicina; parece-nos que a nossa é mais equilibrada comparativamente com as propostas que foram apresentadas, até porque parece-nos que poderão surgir aqui outras questões relacionadas com a devolução dos juros e, por isso, achamos que de entre as propostas apresentadas, a nossa é a mais equilibrada.

Como tal, e finalizando pelo menos para já, reitero o que já disse inicialmente. Ou seja, temos a plena consciência de que isto não vai resolver numa hora para a outra a questão da falta de professores; é, sim, mais um

contributo dos partidos da Coligação para mitigar esta situação; e é um trabalho de parceria que tem que ser feito entre o Governo Regional e a Universidade dos Açores e que, por aquilo que nos foi dito em sede de Comissão, já está a ser desenvolvido.

É com este espírito que acreditamos que, todos juntos, iremos contrariar esta situação que, na verdade, não é única e exclusiva da Região, mas que existe no nosso arquipélago. E compete a todos nós contrariar, coisa que, até ao momento, não se conseguiu fazer.

Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate pretende dar um contributo numa área que densifica esta discussão.

Conheço, como sabem, a Universidade dos Açores, até porque sou da primeira leva de licenciados que, na altura, supriram dificuldades em termos de profissionais e da própria profissão de professor.

Ser professor não era – e não queremos que volte a ser! – uma profissão exercida por qualquer pessoa, mas sim por quem tem habilitações para exercer essa importante missão, como existem outras profissões que requerem habilitações necessárias e suficientes para que possam ser desempenhadas.

É essa a definição de **profissão**.

De facto, este problema põe-se há alguns anos.

Eu sei que há uma certa tentação em datar na responsabilidade política dos governos que têm gerido a Região. Lá vai o tempo, Sr. Deputado Joaquim Machado, em que a Universidade era do Governo Regional. Deixou de o ser por vontade própria, e bem, porque as próprias universidades já eram todas elas universidades com autonomia administrativa e financeira, pedagógica e disciplinar como, aliás, é a regra que estatui a Lei da Autonomia das Universidades.

É por isso, também, que a própria Universidade tem responsabilidades muito intensas sobre todos esses processos.

Foi assim, mesmo quando era o Governo Regional que detinha responsabilidades diretas na UA – conheço bem essa fase – e muito mais, quando ela passou a ser regida pela Lei da Autonomia das Universidades.

Alguns saberão – e o Sr. Deputado Joaquim Machado é de História – que isto vem desde a reforma de Veiga Simão, já lá vão muitos e muitos anos, quando em 1973 isso foi estatuído num célebre Decreto-Lei (402, de 11 de agosto de 1973) e que deu essa capacidade orgânica, pedagógica e administrativa a unidades de ensino e investigação que ficaram plasmadas nesse diploma.

Mas houve mesmo uma grande evolução que densifica esta questão da autonomia universitária.

A grande evolução foi que isto ficou plasmado na Constituição da República Portuguesa, salvo erro no seu Artigo 76º, em que no nº 2 é referido que: “as universidades gozam de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira nos termos da lei”. E depois, especifica-se mesmo o que é que quer dizer cada um destes tipos de autonomia. Um deles é mesmo o de criar e acabar com os cursos que a própria universidade acha que correspondem ou não, não só ao planeamento que fazem dos interesses do mercado, mas também do seu corpo universitário. Poderá até nem ser o melhor critério e, pelos vistos, não foi num determinado momento.

Portanto, o que se passa é que o Governo dos Açores, e bem, sejam os últimos Governos do Dr. Mota Amaral, sejam os Governos do Partido

Socialista, deram e foram dando contributos à Universidade dos Açores, no âmbito daquilo que estabeleciam com protocolos e com a capacidade de poder melhorar os incentivos à investigação e até às infraestruturas. Lembro que foi o Governo do Partido Socialista que se chegou à frente e pagou, num montante de 4,6 milhões de euros, o novo DOP aqui no Faial.

Mas também foi o Governo Regional do Partido Socialista – é justo dizê-lo! – que arranjou uma carreira diferente para os professores na Região.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós temos quadros circulares. E não temos nenhuns entraves à progressão nas carreiras. E até contabilizámos o tempo anterior, para que os professores não ficassem prejudicados. O que não acontece a nível nacional. Isso deve ser justamente valorizado aqui.

Portanto, não creio que essa questão carregue toda a gravidade que me pareceu ouvir na intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Também gostaria de dizer que a Sra. Deputada do CDS acentuou esta questão duma maneira mais equilibrada. Ou seja, que de facto isto não é o *toque de Midas* para resolver a questão da falta de professores na Universidade ou nos Açores. Antes fosse, porque caso isso se verificasse, nós aconselharíamos o PSD a transpor isso para a ordem nacional e europeia, para que o contributo ficasse mais credibilizado.

O que nós queremos em termos de contribuir para este debate, é dizer que sem prejuízo dos contributos que o Governo Regional possa dar à Universidade, e pode dá-los na área da investigação ou dos projetos apoiados, quer na área pedagógica quer na área científica, e tem-no feito – só na última Legislatura, foram mais de 9 milhões alocados em apoios à UA em matéria de vários projetos de investigação e desenvolvimento, bem como para a formação – temos que contar e temos que perceber que a própria Universidade é ciosa da sua lei da autonomia universitária, a qual, nos Açores e no País, atribui e dá incumbências à própria universidade para fazer essa gestão, sem prejuízo das chamadas de atenção do Governo. Mas também

queria dizer que o Governo anterior chamou a atenção, várias vezes, e deu indicações – até porque se falava dum responsável que tinha sido também reitor na UA...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ui! Aí é que está o problema!

**O Orador:** ... de que havia necessidade de repensar esta questão, pois havia quadros que de facto começavam a ter algumas dificuldades em matéria de preenchimento de vagas, nomeadamente em História e nalgumas outras disciplinas como Geografia.

Por isso, esta iniciativa tem também o *agreement* e o contributo do Partido Socialista, para se poder dizer que é um ensaio cujo resultado vamos ver, numa ótica de esperança e confiança de que vão surgir melhorias. Mas nenhuma das Sras. e Srs. Deputados tem a certeza de que é este diploma que vai resolver o problema estrutural. E também não serão os senhores que, nos próximos tempos, poderão dizer que esta grande invenção seria o tal *toque de Midas* para resolver o maior problema estrutural da Região Autónoma dos Açores, em termos de formação em ensino e défice de professores nas nossas escolas.

Oxalá que a própria Universidade se auto-organize porque, ela própria, tem mais um passo a dar. Ou seja, quando a Universidade quer criar um curso, tem que o submeter à Autoridade de Acreditação e de Avaliação dos Cursos que, de algum modo, é a entidade que corrobora a validade dos cursos, que entretanto, são propostos. E eu já tenho visto casos – e talvez outros também conheçam – em que essa entidade não é favorável a muitos planos curriculares de cursos para que o processo se desenvolva.

Portanto, não basta pensarmos que esta iniciativa terá, a montante, o papel importante da própria Universidade.

Queremos, de facto, que isto dê certo, porque é importante para a formação e qualificação dos açorianos e para a própria capacidade de termos um grupo de docentes profissionais e qualificados, mas fica aqui também a chamada de atenção para o facto de que há um papel fundamental por parte da

Universidade dos Açores, a quem compete e incumbe a organização e, no âmbito da Lei da Autonomia das Universidades, o próprio papel de poder gerir melhor este processo.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vejo que o problema com os microfones é essencialmente da oposição.

Eu desde que estou deste lado, nunca mais tive problemas com o microfone, Sr. Deputado José Contente.

**Deputada Ana Luís (PS):** Realmente o senhor bate menos nesse!

**O Orador:** Mas não vou ter, tão depressa não!

**Deputado José Contente (PS):** “Não há mal que sempre dure, nem bem que sempre perdure!”

**O Orador:** Gostava de referenciar a V. Exas que nós temos declarações públicas muito recentes dum senhor que foi Secretário Regional da Educação, a fazer um discurso anti-política, anti-políticos, anti-parlamento, em que chamou os nomes todos aos políticos, à atividade política e aos seus protagonistas.

Este tipo de discurso que nem sequer poupa o Partido Socialista, é o tipo de discurso que aqui foi feito há 4 anos, denotando um anti-parlamentarismo primário, fazendo um ataque ao parlamentarismo nos Açores. A verdade é que o que desprestigia a política é estar tantos anos em funções e não resolver os problemas.

Como dizia há pouco o Sr. Deputado José Contente, esta iniciativa não é um *toque de Midas*, não é milagreira. Bom, mas é uma iniciativa de alguém que

apresenta uma solução para um problema concreto que é criar bolsas que permitam a formação de professores. É uma medida pragmática, não é nada de extraordinário, mas é algo que V. Exas se recusaram a fazer, porque não reconheceram o problema, Sr. Deputado. E aí é que está a questão.

Quantas e quantas vezes – e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é testemunha disso, porque estava aqui na 1ª fila – eu lhe disse: “olhe para as listas, temos cada vez menos professores”. Já fazia este discurso há 8 anos.

*Risos do Deputado Vasco Cordeiro*

Estive a rever as minhas afirmações.

Já há 7 ou 8 anos nós tínhamos a certeza absoluta de que esta situação iria chegar!

E V. Exas foram alertadas não só por mim, mas também por este Parlamento e por muitos outros deputados.

Olhávamos para as listas de colocações de professores que estavam disponíveis para poder substituir outros professores e verificávamos que, de ano para ano, o problema ganhava cada vez maior dimensão.

E o que é que fez V. Exa?

O que fez o Sr. Deputado José Contente? Nada!

O que é que fez o então Secretário Regional da Educação, Dr. Avelino Menezes, em relação a esta situação? Absolutamente nada!

Ora, é isto que desprestigia a política. Estar tantos anos a desempenhar funções e não ter soluções para resolver problemas concretos.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Isso deveria agora ser o *mea culpa* que ele devia fazer e não atirar lama para a atividade política. Porque se os problemas não se resolveram, ele tem uma grande responsabilidade nisso, porque tinha o poder de mudar as coisas e não o fez!

A primeira coisa que ele deveria fazer era assumir as suas responsabilidades!

É isso que prestigia a política. Não é atirar lama para os outros, por um problema que é essencialmente dele e do Governo do Partido Socialista que nada fez em relação a esta matéria!

Sr. Deputado Rodolfo Franca, quero prestar-lhe a minha homenagem.

V. Exa. tem aqui um papel tão difícil, porque tem que defender uma herança terrível!

**Deputada Ana Luis (PS):** Uma boa herança, Sr. Deputado!

**O Orador:** E é obviamente difícil para V. Exa. vir criticar esta proposta quando, ao olhar para trás, vê que os problemas se acumulavam. E o que fizeram os Governos do Partido Socialista? Nada em relação a esta matéria.

Portanto, V. Exa. tem aqui um papel muito difícil, neste como noutros diplomas.

Já o teve também em relação, por exemplo, aos quadros de ilha que combateram, de forma muito eficaz, a precariedade dos professores.

Há até quem diga que V. Exa. está a passar por grandes dificuldades, mas oiça, nem que fosse o Mourinho a treinar esta equipa! É difícil com uma herança dessas, porque o senhor começa a perder por 10 a zero.

Como é que querem que V. Exa. consiga ganhar o jogo?!

*(Risos do Deputado Carlos Freitas)*

Por isso, obviamente eu compreendo as dificuldades que V. Exa. enfrenta.

Devo dizer, também, que em termos do sistema educativo, as respostas têm que ser pensadas e planificadas.

Quantas e quantas vezes não se pediu um estudo sobre as necessidades do sistema educativo a médio e longo prazo.

Para quê? Para se poderem projetar as medidas necessárias.

Quantas vezes é que foi solicitado ao Partido Socialista e ao Governo que fizesse isto? Tantas vezes!

Quantas vezes foi feito? Nunca foi feito. Essa resposta nunca foi dada.

Para que se encontrem as melhores respostas, tem que haver planificação e pensamento estratégico. Temos que saber quais são as necessidades a curto, médio e longo prazo, para podermos preparar as respostas efetivas. E isso não foi feita antes e está a ser feito neste momento.

Dizia o Sr. Deputado José Contente, “bem, isto não é um milagre, isto não se vai resolver por milagre”. Mas nós somos políticos e isto é política. Eu não sou milagreiro, sou político.

Portanto, apresentamos aqui, juntamente com os outros Srs. Deputados que são os proponentes desta iniciativa, uma solução que, como é evidente, não resolve tudo. Mas é a conjugação de medidas que têm que ser tomadas, como por exemplo, ter que combater a precariedade dos professores (já foi tomada), ou em relação à questão da formação inicial de professores – mais uma medida que irá ter bons resultados; tal como a diminuição do número de alunos por turma – outra medida que terá resultados eficazes. E dizia também o Sindicato dos Professores que existem outras medidas que são necessárias, tais como a uniformização das condições de trabalho para todos os níveis e ciclos de ensino, que está no programa do Governo e vai ser feito. Como os incentivos à fixação de pessoal docente de que há tanto tempo se fala, também previsto no programa deste Governo e vai ser feito. Ou até a desburocratização da profissão e campanhas de valorização da profissão docente. Tudo isso está a ser feito.

Mas não nos peçam para em 7 meses resolver o que V. Exas. não conseguiram resolver em 24 anos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Mas a velocidade a que estão a ser introduzidas as medidas, é muito significativa. Com o apoio de todos, porque aqui há uma coisa – e termino esta minha primeira intervenção – que nos distingue. E eu chamei

várias vezes a atenção do Sr. Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, para esta matéria.

É que o Partido Socialista, legislatura após legislatura, aprovou sozinho 99% das iniciativas sobre a educação. Porque, sistematicamente, recusava...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** É verdade! Faça a contabilidade Sr. Deputado!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é verdade! É a contabilidade! Tenho-a aqui!

**O Orador:** Isto são factos pura e simplesmente! E os factos são indesmentíveis!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é verdade, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** São factos!

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro inscreva-se se faz favor!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Os apartes são regimentais!

**O Orador:** São regimentais, mas eu gosto mais que V. Exa. diga o que está a dizer para os Açores ouvirem, porque isto está a ser transmitido para todo o povo açoriano.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas eu não estou aqui para satisfazer os seus gostos!

**O Orador:** Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que V. Exa. na área da educação, recusou sistematicamente os contributos dos outros partidos!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E isso foi um erro tremendo que não vamos cometer, porque estamos disponíveis para acolher as vossas iniciativas, como as do Bloco de Esquerda e de todos os outros partidos – a Iniciativa Liberal, do CHEGA, também do Sr. Deputado Independente e todos deputados e agentes políticos aqui no Parlamento dos Açores. E essa é uma diferença fundamental.

Boas ideias, bons projetos, venham eles que nós estamos aqui para acolher o vosso contributo, porque a educação é uma tarefa de todos, é uma tarefa

estratégica e o nosso desenvolvimento depende muito dos resultados positivos que conseguirmos obter nesta área.

Muito obrigado.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Joaquim Bastos e Silva):* Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

A iniciativa trazida aqui pelos partidos da Coligação considera apostar na motivação dos docentes, concedendo uma bolsa de estudos para a frequência de mestrado na área da formação de professores.

A prossecução do sucesso educativo está, entre outros fatores, relacionado com um corpo docente devidamente habilitado e formado sendo, portanto, fundamental o incentivo à integração na docência.

É do conhecimento público que os docentes são um recurso escasso no momento atual e que este problema é transversal a todas as ilhas. Frisamos que durante este ano letivo, foram contratados 179 professores da Bolsa de Emprego Público dos Açores, para as escolas dos Açores, sendo que muitos não possuem habilitação profissional.

O Grupo Parlamentar do BE tem vindo a alertar para o facto de não termos professores suficientes nos Açores habilitados, para a falta de professores em todas as ilhas, para a precariedade na educação, portanto este não é um assunto novo para o Bloco, este é sim um problema que nos tem vindo a preocupar há já bastante tempo.

A classe docente sente-se desvalorizada e marginalizada e, portanto, é perfeitamente plausível que poucos queiram investir esta área.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Concordo.

**A Oradora:** Relembramos que o Bloco de Esquerda, defendeu ainda nas últimas eleições regionais a integração de todos os professores ao fim de três anos de contrato, a atribuição de incentivos para a fixação de professores na Região – uma medida que está prevista na lei –no Estatuto da Carreira Docente -, mas que nunca foi aplicada, portanto, calculo que este novo Governo irá aplicar. E a elaboração de um Plano de Formação de Professores, em parceria com a Universidade dos Açores, para que, olhando para o futuro, fosse garantida a formação dos professores que seriam necessários no sistema regional da educação.

Alertámos ainda para o facto de, num ano letivo muito condicionado pela pandemia, em que existem diversos fatores que põem em causa o funcionamento do ano letivo e o percurso escolar dos alunos, a falta de professores seria ainda mais um fator para prejudicar todos este cenário.

Portanto, acompanhamos esta iniciativa na sua generalidade, contudo, apresentamos propostas de alteração, devido à existência de alguns aspetos que nos merecem algumas considerações. As propostas de alteração já entraram e calculo que todas as Sras. e Srs. Deputados tenham visto.

Consideramos que qualquer bolseiro pode, a qualquer momento e por diversas razões pessoais, desistir deste estatuto. Não nos parece que uma pessoa deva ter que indemnizar a Região do valor da bolsa atribuída, quando essa desistência poderá ocorrer por diversas razões e muito menos tendo que devolver uma vez e meia esse valor. O facto disto ser praticado, nomeadamente ao nível das bolsas de medicina, não quer dizer que esteja correto, muito pelo contrário.

Se uma pessoa inicia um mestrado, o que ajuda a colmatar um dos grandes problemas da nossa Região, relativo à área da educação e por isso mesmo, é-

lhe atribuído uma bolsa, mas, por algum motivo se vê obrigada a desistir, penalizá-la com a devolução do dinheiro não é aceitável, até porque a pessoa fica sem mestrado e vê a sua vida ainda mais dificultada. Assim, defendemos que para pessoas que não consigam terminar o mestrado, deve apenas ser cessada a atribuição da bolsa. Incluímos também nesta cessação da bolsa os estudantes que reprovem mais do que um ano ao longo do seu curso, uma vez que essa reprovação já é por si só bastante penalizadora e pode ocorrer também por diversos motivos.

Quanto aos bolseiros que reprovem por motivos de doença clinicamente comprovada, a iniciativa aqui apresentada considera e bem que não deve haver reembolso nem indemnização à Região, contudo apenas se os bolseiros repetirem e concluírem o ano com aproveitamento. O problema é que se a doença for prolongada, provavelmente os estudantes não conseguirão concluir o ano com aproveitamento. Por isso, o Bloco considera que a atribuição da bolsa deve ser suspensa enquanto a doença for clinicamente comprovada, devendo ser retomada assim que os alunos reingressarem no curso.

Portanto, para o Bloco de Esquerda apenas os bolseiros que terminem o mestrado e que não sejam opositores ao concurso externo de provimento e oferta de emprego para contratação a termo resolutivo de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e que não aceitem a colocação no âmbito do concurso externo, é que devem ficar obrigados a reembolsar a região, na totalidade do valor da bolsa recebido.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por uma frase que às vezes dizia o meu avô: “educação são as famílias que dão. E a instrução recebe-se na escola”. Mas isto daria para outra discussão. É que muitas vezes baralha-se um pouco isto.

A verdade é que em cerca de 30 anos, do que eu tenho memória – e disse-o na Comissão – havia um excesso de professores em muitas áreas, ou na sua maioria. Havia cursos que já não valia a pena tirar, porque não teriam mercado de trabalho. A verdade é que se passou do oitenta para o oito, em 3 décadas, mais coisa menos coisa.

Isto não é admissível. É um sinal de desmazelo e de descuido em relação a um dos grandes pilares da nossa sociedade, a educação. Isto não pode continuar a acontecer. Não devíamos estar – desculpem a expressão – a “brigar” sobre isso, mas sim, devíamos estar satisfeitos por estarmos a criar oportunidade de ter (boa) formação para professores. Isso é fundamental, pois é preciso nunca esquecer que estamos a falar de crianças e jovens, que é uma preocupação que temos que ter na nossa sociedade. Deve ser, aliás, a maior preocupação. Porque pelos erros cometidos hoje, pagaremos todos amanhã, sem a menor dúvida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De um modo muito rápido, só para dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que nós não estamos na fase de contrição, nem da penitência.

Estamos naturalmente a tentar contribuir com aquilo que são as nossas ideias para este debate.

Também queria dizer-lhe que não conheço qualquer iniciativa sua nesta matéria na última Legislatura, senão as suas ditas *chamadas de atenção* que são aquelas que nós também fazemos e fizemos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Amnésia!

**O Orador:** De qualquer modo, queria dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado: o Partido Socialista quando assumiu responsabilidades nesses tais 24 anos que os senhores gostam muito de mencionar, ainda que tenham por aí autarquias com 28 e 43 anos - pelos vistos gostam muito desse número 24, esquecendo-se dos vossos 20, sendo que agora tem que se voltar a pensar neles, mas voltando atrás, havia 2 licenciados por 100 habitantes em 1996.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E quantos telemóveis havia por habitante?

**O Orador:** Agora, felizmente, há bastantes mais. Não por mérito do Partido Socialista, mas naturalmente também, porque a educação nos Açores teve uma boa evolução e a Universidade dos Açores contribuiu para que houvesse um aumento de licenciados na Região.

Portanto, o tal *admirável mundo novo*, ao fim e ao cabo, está-nos a parecer que não é tão novo quanto isso.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É novo, é!

**O Orador:** E também parece-nos que talvez não seja tão bom quanto isso, para ser tão durável quanto parecia à primeira vista.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Oh olha a ameaça que vem aí!

**O Orador:** Mas isso significa que nós continuaremos aqui a dar o nosso contributo a iniciativas que podem ser úteis – nós não sabemos. E queremos dizer também que o contributo que demos à carreira docente nos Açores, em termos da diferença para a carreira nacional, é muito significativo e ele próprio é um passo importante para diferenciar o modo como os Açores tratam os seus professores, relativamente ao resto do território nacional. E isso é um dado inquestionável da sensibilidade que os Governo do PS tiveram, as quais (iniciativas) foram também muitas vezes apoiadas por vários partidos da oposição de então, para que esta carreira docente tivesse uma diferença e uma discriminação positiva, face ao todo nacional.

É com esta postura que aqui estamos. Porém, não aceitamos que tudo em que se toca agora é uma grande novidade e o Rei Midas, pelos tais pequenos passos, vai alterar este mundo e o outro.

Tenhamos calma e vejamos a aplicação de todas essas medidas o que é que vão dar.

Também há outra coisa que achamos estranho, Sr. Deputado. É que o senhor às vezes tem essa invetiva para o PS apresentar iniciativas, mas por outro lado, dizem – e ouve-se por aí em vários fóruns – que o Partido Socialista não fez nada e agora quer fazer tudo. Portanto, de algum modo entendam-se.

Nós, de facto, temos a nossa capacidade de propositura.

**Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E vamos propondo à medida daquilo que é o nosso programa eleitoral, mas também que a conjuntura vai suscitando.

Portanto, não é só dizer “avancem com iniciativas” e, depois, dizer “agora é que querem que façamos tudo duma vez”.

Portanto, duma vez por todas, entendam-se em relação a essa matéria.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu inscrevi-me para fazer uma consideração sobre a primeira intervenção do Sr. Deputado José Contente mas, felizmente, o agendamento dos pedidos de intervenção colocou-me depois da 2ª intervenção do mesmo e, portanto, vou fazer considerações sobre as duas vezes que falou, sem ter que acrescentar algo mais sobre a 2ª intervenção porque, uma e outra, foram uma espécie do elemento neutro na multiplicação. Ficámos na mesma!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Com exceção de duas coisas, sendo que reservarei uma delas para o fim.

**Deputado Nuno Barata (IL):** A exceção já não é a mesma! É matemática!

**O Orador:** De facto, o Sr. Deputado José Contente devia, sim, ter referido quais foram as razões pelas quais o Partido Socialista nos últimos 5 anos não se preocupou com a falta de professores, já que os 24 o incomodam assim tanto.

**Deputado José Contente (PS):** Os seus 20 é que incomodam!

**O Orador:** Nós temos falta de professores nas escolas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo.

Neste ano letivo, houve alunos que durante uma parte das aulas presenciais não tiveram professores, porque nem sequer houve candidatos com falta de habilitação a exercer essa função.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Matemática!

**O Orador:** Isto é gravíssimo!

Isto é uma regressão ao início dos anos 70, na altura do Decreto do Professor Veiga Simão!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Verdade!

**Deputada Andreia Costa (PS):** Não, não! Ao início dos anos 90. Eu cresci sem professores especializados!

Dos anos 70?! É preciso ter lata!

**O Orador:** Sim, Sra. Deputada!

Nos anos 70 e 90, porque o mercado não gerava mais. Só que nessa altura, quem tinha responsabilidades governativas na Região e no resto do País,

procurou encontrar mecanismos que fossem ao encontro das necessidades e que resolvessem o problema.

Os senhores mantiveram-se impávidos e serenos, na expectativa de que a situação que tínhamos há 15 anos atrás se eternizasse.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não apoiado!

**Deputada Andreia Costa (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** E não se eternizou, porque já o ano passado, e em 2017, 2018 e 2019, os Governos do Partido Socialista recorreram à Bolsa de Emprego Público, por falta de candidatos na lista centralizada da Secretaria Regional da Educação.

E o que é que os senhores fizeram?!

Não fizeram nada para atacar esse problema. Nem sequer foram capazes de ter uma visão prospetiva de olhar para a frente e perceber que até 2024, 319 professores, no mínimo, por atingirem a idade da reforma, vão sair do sistema; mais aqueles que, pelas contingências da vida, também deixaram de lecionar.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** E o que é que os senhores fizeram para resolver este problema?!

Não fizeram nada!

E a atitude do Sr. Deputado José Contente é de facto o exemplo desse PS que se arrastou no poder em muitas matérias, e a educação foi uma delas, aos ziguezagues, porque não resolveu o problema. E hoje, confrontado com um contributo para a solução, o que é que faz o Sr. Deputado José Contente...? Ironiza! E tem dúvidas do efeito desta medida.

É evidente, Sr. Deputado José Contente. Mas eu vou ler outra vez o que já disse na intervenção de ontem.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não vale a pena! Deixe estar!

**Deputada Andreia Costa (PS):** Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

**O Orador:** “A bolsa de estudo que preconizámos atribuir aos alunos de mestrado na área de formação de professores, não resolve em absoluto a falta de docentes atual e futura”.

Portanto, nós não temos a veleidade de achar que isto resolve o problema. Mas é um contributo que se vai conjugar com outras medidas.

Se continuássemos com a atitude que teve o Partido Socialista nos últimos anos, perante este problema, certamente que daqui a 5 anos tudo isto seria bem pior.

O Sr. Deputado ironizou com o *toque de Midas* e outras expressões habituais que utiliza, mas se estivesse a ironizar só com a história do PS, era para o lado que nós dormíamos melhor. O problema é que ironizou com o futuro dos Açores. É o futuro dos Açores que está em causa, é o futuro dos nossos alunos que está em causa com esta gritante falta de professores de que os senhores são os principais, aliás, **os únicos**, responsáveis.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E o senhor o que devia era ter dado um contributo para esta questão e fazer, hoje, um ato de contrição por aquilo que o PS não fez para resolver este problema!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Vasco Cordeiro:** “Paulo, Paulo, porque me persegues?”

**(\*) Dep. Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu ainda não disse nada de importante... mas vou dizer.

Sr. Deputado José Contente, o senhor passou dum estado em que anunciava grandes avanços em áreas fundamentais e dum otimismo em relação ao

desenvolvimento da Região na área espacial e tudo isso, que eu corroboro e sempre corroborarei esse seu pensamento importante, mas com o que eu não posso concordar é com esse seu estado depressivo.

Passou, de repente, para uma situação em que faz sucessivamente intervenções apocalípticas.

Quem lê os seus textos, é praticamente a mesma coisa que ler o (livro) Apocalipse. “Vem aí o fim do mundo. Isto é péssimo, o futuro é negro, está tudo condenado”.

Os seus textos são uma verdadeira recitação do Apocalipse.

*(Aparte impercetível do Deputado José Contente)*

**O Orador:** Já estou arrependido de ter apoiado a sua mudança de posição.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não percebi!

**O Orador:** Eu explico-lhe melhor no intervalo! Mas não é nada ofensivo.

*(Risos das bancadas da Coligação)*

Sr. Deputado José Contente – com este aparte já perdi o raciocínio – sempre respeitei o seu espírito analítico, de investigador, de homem da ciência.

Veja bem: diz V. Exa. que ainda não sabe se isto resulta, no entanto sabe o suficiente para votar a favor, pelo que eu já percebi, em relação ao seu posicionamento.

Então diga-me uma coisa: se apoiarmos com bolsas a formação inicial de docentes, é um apoio significativo, porque mais pessoas pensam desenvolver a sua atividade no âmbito da docência, certo? – ponto nº1.

E depois, a seguir, o que é que nós pedimos?

Pedimos “obrigações dos bolseiros”.

O que pedimos é: “ser opositor ao concurso externo de provimento e oferta de emprego para a contratação, a termo resolutivo, de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, imediatamente após

a conclusão do curso de mestrado e até ingressar nos quadros de escola ou quadro regional, pelo período máximo de 3 anos”.

Então, junte estes dois fatores. Não será um incentivo positivo que as pessoas acedam a uma formação, fazendo um esforço significativo? E se essas pessoas tiverem como obrigação, concorrer e integrar os nossos quadros, não será esse também um efeito positivo?

O seu espírito analítico não o leva a concluir isto?

Eu penso que leva, por isso é que V. Exa. vota a favor.

Diz o Sr. Deputado que isto não resolve tudo. Mas, como lhe disse, é a conjugação de várias políticas que estão a ser desenvolvidas que irá resolver uma parte dos problemas.

Relativamente à outra questão que levantou já no final da sua intervenção, dizendo: “bom, resolvam se querem ou não o contributo do Partido Socialista”. Queremos sim, o mais possível. Já lhe disse ontem, façam perguntas, façam interpelações, debates de urgência. Todas as vossas iniciativas são bem-vindas e o debate democrático foi uma coisa pela qual eu esperei muitos anos.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir neste debate, para contribuir para a discussão, mas sobretudo, para salientar aqueles que me parecem ser dois aspetos que se tem

vindo a revelar e manifestar, com insistência, ao longo do tempo desta Legislatura e que me parecem sobremaneira preocupantes.

O primeiro deles, é a arrogância intelectual da parte desta Coligação, no sentido de dizer “bom, os Governos do PS durante 24 anos não fizeram nada! Deixaram isto tudo numa absoluta desgraça!”.

Ora isso não é verdade! E é pena que, 8 meses decorridos do início desta Legislatura, já se assista, por receio, por desespero ou por medo, a este tipo de sinais da parte desta Coligação.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Ora bem, vamos então a números.

Os Governos do Partido Socialista podem ter tido muitas falhas, e tiveram. Omissões, é verdade. Erros, é verdade.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Mas há uma coisa que sobreleva em muito essas falhas e esses erros. E que é um balanço claramente positivo daquilo que, ao longo de 24 anos, foi feito nos mais variados domínios.

Para concluir, eu não tenho os dados em relação aos 24 anos, mas tenho em relação aos 8 anos.

Nos últimos 8 anos (2012 a 2020), foram abertas cerca de 1000 vagas e preenchidas nos quadros com pessoal docente.

Isto desmente cabalmente essa teoria que os senhores querem veicular.

**Deputado José Ávila e Deputado José Contente (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Também por isso, mas não só...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Saíram!

**O Orador:** Não saíram. Foram 956 vagas preenchidas no quadro.

Também por isso, mas não só – e já explico o porquê do **não só** – entre 2012 e 2013, nós tínhamos um rácio de professor por aluno de 10 (alunos).

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não, porque eles aumentaram a idade da reforma!

**O Orador:** Entre 2020 e 2021, esse rácio era de 7 alunos.

Porque é que é **não só** por este número de professores que foram contratados? - cerca de 1000. Porque houve também uma diminuição do número de alunos. Entre 2012 e 2013, a Região tinha 42.842 alunos. E entre 2020 e 2021 tem 34 mil alunos. E este último dado releva mais do que se pode presumir à primeira vista, para esta discussão e para as acusações que estão a ser feitas aos Governos do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**(\*) Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu peço desculpa à Câmara por não ter cumprido um compromisso que assumi na intervenção anterior, que era dizer em que é que a intervenção do Sr. Deputado José Contente tinha contribuído para alterar as circunstâncias do debate.

Afinal, mais uma vez, quis a circunstância que eu também ficasse para depois da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, portanto, a consideração que vou fazer é a mesma.

A única coisa que acrescentou ao debate, foi o Partido Socialista ter esgotado o seu tempo e o Sr. Deputado Rodolfo Franca não poder depois explicar algumas das propostas que o PS apresenta e que são de duvidosa qualidade, como terei oportunidade de explicar.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a insinuação que faz da “arrogância intelectual” é uma corrida na qual eu não entro. E creio que o PSD também não entra. Até porque V. Exa leva anos de avanço nessa matéria...

*(Risos do Deputado Carlos Freitas)*

... e, portanto, eu parto em inferioridade. E mesmo que a tivesse, partiria em inferioridade. E, portanto, não vou concorrer consigo nesta matéria. E também não partilho da ideia dum certo maniqueísmo cronológico de que “antes era tudo mau” e “agora é tudo bom”.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é o que parece!

**O Orador:** V. Exa há de concordar que agora também não é tudo mau, nem que antes foi tudo bom.

Portanto, sobre este assunto estamos conversados.

Quanto aos dados que V. Exa. aqui apresenta, são uma espécie de areia atirada para os olhos de quem porventura está a ver este debate, que ficará com a ideia de que afinal o Partido Socialista fez alguma coisa para resolver o problema da falta de professores.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, as vagas que o senhor abriu eram necessidades do sistema. O problema foi que não as preencheu!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não, não. Eu falei em vagas preenchidas!

**O Orador:** E em muitos casos, elas foram preenchidas com pessoas que não tinham sequer a habilitação mínima para o exercício da profissão.

Portanto, o senhor devia ter dito aqui a todos nós – perdeu essa oportunidade! – o que fez para que houvesse mais professores formados na Região...

**Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Carlos Freitas (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... para suprir essas faltas e as futuras, por via da aposentação de mais de 300 professores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** O que é que o Partido Socialista fez sobre isso?!

Não fez nada!

Também me parece que tem dúvidas sobre a validade ou a utilidade dessa proposta.

Devo dizer que, sobre isso, o contributo do Partido Socialista para esta matéria, é pequeno e pobre.

Pequeno, porque se limitou a uma proposta de alteração.

Pobre, porque a proposta de alteração dá sinal duma coisa que começa a ser um tique do PS na oposição. Eu vou dizer o que é.

O PS enquanto governo, era avarento. Por exemplo, no caso da bolsa para estudantes de medicina, onde está disposto que “a devolução, no caso de incumprimento, é de 2 vezes o valor recebido”.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ui onde é que nós já vamos!

**O Orador:** Agora o que é que o PS nos propõe?

Que seja apenas a taxa de juro que, para estes casos, deve ser inferior a 10%.

Já não falo da proposta do Bloco, porque esses então são imbatíveis na generosidade!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

Para o Bloco de Esquerda, um aluno que beneficie da bolsa, se interromper ou se não cumprir ou concorrer para os quadros da Região, não tem nada a devolver.

**Deputada Alexandra Manes e Deputado António Lima (BE):** Não, não.

Leia a proposta!

**O Orador:** Ou seja, vêm-se financiar aqui.

Para o PS, a Região e o dinheiro dos contribuintes, parecem ser uma espécie de banco público, em que eu vou lá recebo os 450 euros, depois não concorro para professor e só tenho que pagar os juros à taxa corrente.

Esqueceu-se o PS que, além disto ser uma má gestão do dinheiro dos contribuintes que nós temos a responsabilidade de acautelar e gerir com grande rigor e parcimónia, há o efeito perverso que isso teria no sistema. Porque, além de ser um mau uso do dinheiro dos contribuintes, impediria a Região de atingir o objetivo que se preconiza com esta medida que é o de ter professores habilitados a concorrer para os seus quadros.

Portanto, além do prejuízo e da injustiça social que seria, pelo facto de alguém que concorresse financiar-se através desta bolsa e depois não concorrer para os quadros da Região, também impediria outros que, tendo a vocação e querendo ser professores nesta Região, teriam ficado impedidos, por exclusão do processo de concurso.

Portanto, o PS não resolvendo o passado, hoje, tem as dúvidas que os Srs. Deputados José Contente e Vasco Cordeiro aqui enunciaram. E o contributo, infelizmente, também não adiantou grande coisa.

Disse.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu não pus dúvida nenhuma.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui já há um bom bocado a discutir muito o passado e pouco o futuro. Muito pouco futuro.

Há propostas de alteração que nem sequer foram explicadas pelos partidos proponentes. E, permitam-me a graça, isto remete-me para a *Divina Comédia*. Parece que viemos do inferno, passámos pelo purgatório e vamos para o paraíso.

Nós certamente não vamos para o paraíso. E se viemos do inferno de Veiga Simão, que por acaso o Partido Socialista a dada altura até recuperou, passámos pelo purgatório de Álvaro Menezes, Avelino Menezes e mais não sei quantos...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é o purgatório, é o inferno!

**O Orador:** Ah não foi não senhor. Foi o purgatório. O Sr. Deputado não seja assim tão mau! Afinal, sempre se introduziram algumas reformas.

Parece que agora vamos para o paraíso do Partido Social Democrata.

É óbvio que não vamos para esse paraíso, porque estas medidas não são suficientes para resolver o problema. Mas são certamente um passo importante, para começarmos a resolver o problema!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É por isso que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista que têm mais deputados do que eu, conseguiram ter tempo para apresentar propostas de alteração.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** E vão aprovar!

**O Orador:** É por isso, também que estes dois partidos que têm mais tempo do que eu, vão votar favoravelmente esta proposta que vai passar, por unanimidade, na generalidade e há de ser discutida na especialidade.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não têm mais tempo. Têm mais votos!

**O Orador:** E é por isso também, por levarmos aqui muitas vezes muito tempo a discutir coisas que as pessoas lá em casa não percebem, que depois

há aquelas infelicidades como houve do Sr. Professor Doutor Avelino Menezes e outras coisas de que eu já falei hoje de manhã e que dão azo às *fogueiras* que alimentam os *caldeirões dos populismos e totalitarismos*.

Portanto, vamos de uma forma séria olhar o diploma, fazer as alterações que entendermos fazer, para darmos um primeiro passo importante na resolução deste problema.

Como eu tenho dito aqui, e o Sr. Deputado José Pacheco também já disse, a educação é fundamental para retirarmos da pobreza muitos dos nossos habitantes, muitas das nossas famílias, muitos dos açorianos que ainda permanecem na pobreza.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Porque a educação é a via.

A educação e a instrução são as vias para tirarmos essas pessoas das condições em que ainda, infelizmente, se encontram, apesar de que não podemos passar a vida aqui a dizer que a culpa foi dos 20 anos de um, ou dos 24 anos do outro.

Temos que gastar, sim, o nosso tempo a olhar para o futuro e a arranjar soluções e *pontapés de saída* como este, para termos soluções de futuro.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Nuno Barata, que estarmos aqui a discutir a história não é certamente culpa minha. É do Deputado José Contente que faz sempre este *revisionismo histórico*.

Portanto, não me cabe essa responsabilidade.

**Deputado José Contente (PS):** O senhor é que é de história!

**O Orador:** E eu é que sou de história. Ele é de ciências.

Há aqui uma inversão de papéis.

Devo dizer também, Sr. Deputado Joaquim Machado, que eu não acho que o Sr. Deputado Rodolfo Franca tenha ficado incomodado por não ter tempo de explicar as suas propostas. Acho até que é um alívio para o Sr. Deputado!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

**Deputada Ana Luís (PS):** Oh Sr. Deputado, isso fica-lhe muito mal!

**O Orador:** Devo dizer também que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro retirou o seu *livro de salmos* – estou a dizer isto pelo formato do livro, espero que ele não me leve a mal e não leva de certeza...

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

... e disse que fizemos a contratação destes e daqueles docentes, referenciando vários números. E o Sr. Deputado Nuno Barata disse:

“- Bem, mas as pessoas lá fora já não percebem este tipo de discussão”. E eu digo percebem. E sabem porquê?

Porque sabem que os seus filhos não têm um professor de matemática licenciado e com formação específica nessa área.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Eles querem é que resolvam o problema!

**O Orador:** E sabem que o professor de geografia é educador de infância ou professor do 1º ciclo, ou até de português.

E sabem que não têm o professor de história.

Por isso, é que as pessoas percebem que há um problema e sabem que ele tem que ser resolvido.

Isto resolve tudo? Claro que não! Mas é a soma de várias iniciativas que têm vindo a ser tomadas que resolve as coisas.

Depois, para ser intelectualmente justo, é evidente que o Partido Socialista fez coisas boas e coisas más.

Fez boas infraestruturas que é preciso complementar, reparar e continuar a trabalhar.

Também fez na autonomia do sistema educativo dos Açores.

Há, evidentemente, referências positivas nesta matéria. Mas sobre isto, tenho que dizer aqui que a nota é claramente negativa, do ponto de vista de ter planeado e previsto que tínhamos um problema, que até não era difícil de prever, bastava olhar para as listas e para a disponibilidade de professores. Estava à vista de toda a gente. E, portanto, o PS não implementou as medidas necessárias para que o problema, hoje, não existisse.

Este é um dado objetivo.

Nós temos um problema, porque as medidas que (não) foram implementadas pelo PS não resolveram.

Esta iniciativa é um avanço muito significativo, sim senhor, no caminho certo. E vamos ter oportunidade de ver os resultados desta medida nos próximos anos, porque são pontos positivos, aos quais se tem que somar também resultados positivos doutras medidas que estão a ser implementadas ou serão implementadas no futuro.

É a soma destas várias iniciativas que irá resolver o problema.

É a minha convicção nesta matéria.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero fazer uma intervenção, para repor o que disse o Sr. Deputado Joaquim Machado na sua última intervenção, sendo que no fim, rematarei com um ditado muito antigo que define bem aquilo que o senhor quis dizer.

O Bloco de Esquerda apresentou uma série de alterações ao diploma proposto, com a legitimidade que todos têm nesta Casa para o fazer. E quisemos dar o nosso contributo a esta questão, naquilo que muito diz às famílias que têm pessoas doentes. Não nos podemos esquecer que uma doença temporária, não é uma doença prolongada. E sei bem daquilo que falo.

Também quero lembrar o Sr. Deputado Joaquim Machado que quando eu estava a tirar o mestrado, fiquei sem bolsa. Sabe porquê?

Porque Passos Coelho mudou a fórmula e eu fiquei sem bolsa. E como eu, ficaram milhares de estudantes no País.

Relativamente às nossas propostas, eu vou lê-las, porque parto do princípio de que o Sr. Deputado ou não as leu, ou não as interpretou devidamente.

“Artº 11º - Situações de Cessação e Reembolso

Os bolseiros ficam obrigados a reembolsar a Região no valor da bolsa recebido, quando não cumpram obrigações constantes nas alíneas b) e c) do Artº 7º”. Está-me a acompanhar Sr. Deputado?

Depois não venha dizer que não!

“2- O pagamento da bolsa cessa, quando os bolseiros:

- a) Desistam da frequência do curso;
- b) Reprovem por qualquer razão mais do que um ano ao longo do seu curso;

3- A reprovação por motivo de doença clinicamente comprovada, faz suspender o pagamento da bolsa, podendo esta ser retomada quando os alunos bolseiros reingressarem no curso”.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, o ditado é: “apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo”!

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, eu peço a palavra para defesa da honra.

**Presidente:** Sr. Deputado, peço que fundamente o seu pedido.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Com certeza, Sr. Presidente.

Como acabámos de ouvir, a Sra. Deputada Alexandra Manes chamou-me mentiroso, ainda que tendo feito referência a um provérbio. disse que mais facilmente se apanhava um mentiroso do que um coxo. E como eu não sou nem uma coisa nem outra, tenho que me defender.

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

A parte física, graças a Deus, é visível e escuso, portanto, de justificar.

A parte moral, Sra. Deputada, reitero tudo o que disse quanto à proposta do Bloco relativamente à generosidade. Que é permitir que um aluno candidato a esta bolsa, pudesse efetivamente financiar-se através dela. Porque interrompendo, ou não cumprindo, os requisitos a que fica obrigado, devolve a verba recebida.

**Deputado António Lima (BE):** Essa parte não é verdade!

**O Orador:** E, portanto, ou os senhores não sabem o que é escreveram aqui, ou então a deficiência será minha e aí a senhora fica ilibada, porque eu tenho uma deficiência, mas não é nenhuma das duas que me apontou!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Assuma!

**O Orador:** E vai ter que fazer outra acusação.

Não consigo fazer outra leitura que não seja esta.

Os senhores dizem: “Os bolseiros ficam obrigados a reembolsar a Região do valor da bolsa recebida”, quando não cumprirem determinados requisitos. Mas fica só exatamente o mesmo valor. E foi isso que eu disse.

Portanto, continuo a reafirmar – Sr. Presidente – que, a não ser na opinião dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, está comprovado que não sendo coxo, também não sou mentiroso!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E devia puxar pela perna!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sra. Deputada Alexandra Manes, querendo, pode dar explicações.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Está tudo dito!

**Presidente:** Prescinde então.

A Mesa não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

**(\*) Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho estado a ouvir atentamente as apreciações de cada um dos que me antecederam sobre esta proposta apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM e creio que nos compete agora fazer o enquadramento, bem como apresentar os compromissos do Governo referentes a esta matéria.

Efetivamente a situação de falta de professores é grave, não é nova e é transversal a todas as ilhas, como já aqui foi debatido e como também tive oportunidade de apresentar na audição da Comissão dos Assuntos Sociais sobre esta proposta de diploma.

É grave e para mim até é um peso pessoal - permitam-me aqui esta nota - já que falámos na matemática, como um dos grupos carenciados. E, já agora, como tive oportunidade de referir na Comissão, os grupos neste momento

mais carenciados a nível do ensino secundário, são os grupos de inglês, matemática, físico-química, biologia, geologia e informática, atendendo não só ao recurso à Bolsa de Emprego Público quando, na inexistência já de candidatos na bolsa centralizada da Secretaria Regional, mas também face às aposentações que se perspetivam até ao final de 2024.

Sendo a matemática um dos cursos que aqui está – eu sou professora de matemática – vi com dor, alguns colegas de curso abandonarem a profissão, porque ela era precária, porque estava depreciada e, hoje em dia, chegámos a esta situação.

A situação, de facto, não é exclusiva dos Açores.

É uma situação comum a vários territórios de âmbito nacional e até mesmo europeu, mas não podemos chegar aqui e pensar que isto é tudo um mar de rosas e continuarmos com algum imobilismo.

Portanto, acompanhamos as propostas que nos foram apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM.

O Sr. Deputado José Contente fez a referência – não tenho condições para atestar aqui os números, mas faço fé nos seus – de que em 1996 havia dois licenciados por cada 100 habitantes. É óbvio que a situação de hoje é muito melhor do que essa.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Em qualquer sítio do mundo.

**A Oradora:** Mas a questão que aqui se coloca é que, acima de tudo, não se trata apenas de conferirmos habilitações aos jovens açorianos. É, sim, a de fazer com que um jovem açoriano ou outro, queira enveredar por um concurso via ensino – essa é que é a grande questão.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** A questão é sabermos o que é que faz com que um jovem, ao decidir ir para a universidade e ao fazer as suas opções, porque é que há de optar por um curso via ensino e não outro qualquer?

Este é que é o grande desafio que nós aqui temos.

Efetivamente, este não será nenhum *toque de Midas* – já não é a primeira vez que esta referência é feita aqui – porque eles não existem na área da educação, ponto final.

Existem estruturas e políticas concertadas e coordenadas que, numa estratégia para a educação a médio e longo prazo, possam depois surtir efeitos.

Pontualmente, não existe qualquer tipo de medidas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**A Oradora:** E é por isso mesmo que esta medida tem que ser acompanhada de outras que dignifiquem e valorizem a profissão docente.

Medidas que digam respeito, por exemplo, à maior autonomia dos professores; ao maior contato dos professores na sala de aula, em vez de estarem com tanto trabalho burocrático; à consideração dos direitos laborais dos professores que é um caminho que também temos trilhado ao longo destes meses. Já para não falar no combate à precariedade.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro – e aqui também não tenho dados para tão rapidamente poder confrontar com os dados que nos apresentou – referiu mil vagas quase totalmente preenchidas que foram lançadas pelos anteriores Governos nos últimos 8 anos. Admitindo que assim será – não tenho dados para objetar nem confirmar – deixem-me dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, que apenas num ano nós já lançámos mais de 30% dessas mil vagas que os senhores lançaram em 8 anos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Além de que, destas mil vagas, como as Sras. e Srs. Deputados fizeram referência, muitas delas foram para colmatar as necessidades de transição do pessoal.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Isso foi regularização!

**A Oradora:** Ou seja, eram vagas de provimento em quadro de escola que são aferidas, na sua grande e larga maioria, na colocação de professores que saem do sistema regional para outros sistemas, que se aposentaram ou que, pura e simplesmente, abandonaram a profissão. São as vagas dos quadros de escola. Nós, com esta revisão do regulamento de concursos, ao criarmos os quadros de ilha, criámos 243 novas vagas em quadros que não são as vagas apenas de transição e de provimento de professores.

**Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas para além disso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro – e frisando novamente que não posso certificar os números avançados por si, mas não duvido deles – este rácio do número de professores por aluno que nos apresentou, com a ressalva de que a situação inter-ilhas é diferente e também em inter-concelhos.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É verdade!

**A Oradora:** E, apesar de eu ser professora de matemática, não podemos olhar para isto apenas sob o ponto de vista estatístico e de padrão. Tem de haver diferenciação positiva, mas o que é facto é que nós também já lançámos (e anunciámos) concurso para afetação e, depois, para contratação de professores para o próximo ano, em que vamos mais do que duplicar o número de professores de apoio nas nossas escolas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Isto é que é trabalhar.

**A Oradora:** E é muito importante que o façamos nesta altura, para evitarmos a fuga dos professores *à posteriori*. É um facto que nós vamos continuar a assistir nos próximos – lá está, não existem *toques de Midas* na educação – a problemas na colocação de professores e à inexistência de candidatos e à necessidade de recorrermos à Bolsa de Emprego Público. Esta é uma evidência que ninguém nesta sala a refutou.

Porém, a questão é que nós ao lançarmos estas vagas agora, estamos a criar condições para que as pessoas fiquem, logo à partida, no primeiro concurso de colocação, na nossa Região e que não fujam para outros territórios nacionais, simplesmente porque não conseguiram obter uma colocação nos Açores.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Terminando, gostaria de lembrar aqui que com este combate à precariedade, só este ano, houve mais de 200 professores que, finalmente após mais de 10 anos de serviço, conseguiram uma colocação nos quadros. São mais de 80% dos professores que estavam há mais de 10 anos à espera para terem um vínculo com estabilidade e não tinham, que agora ficam colocados no quadro.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Mesmo para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, como já referimos e reiteramos, após a análise do decorrer do lançamento deste ano letivo, faremos a aferição conjuntamente com o Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional, das necessidades quanto à fixação dos professores. E, portanto, reiteramos a

nossa disponibilidade para implementarmos outros incentivos à fixação dos docentes e que, aliás, pelo menos alguns deles, estão consagrados no Estatuto da Carreira Docente.

Já quanto à aposta na Universidade dos Açores, e esta necessidade de podermos acompanhá-la face à grande exigência que se lhe coloca, o Governo Regional – e com isto termino mesmo a minha intervenção – também já disponibilizou verba própria e o nosso orçamento para este ano contempla, para podermos dar resposta a uma necessidade que a UA dos Açores nos apresentou de termos pelo menos uma dotação de 75 mil euros de apoio a ela para a criação dos cursos de mestrado nestas áreas que são mais carenciadas. E, portanto, também queria deixar aqui vincada esta nossa disponibilidade.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos iniciar a votação.

Vamos votar o Projeto de **Decreto Legislativo Regional nº29/XII** – “Regime de concessão de bolsa de estudo para a frequência de mestrado na área da formação de professores” – uma iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº29/XII apresentado pelo PSD, CDS/PP e PPM foi aprovado por unanimidade na generalidade.

**Presidente:** Vamos então iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos iniciar a votação na especialidade, sendo que a primeira proposta de alteração é do PSD, CDS/PP e PPM à alínea c) do nº2 do Artigo 1º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sendo assim, a proposta do Partido Socialista à mesma alínea fica prejudicada. E vamos votar o Artigo 1º com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Os artigos seguintes – o 2º, 3º e 4º - não têm propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los em conjunto?

*(Resposta afirmativa das várias bancadas parlamentares)*

É isso que farei.

Estão à votação os Artigos 2º, 3º e 4º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** Os Artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Artigo 5º, sendo que a primeira proposta de alteração ao seu nº 2, é da iniciativa do PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 25 votos contra do PS e 2 do BE.

**Presidente:** Sendo assim, a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao mesmo nº 2 do Artigo 5º fica prejudicada.

Passamos à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM, ao nº 3 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o Artigo 5º com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

Sra. Deputada Ana Luis?

(\*) **Deputada Ana Luíís (PS):** Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já vi que a Sra. Deputada Ana Luis é quem manda.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Manda e manda muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Ana Luíís (PS):** Sr. Presidente, só para lhe pedir que na votação do Artigo 5º, com as alterações aprovadas, fosse possível votar

separadamente os n.ºs. 2 e 3, porque o sentido de voto do Partido Socialista é diferente.

Obrigada.

**Presidente:** Sim sra.

Então vamos votar n.º 2 do Artigo 5.º. E depois podemos votar os outros 3 artigos em conjunto.

Está à votação o n.º2 do Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O n.º2 do Artigo 5.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 25 votos contra do PS e 2 do BE.

**Presidente:** Estão à votação os n.ºs. 1, 3 e 4 do Artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** Os n.º1, 3 e 4 do Artigo 5.º colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o Artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Artigo 6.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada ao Artigo 7.º pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Ficam, assim, prejudicadas as propostas de alteração apresentadas para este mesmo artigo e alínea pelo PS e Bloco de Esquerda. E está à votação o Artigo 7º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Artigo 7º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Os Artigos 8º e 9º não têm propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

*(Resposta afirmativa das várias bancadas parlamentares)*

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 25 votos a favor do PS.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o Artigo 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo colocado à votação obteve uma votação de empate, registando 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Vamos repetir a votação.

Está à votação o Artigo 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo colocado à votação registou novamente um empate, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está, assim, rejeitado o Artigo 10º do diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis creio que para uma interpelação.

(\*) **Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, não sei bem como é que se ultrapassa este impasse. Mas, porventura, tem que se repetir as votações, porque o diploma não pode ficar sem o artigo.

Não sei se a Câmara concordará que se coloque novamente à votação as propostas de alteração e eventualmente alguém mudar de ideias na votação.

Até porque, o Artigo 11º depende deste Artigo 10º.

Deixo à consideração da Câmara.

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado para uma interpelação, faça favor.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sr. Presidente, não é propriamente para uma interpelação. Eu pretendia dar um esclarecimento sobre aquilo que estamos a fazer.

É que na proposta dos autores da iniciativa, nós consideramos que quem não cumprir os compromissos assumidos, pelo facto de beneficiar da bolsa, deve devolver à Região uma vez e meia o valor recebido até esse momento.

O Partido Socialista apresenta uma proposta que era o valor acrescido de juros. O Bloco de Esquerda faz a devolução da verba sem mais qualquer encargo, ou seja, é o tal financiamento que é feito através do dinheiro dos contribuintes.

Essas duas soluções foram rejeitadas e agora ficamos num impasse. Mas é preciso termos a consciência de que sem esta norma, cria-se um vazio que me parece de difícil solução, porque quem beneficiar da bolsa e não cumprir com os seus compromissos vai feliz com o dinheiro dos contribuintes. Tão simples quanto isso.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

É para uma interpelação ou para participar no debate?

É porque nós estamos no debate na especialidade.

(\*) **Deputado António Lima (BE)**: Uma vez que estamos no debate na especialidade, então eu faço uma intervenção, até para repor a verdade.

Mais uma vez, insiste-se em dizer que o Bloco de Esquerda quer financiar (nem sei com que intenção se diz isso!) os bolseiros.

Parece que queremos oferecer dinheiro, quando o que está aqui em causa é a atribuição duma bolsa.

Aquilo que pergunto ao Sr. Deputado Joaquim Machado é se um bolseiro universitário num curso qualquer, chumbar, tem que devolver toda a bolsa que recebeu ao longo dos anos?

Isso não acontece. E é lamentável que insista nessa acusação que não tem qualquer cabimento.

A proposta do Bloco de Esquerda para os Artigos 10º e 11º prevê claramente a devolução, em caso de incumprimento dum conjunto de obrigações. Por isso escusa de insistir numa mentira que continua a dizer reiteradamente neste plenário e que eu considero absolutamente lamentável!

Termino dizendo que relativamente ao Artigo 10º, parece-me que o mesmo devem ser colocadas novamente à votação as várias propostas, para ver se há uma solução em relação a esta matéria. E o Bloco de Esquerda assume que não passando a sua proposta, votará a favor da proposta do Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que sobre o Artigo 10º foi levantada a questão pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda, e porque também temos o mesmo tipo de dificuldade e o mesmo tipo de vontade manifestado já pelo PS e BE, eu proponho à Mesa que se volte a repetir a votação do Artigo 10º.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é desonesto!

*(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS e BE)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tinha pedido a palavra?

*(O Deputado Joaquim Machado dá a indicação de que prescinde da palavra)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Terá que ser para uma interpelação, porque o PS já não tem tempo.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, tem a ver com esta situação com que nos deparamos agora.

**Presidente:** Sim eu sei, mas é só para que fique claro, uma vez que estava a dar a palavra aos outros deputados que o antecederam, porque ainda tinham tempo e o PS já não tem tempo para intervir no debate.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Com certeza, Sr. Presidente.

Eu penso que, muito francamente, a repetição da votação é um mau princípio. Sobretudo, porque não é irrelevante para o nosso Regimento a validade das repetições de votações. Tem um significado claro e já se verificou. E, portanto, nós não podemos cair numa situação em que repetimos as votações tantas vezes quantas forem necessárias, para dar o resultado que nos convém. Em segundo lugar, eu gostava de referir que a questão aqui não é política. Há outros juristas na sala que podem, no fundo, ajudar.

O não constar o 10º, o que torna claro, faltando ainda votar o 11º e se ele cair, aí sim temos um problema. Mas a eliminação do Artigo 10º o que significa do ponto de vista jurídico e a ser aprovado o Artigo 11º, é uma situação tão simples quanto isto: se um bolseiro desistir, está a incumprir com a sua obrigação, logo – votado o Artigo 11º - cairá na obrigação de devolver o montante.

Não há qualquer incongruência, não há qualquer problema.

Se o Artigo 11º cair, aí sim, teremos um problema.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** E o 12.º!

**O Orador:** No entanto, tendo em conta o significado que o nosso Regimento atribui à questão da repetição de votações, parece-me profundamente negativo nós abrirmos um precedente de repetir a votação tantas vezes quantas forem necessárias, para dar o resultado que mais queremos.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Tem toda a razão!

Concordo plenamente!

**O Orador:** Isto não pode ser assim.

Acho que é o desprestígio completo desta Casa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que quem levantou a questão em primeiro lugar foi o Partido Socialista. Não foi qualquer um dos outros grupos.

**Deputado Francisco César (PS):** Em resultado da votação que se registou!

**O Orador:** Foi uma ex-Presidente desta Casa que, com a competência e a experiência que lhe reconheço e toda a Câmara, levantou esta questão.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vá por aí!

**O Orador:** E considerou que esta questão deveria ser resolvida e deveria ser apresentada uma solução.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vá por aí!!

**O Orador:** Foi esta a intervenção da Sra. Deputada.

Foi o Partido Socialista que levantou esta questão.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se quiser, inscreva-se outra vez para uma interpelação.

Na sequência da questão colocada, é que eu apresentei esta sugestão de repetir a votação.

Bem, ainda no último Plano e Orçamento, tivemos a oportunidade de, num documento de importância vital, voltar outra vez a votar esses documentos. Não é nenhum precedente. Já aconteceu e esta Câmara votou novamente um documento dessa importância e dessa transcendência, porque estamos a falar dum documento em que o sentido de voto é determinante, até para a continuidade da legislatura.

Portanto, é nesse aspeto que nós estamos a falar.

É por isso que, tendo a questão sido levantada pelo Partido Socialista, considero que é legítimo que, se a Câmara concordar e aduzir, uma das soluções seja a repetição desta votação.

É tão simples como isto.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para reafirmar, no que diz respeito à repetição da votação, e tal como referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é nada de inédito nesta Casa, porque nós temos a oportunidade de resolver, hoje, e não adiar um problema para o próximo Plenário.

Se hoje não repetirmos a votação e o diploma ficar no Artigo 10º, o que vai acontecer em setembro é que os três grupos parlamentares da Coligação vão apresentar uma proposta de alteração e, nessa altura, vamos repetir a mesma votação que podemos arrumar hoje nesta sessão plenária.

Estamos apenas e tão só a protelar por mais de um mês uma situação que, com o consenso e o bom senso acima de tudo, podemos resolver imediatamente. E é isso que os açorianos não percebem. Não percebem que estando aqui os deputados todos, podendo resolver um problema imediatamente, por uma questão de teimosia processual, se queira adiar para setembro.

**Deputado Francisco César (PS):** Organizem-se!

**O Orador:** Era apenas e tão só este contributo que queria deixar aqui, para resolvermos imediatamente um problema e não forçar os partidos da Coligação a apresentar, em setembro, uma nova alteração ao diploma com a introdução do Artigo 10º.

Portanto, resolva-se o que se pode resolver imediatamente.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral:

É verdade. Não seria a primeira vez que se repetia uma votação. Mas seria a primeira vez que se repetia uma votação para conseguir que um deputado que estava ausente desta Câmara chegasse e, por via da sua presença aqui dentro, alterasse o resultado de duas votações sucessivas. E a pequena diferença é essa.

Repetir a votação fruto dum engano já aconteceu.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Tanta vez!

**O Orador:** Eu próprio, no último plenário ou no anterior, induzi em erro a Câmara numa votação e pedi para a mesma ser repetida. Mas nunca aconteceu repetir uma votação, porque, entretanto, chegou mais um Sr. Deputado e isso altera o resultado.

Isso não se faz!

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Não vá por aí, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Faremos em setembro na mesma.

**O Orador:** Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, em setembro, em outubro, quando os senhores entenderem, é o vosso direito!

Agora, repetir votações, porque havia um Sr. Deputado ausente da Câmara que, entretanto, chegou e agora repete-se para que o resultado se altere, quando as duas votações repetidas têm um significado claro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso não é verdade!

**O Orador:** O Sr. Deputado Carlos Furtado não estava na sala!

E é essa a razão pela qual houve um empate!

E os senhores acham que, com ele presente na sala, o resultado da votação vos é favorável!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pode dar um empate!

**O Orador:** Não pode ser!

Estivesse ele cá dentro.

A obrigação dele é estar ali sentado, como eu estou.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação. Mas não vamos perpetuar este debate.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com certeza, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão aqui é muito simples.

A questão de repetir a votação foi levantada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sra. Deputada Ana Luis é que disse – e cito – “porventura, tem que se repetir a votação”.

Não foram os partidos da Coligação nem nenhum outro partido que apresentou a sugestão de se repetir a votação!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tenho que lhe devolver a acusação!

V. Exa, num primeiro momento, queria repetir a votação. E depois, chega o deputado que está a favor do diploma e o senhor já não quer repetir a votação!!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, por isso, a imoralidade – Sr. Deputado – é sua!!

O Sr. Deputado pretende impedir que um deputado que está no exercício das suas funções e está a favor deste diploma e desta alteração, possa votar.

O senhor quer impedir que a vontade maioritária desta Câmara, se possa exprimir livremente e que os 57 deputados possam votar nesse sentido!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** A incongruência, Sr. Deputado – volto a repetir – é do vosso grupo parlamentar!

A Sra. Deputada Ana Luis fez uma sugestão, no sentido de se repetir a votação. Não foi nenhum dos outros partidos.

Não há aqui nenhum truque, Sr. Deputado!

Há uma verdade e há uma cronologia!

É o seu grupo parlamentar que propõe a repetição da votação. E o senhor só não repetir a votação quando chega o deputado que estava ausente!

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E quer evitar que se faça aqui uma votação democrática, porque sabe que vai perder essa votação!

Acha isso justo?!

Acha que existe moralidade nessa sua posição?!

Não pode atribuir à Coligação uma sugestão que é vossa!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Agradeço que termine.

Sras. e Srs. Deputados, nós podemos continuar este debate, mas devo dizer-vos que a Mesa já tomou uma decisão. E a decisão é cumprir o que está no Regimento.

Havendo acordo, há uma terceira votação.

Não havendo acordo, não há uma terceira votação e a Mesa considera que o 10º Artigo do diploma foi rejeitado.

Portanto, se houvesse acordo para isso, nós repetiríamos as vezes que fossem necessárias. Não há acordo para isso, não repetimos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma intervenção?

Alerto que só tem 30 segundos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para lhe dizer, Sr. Presidente, que respeitamos integralmente a decisão da Mesa, porque nesta matéria, o que teria que existir (estou de acordo com V. Exa.) era a concordância do Partido Socialista. Mas nós partimos deste princípio, a partir do momento em que a sugestão é do próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Se, entretanto, recua nessa vontade, é evidente que V. Exa. não pode tomar outra posição que não essa.

Por isso, quero aqui manifestar por parte do Grupo Parlamentar do PPM, absoluta compreensão pela posição que a Mesa tomou e que V. Exa. tomou.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que são estes gestos de protelação de um problema que poderia ficar absolutamente resolvido, aqui hoje, com o acordo do Partido Socialista, por sugestão até da Sra. Deputada Ana Luis para repetir a votação e este diploma ficaria resolvido, num sentido ou noutro, com a aprovação ou reprovação do Artigo 10º, porquanto nenhum de nós aqui sabe qual é o sentido de voto do Sr. Deputado Carlos Furtado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Ohh claro que não!

**O Orador:** E como tal, é por estes procedimentos que, perante o Povo dos Açores, nós ficamos cada vez mais denegridos na nossa imagem de trabalhar para o Povo dos Açores.

Nós poderíamos resolver imediatamente um problema, caso houvesse acordo, mediante a repetição duma votação. E, ao não fazermos isso, estamos a atirar para as *calendas gregas*, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro “para setembro, outubro ou novembro”, porque para ele é absolutamente indiferente.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não, não é!

O senhor não percebeu a minha intervenção!

**O Orador:** E a sua intervenção demonstrou isso mesmo, quando hoje poderíamos resolver imediatamente este assunto.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

*(Apartes impercetíveis trocados entre os Deputados Pedro do Nascimento Cabral e Vasco Cordeiro)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Apenas para dizer que quando fiz a minha intervenção acerca desta matéria, não me tinha apercebido de que havia falta de um deputado na sala na hora da votação. E, como é óbvio, não faria sentido – concordando plenamente com a decisão do Sr. Presidente – repetir a votação, porque alguém não estava na sala.

Devo dizer que qualquer grupo ou representação parlamentar, achando que não existem condições para se fazer a votação no imediato porque falta alguém por algum motivo, – pode acontecer – tem o poder regimental de solicitar um intervalo que nem pode ser recusado pela Mesa.

Se a maioria achava que não havia condições para fazer a votação neste momento, pediria um intervalo. Mas isso também veio demonstrar que a maioria, ou o que resta dela, nem consegue estar preparada para fazer a votação dum decreto legislativo regional e isso é, de facto, preocupante, mas só para a maioria.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do BE).*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da intervenção do Deputado António Lima, gostaria só de repor pelo menos aquilo que eu entendo como verdade.

De facto, tal como já foi dito pelo Deputado Paulo Estêvão, foi no seguimento duma proposta da Deputada Ana Luis de se repetir a votação.

*(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Foi única e exclusivamente por esse motivo e não por causa duma qualquer maioria ou por causa de haver mais ou menos um deputado na sala.

Isso é efetivamente uma verdade que importa repor. E é só por isso que pedi a palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado José Ávila (PS):** *M' engana que eu gosto!*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Entendam-se!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já várias vezes tivemos situações em que houve empates, houve necessidade de repetir votações e houve também enganos. Até em alturas posteriores ao artigo que estávamos a votar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Aconteceu há pouco tempo comigo!

**O Orador:** É verdade que sim, mas nem me estava a referir a essa situação.

Ao longo dos vários plenários e legislaturas isso acontece.

O que me deixa de alguma forma desiludido, é a ânsia que ficou demonstrada na intervenção do Sr. Deputado António Lima, de criar aqui um momento político em que, por um deputado estar momentaneamente ausente...

**Deputada Andreia Costa e Vasco Cordeiro (PS):** Ó senhor ele faltou a votação toda!

**O Orador:** ...devido a alguma situação que o impedia naquela altura de estar na sala, não estamos a falar de um deputado que está ausente...

**Deputado Francisco César (PS):** Não foi momentaneamente! Foi a votação toda!

**O Orador:** ... da Horta, da ilha do Faial ou da sessão plenária.

Estamos a falar de um deputado que, **momentaneamente**, está ausente da sala.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Ó senhor ele faltou a votação toda!

Estava ausente há duas horas!

**O Orador:** Não podemos pedir um intervalo a meio duma votação, Sr. Deputado António Lima, como bem sabe. Quando estamos na votação não podemos pedir um intervalo.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Organizem-se!

**O Orador:** A questão aqui é que, nesta conjuntura parlamentar, temos momentos em que os partidos e a coligação que suporta o Governo não obtêm ganho de causa em votação. Perde votações, porque não tem maioria, porque ela, naquilo que é essencial, depende de outras forças políticas, nomeadamente aquelas que têm acordos de incidência parlamentar.

O que nos deixa de alguma forma com tristeza, é que nos termos daquilo que são as regras parlamentares, um diploma não pode repetir a sua apresentação na mesma sessão legislativa. Mas entramos numa sessão legislativa daqui a 2 meses. E, portanto, qualquer problema que venha a surgir com este artigo em

específico deste diploma, o que pode acontecer é que em setembro nós vamos propor novamente a apresentação deste artigo.

Se os senhores acham e se esta Assembleia acha que isto é que é fazer política e que isto é que é servir o Povo dos Açores...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso vindo de si, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... parece-me que estão muito mal informados sobre aquilo que eventualmente seja o desejo do Povo dos Açores em termos do serviço público.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Termino já Sr. Presidente.

E ainda hoje aprovámos um Voto sobre o Serviço Público e os Servidores Públicos do Povo dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Por isso, tenho que lamentar o que aconteceu nesta situação, que faz com que em setembro tenhamos que repetir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos dar continuidade à votação.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Organizem-se!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não fechámos ninguém na casa de banho, tá bem?!

**Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**

(*Duarte Freitas*): O senhor Deputado do Corvo é que ficou fechado na casa de banho!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(\*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou obviamente imiscuir-me nas questões regimentais da Assembleia Legislativa Regional...

**Deputado José Ávila** (*PS*): E faz muito bem!

**A Oradora:** ... mas, como depois competirá ao Governo implementar aquilo que aqui for aprovado, resta-me uma dúvida que decorre desta questão que está a ser discutida.

A minha primeira tendência nesta apreciação até foi de que temos um Artigo 11º que depois dispõe quanto a condições de desistência dos candidatos; o problema é que não dispõe quanto ao montante do reembolso.

**Deputada Andreia Costa** (*PS*): Não é o caso!

**A Oradora:** E ficamos sem saber se é reembolso zero, se é com juros, ou se é reembolso a uma vez e meia.

Portanto, creio que o Artigo 11º perde a sua eficácia, porque faz menção a um reembolso, mas não diz de que tipo é.

**Deputada Andreia Costa** (*PS*): Não, não! Não é o caso.

**A Oradora:** Parece-me que, assim, ficará uma arbitrariedade grande quanto ao montante desse reembolso.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Para uma interpelação, se isso for admissível.

É que a Sra. Secretária Regional colocou uma dúvida que me parece pertinente.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem tempo. Se não for possível eu sento-me.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Quando muito o que está em causa é, para além da regra geral de restituição do montante recebido, acrescido de juros, a questão duma cláusula penal de metade daquilo que havia sido recebido. E, portanto, nesta situação, o que é devido restituir é todas as quantias que foram recebidas, acrescidas de juros.

Se a solução for outra, não há discricionariedade, não há arbitrariedade. Se a solução é outra, como se entende e como constava da versão inicial do diploma, então aí terá que haver, no fundo, uma sanção qualificada, nos casos de desistência e não naquilo que estabelece o Artigo 11º que ainda vamos votar.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Isso não é assim!

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É, é!

Peço desculpa, mas nesta matéria é assim.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para uma interpelação.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é apenas para divergir da interpretação que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazem, porque ela não tem assento na realidade do diploma sem o Artigo 10º e isso vai dar azo a inúmeros problemas de interpretação sobre a melhor eficácia que terá este diploma na restituição dos abonos.

Cá está o problema de que falámos que poderíamos ter resolvido aqui hoje e que vai ser protelado até setembro.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Vamos dar continuidade às nossas votações que é o que a Mesa tem aqui para votar e que se trata do Artigo 11º, tendo sido rejeitado o Artigo 10º.

Este Artigo 11º tem um conjunto de alterações do Bloco de Esquerda. Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Parecendo que não, vamos então votar a primeira proposta de alteração ao nº1 do Artigo 11º da autoria do Bloco de Esquerda.

*(A Deputada Alexandra Manes dá indicação de que os n.ºs. 1 e 2 do Artigo 11º podem ser votados em conjunto)*

Bom, então podemos votar os nºs 1 e 2 juntos.

Estão, então, à votação as propostas de alteração aos nºs. 1 e 2 do Artigo 11º, feitas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração aos nºs. 1 e 2 do Artigo 11º foram reprovadas com 25 contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Obrigado Sr. Secretário.

Está à votação a proposta de aditamento ao nº3 do Artigo 11º efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM, 1 da Iniciativa

Liberal e 1 do Deputado Independente e 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o nº1 do Artigo 11º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O nº1 do Artigo 11º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o nº2 do Artigo 11º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O nº2 do Artigo 11º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, os últimos 3 artigos do diploma não têm propostas de alteração, pelo que pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

*(A Deputada Ana Luis dá a indicação de que o Artigo 12º não pode ser colocado à votação em conjunto com os restantes dois)*

Então vamos votar o Artigo 12º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 12º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Estão à votação os Artigos 13º e 14º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

**Secretário:** Os Artigos 13º e 14º colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 29/XII, da iniciativa do PSD, CDS/PP e PPM, foi aprovado por unanimidade em votação final global.

**Presidente:** Encerrámos, assim, este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para uma declaração de voto.

**(\*) Dep. Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, apesar de congratular-se com a aprovação deste diploma, não pode deixar de registar que esta votação foi decepada, no que diz respeito ao Artigo 10º deste diploma.

Uma circunstância que lamentamos e repudiamos e que vai efetivamente obrigar a que, durante o mês de setembro no próximo plenário, apresentemos uma nova redação do Artigo 10º para que seja novamente submetido a esta Assembleia.

Como tal, e apesar da aprovação deste diploma, não podemos deixar de manifestar a nossa pena e o nosso lamento, pelo facto desta votação não ter sido feita de forma integral.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras também para uma declaração de voto.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente nesta declaração de voto, queria afirmar que demos realmente um passo muito importante e mais um contributo para que seja colmatada esta dificuldade que tem existido quanto à falta de professores com habilitação para lecionar nas nossas escolas. E naquilo que tem sido a estratégia do Governo e nos contributos que também têm sido dados pelos grupos e representações parlamentares, este será sem dúvida mais um contributo para que se alcance o combate a esta falta de docentes na nossa Região.

Depois dizer, e tal como já foi referido anteriormente, que temos que apresentar uma proposta de alteração a este DLR, na medida em que parece-nos que é importante que fique claro em que termos é que deve ser feito o reembolso, no caso de existir a desistência da bolsa. E isso tem que estar esclarecido, para que não apareça duma forma duvidosa, até porque também existem artigos, quer o Artigo 11º quer o 12º, que também dependem deste Artigo 10º. Portanto, parece-nos que é importante este Artigo neste diploma. Dizer, mesmo a terminar, que dadas as controvérsias que existiram nesta votação, por mais interpretações que queiram dar ao que ocorreu, que quando foi colocada a questão de repetir a votação, essa sugestão veio do Partido Socialista. E, por mais voltas que queiram dar, foi isso que aconteceu nesta Câmara. E, por isso também, nós – partidos da Coligação – dissemos que era uma solução que poderia resolver esta questão. Não foi esse o entendimento

e, como tal, vamos apresentar em setembro uma proposta de alteração para que este Artigo 10º fique esclarecido.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM:** Muito bem!

Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições para declarações de voto, vamos fazer um intervalo e regressamos às 18h30.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 37 minutos.*

Vamos avançar para o ponto 6 da nossa agenda, **Proposta de Resolução nº19/XI** – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

O debate e a votação da Conta da Região regem-se pelo Artigo 168º do nosso Regimento.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos para o processo legislativo comum e que foram fixados pela Conferência de Líderes. E vou repeti-los:

PS e Governo – 22 minutos;

PSD – 22 minutos;

CDS/PP – 14 minutos;

BE e o PPM – 12 minutos;

CHEGA, IL e PAN – 10 minutos;

Deputado Independente – 5 minutos.

Para a apresentação do Relatório, tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Economia, Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### **Relatório e Parecer da Conta da RAA do ano de 2019**

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2019, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 19-XI, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2019.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2019/A, de 27 de dezembro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2019/A, de 17 de janeiro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2019 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 13 de julho de 2020, deu entrada na Assembleia no dia 17 de julho de 2020, tendo sido remetida à Comissão de Economia no 21 de dezembro de 2020.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 21 de dezembro de 2020.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

## **APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE**

### **Receita**

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional, em 2019, atingiu o valor de 1.847,6 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.331,3 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 1.142,1 milhões de euros.

### **Despesa**

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2019, atingiu o valor de 2.418,8 milhões de euros, dos quais 1.582,4 milhões de euros dizem respeito a despesas correntes e 836,4 milhões de euros a despesas de capital.

Nas despesas correntes, destacam-se os 540,6 milhões de euros de despesas com pessoal, que representaram 34,2% do total destas e os 314,7 milhões de

euros afetos à aquisição de bens e serviços, que equivaleram a 19,9% deste agregado.

As Despesas de Capital, no valor de 836,4 milhões de euros, representaram 35% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1.582,3 milhões de euros, atingiram 65%.

Face ao total das despesas, cerca de 743,0 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (66,4%), enquanto os restantes 375,8 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (33,6%).

Nos Serviços e Fundos Autónomos, cerca de 98,8% resultaram das despesas correntes e 1,2% de despesas de capital. Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 44,6% das despesas eram referentes a despesas correntes, enquanto 54,4% resultaram de despesas de capital.

### **Operações Extra-orçamentais**

As operações extra-orçamentais registaram uma execução de 401,2 milhões de euros, dos quais 322,6 milhões de euros referentes a Outras Operações de Tesouraria e 78,5 milhões de euros referentes a Operações de Tesouraria.

### **Plano de Investimentos**

O valor global do Investimento Público previsto, para 2019, ascendeu a 420,3 milhões de euros, tendo sido executados 420,3 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 81,8%.

Na análise da execução do Plano de 2019, destaca-se o objetivo estratégico **“Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território”**, com 154,3 milhões de euros, teve a maior execução, com uma taxa de 90,3%.

### **Dívida Pública e outras responsabilidades**

Nos termos do artigo 14º. do Decreto Legislativo Regional 1/2019/A, “fica o Governo Regional autorizado a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de 223.550.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta mil euros) dos quais 163.550.000,00 (cento e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta mil euros) respeitam a operações de refinanciamento e os restantes 60.000.000,00 (sessenta milhões de euros) destinam-se ao financiamento de projetos com participação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).”

Relativamente às EPR-Empresas Públicas Reclassificadas, o valor da dívida, no final de 2019, atingiu os 110,2 milhões de euros.

O Hospital DES PDL é a Entidade Pública Reclassificada com o maior volume de dívida, 52,0 milhões de euros.

No final de 2019, a dívida não financeira ascendia a 138,5 milhões de euros, uma redução de 21,4%, face ao ano anterior.

### **Avales**

No final de 2019, a responsabilidades da Região com avales atingiu os 266,3 milhões de euros.

As EPR - Entidades públicas não reclassificadas, com 209,5 milhões de euros, representam 78,7% do total dos avales.

Houve uma redução dos valores dos avales da RAA, em termos absolutos, no montante de 691,7 milhões de euros, muito devido a extinção da Saudaçor.

Em 2019 foram concedidos avales no montante de 195,7 milhões de euros, 11,0 milhões de euros utilizados em 2019 e extintos 734,7 milhões de euros.

### **Cartas de conforto**

Em 2019, a Região concedeu dezassete cartas de conforto, no valor de 65,6 milhões de euros.

Em termos globais, a responsabilidade da Região com Cartas Conforto, no final de 2019, era de 173,9 milhões de euros, menos 14,9 milhões de euros do que a 31 de dezembro de 2018.

As entidades que representam maior responsabilidade com Cartas de Conforto são: a Sata Air Açores, S.A., o HDES-PDL EPE e o HSEI-Terceira EPE.

### **Parcerias Público Privadas (PPP) das RAA**

Os valores atualizados das responsabilidades que decorrem das PPP da RAA, com referência a 31/12/2019, totalizavam 530,1 milhões de euros (valor sem IVA), sendo:

- Concessão rodoviária na SCUT de São Miguel, no valor de 398,5 milhões de euros;
- Hospital da Ilha Terceira, no valor de 131,6 milhões de euros.

### **Património**

#### **Património Não Financeiro**

No final do ano de 2019, o valor líquido do Património Não Financeiro da RAA atingiu os 957,1 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

#### **Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras e por créditos resultantes de empréstimos concedidos.

No final de 2019, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 330,7 milhões de euros. Além disso, os empréstimos concedidos pela Administração Regional direta e pelos serviços e fundos autónomos ascendiam a 14,3 milhões de euros. No total, os ativos financeiros atingem os 345,0 milhões de euros.

### **Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades comerciais, em entidades públicas empresariais e em diversas instituições públicas sem fins lucrativos.

O SPER foi reestruturado em 2019, através da execução de dezassete, das vinte uma, medidas, previstas na Resolução 74/2018, de 20 de junho.

### **Participações financeiras da RAA**

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões, seguido do dos Transportes Aéreos, com 65,4 milhões e do setor Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de euros.

### **Recomendações do Tribunal de contas**

O Coletivo do Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de acolhimento do conjunto de recomendações formuladas anteriormente, tendo concluído que:

- Foram acolhidas duas recomendações;
- Foram acolhidas parcialmente cinco recomendações;
- Não foram acolhidas 9 recomendações;

- Sem informação, encontram-se quatro recomendações.

Assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações relativamente à Conta da Região Autónoma dos Açores de 2019:

### **Recomendação dirigida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Tomar as providências legislativas tidas por adequadas a assegurar que a fixação do período complementar de execução orçamental do sector público administrativo regional, a considerar-se necessário, seja compatível com a regra da anualidade, não indo para além do estritamente necessário ao fecho das operações.

### **Recomendações dirigidas ao Governo da Região Autónoma dos Açores**

Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente:

A criação dos programas orçamentais com os respetivos níveis de desagregação;

Definição dos objetivos e metas de cada programa orçamental;

Dotações orçamentais;

Conceção de indicadores de economia, eficiência e eficácia;

Mecanismos de avaliação do grau de realização dos objetivos.

Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, quer previsionais, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP.

Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento:

Dos limites legais aplicáveis à dívida; (Acolhida parcialmente na Conta 2019)

Do limite legal aplicável à realização de operações ativas.

**Por fim,**

Organizar as entidades com funções de tesouraria por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade dos fundos movimentados.

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2019, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, **entendeu por maioria**, com os votos a favor do PS e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PSD e CDS, que **a Conta da Região de 2019 está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2019.

Ponta Delgada, 01 de julho de 2021.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade”.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado José Ávila.

Vamos abrir as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública.

**Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (*Bastos e Silva*):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou referir-me brevemente à Conta da Região de 2019, na ótica das recomendações do Tribunal de Contas e, portanto, numa ótica prospetiva e não no pormenor relativo à execução passada, com o espírito da continuidade institucional das ações públicas e porque também há aqui a continuidade da responsabilidade administrativa, e parcialmente política, para melhorar os procedimentos, de acordo também com as recomendações.

Em termos de Juízo sobre a Conta da Região relativa ao ano económico de 2019, a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, considera que **“... a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2019 está afetada por limitações de âmbito e erros e omissões materialmente relevantes ...”** – fim de citação.

A Conta de 2019, não obstante apresentar algumas melhorias relativamente a anos anteriores, continua a não acatar algumas recomendações efetuadas pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, uma vez que das cinco recomendações incluídas no Parecer à Conta da Região de 2018, quatro permaneciam por acolher, tendo sido apenas uma acolhida parcialmente.

Relativamente à **recomendação dirigida à ALRAA** e que o Sr. Deputado Relator já se referiu que é:

**Tomar as providências legislativas tidas por adequadas a assegurar que a fixação do período complementar de execução orçamental do sector público administrativo regional, a considerar-se necessário, seja compatível com a regra da anualidade, não indo para além do estritamente necessário ao fecho das operações.**

No âmbito desta recomendação, o atual Governo Regional tomou a iniciativa de encerrar a execução orçamental no final de dezembro de 2020, não se tendo efetuado pagamentos após 31 de dezembro.

Para o ano de 2021, o Governo Regional, nos diplomas orçamentais, já não prevê a existência de qualquer período de execução orçamental, para além do final de dezembro cumprindo, portanto, a recomendação.

Assim, **o Governo Regional entende que a presente recomendação já se encontra devidamente acatada**, não se mostrando necessário, em nosso entender, providências legislativas adicionais. E sobre esta matéria, convém esclarecer de novo que não houve qualquer acréscimo de receitas, pois igual situação acontecerá com a receita fiscal de dezembro de 2021. Não houve, pois, qualquer saldo transitado para 2021. Apenas foi resolvido um reparo recorrente do Tribunal de Contas. E isso refere-se aos sempre mencionados 75 milhões de euros, que na realidade são 68 porque, entretanto, houve uma retificação relativa a 7 milhões de fundos comunitários não realizados que foram reconvertidos como verbas afetadas ao furacão Lourenço. Portanto, o saldo de 68 milhões de euros não tem qualquer efeito na receita do ano em curso.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Qual é o ano?

**O Orador:**

### **Recomendações dirigidas ao Governo Regional**

**Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente – e mencionam 5 alíneas que já foram lidas e que eu me dispenso de referir.**

Tal como é referido no sumário do Parecer do Tribunal de Contas,

a elaboração do orçamento da RAA para 2019 não foi sustentada num quadro plurianual de programação orçamental, elaborada em consonância com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Já em 2021, o Orçamento da Região inclui o Mapa XI - Despesas da Região correspondentes a programas orçamentais, a despesa pública associada a cada programa orçamental, tendo os mesmos sido devidamente orçamentados ao nível das medidas, das atividades e dos projetos.

O orçamento para 2021 inclui, **pela primeira vez**, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, nos termos previstos no artigo 20.º da LFRA, designadamente, contemplando todo o perímetro de consolidação da Administração Pública Regional, e incluindo a despesa global e não a despesa efetiva, como acontecia nos anos anteriores. A despesa efetiva é sem os ativos e passivos financeiros.

O atual Governo Regional apresentou no final de maio do corrente ano uma proposta de decreto legislativo regional que aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período 2022 a 2025, que enquadrará a proposta de orçamento para 2022, nos termos previstos no artigo 20.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Deste modo, entendemos que o atual Governo Regional, está empenhado em garantir a legalidade associada ao enquadramento orçamental, decorrente da apresentação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental dentro dos prazos legais, entendendo que esta recomendação está, a partir de 2021, igualmente, acatada.

### **Terceira Recomendação**

**Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP** (sistema de normalização contabilística para as administrações públicas).

Tal como já referido em anos anteriores, as propostas de Orçamento, bem como as Contas da Região, têm vindo a apresentar a demonstração orçamental consolidada de todo o perímetro da Administração Pública Regional, mas só a orçamental.

Uma vez que a Região se associou à solução de consolidação do Ministério das Finanças desde 2018, apenas estará em condições de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, quando tal solução estiver disponível ao nível da Administração Central, garantindo que o respetivo processo assegure a necessária normalização e fiabilidade que se pretende para as contas regionais e para as contas nacionais.

#### **Quarta Recomendação**

**Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto de sector público administrativo regional, o grau de cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida e do limite legal aplicável à realização de operações ativas.**

As próximas Contas da Região continuarão a introduzir melhorias ao nível da qualidade da informação constante relativa à dívida total do Sector Público Administrativo Regional.

Salienta-se que atualmente o limite legal aplicável à dívida regional, previsto no artigo 40.º da LFRA, se encontra suspenso.

#### **Quinta Recomendação**

**Organizar as entidades com funções de tesouraria, por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade dos fundos movimentados.**

Entendemos que esta Recomendação estará acatada no decurso do corrente ano, estando em curso a organização das funções de tesouraria, por forma a cumprir com a obrigação de prestação de contas relativas aos fundos movimentados pela tesouraria regional.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Dou agora a palavra, pelo PSD, ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por deixar aqui um reconhecimento ao Sr. Relator da Comissão de Economia, pelo trabalho que desenvolveu ao longo destes meses. É um trabalho exaustivo e que merece todo este reconhecimento.

O juízo da Conta de 2019 constante no Parecer do Tribunal de Contas, tal como o Sr. Secretário Regional já afirmou, à semelhança de 2016, 2017 e 2018, menciona – e citamos – que “o Tribunal considera que a Conta da RAA de 2019, está afetada por erros e omissões materialmente relevantes”.

Esta valorização negativa do Tribunal de Contas em quatro anos consecutivos, merece apreensão, sobretudo, porque apesar de melhorias pontuais, as recomendações mantêm-se em número elevado, sendo muitas delas reiteradas.

É verdade que o Tribunal concentrou-se em cinco principais recomendações no atual Parecer, mas as mesmas resultam, na prática, de vinte e uma recomendações anteriormente formuladas pelo Tribunal, quer no Parecer de 2018 quer de anos anteriores, constatando-se que foram acolhidas duas recomendações (das vinte e uma), reiteradas; e parcialmente foram acolhidas outras cinco, todas elas também reiteradas.

Não foram acolhidas dez recomendações e quatro só poderão ser verificadas em Contas de anos seguintes.

Em 2019 o Tribunal reiterou apenas cinco recomendações, com o objetivo do Governo concentrar o seu esforço nas consideradas mais relevantes que são aquelas que foram apresentadas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças.

Continua a existir uma linha comum nas recomendações por cumprir, isto é, a falta de informação e de alguma transparência na Conta da Região.

Para além disso, o Tribunal manifesta um conjunto de preocupações que, desde sempre, partilhámos.

Primeiro, a necessidade de controlar o crescimento do endividamento fora do perímetro orçamental, cujas responsabilidades constituem, afinal, encargo da Região.

Em segundo lugar, a necessidade de continuar a reestruturação do setor público empresarial e de alargar a reestruturação aos serviços e fundos autónomos.

A terceira, criar mecanismos que permitam uma distribuição equitativa das verbas pelas autarquias locais com origem no orçamento da Região, corrigindo a prática até agora seguida que beneficia uns em detrimento de outros, sem qualquer critério para além do domínio partidário. Aliás, a declaração política desta manhã do Partido Socialista apelava exatamente a isso. Mas penso que esse apelo será para o futuro, porque relativamente ao passado, isso não era cumprido.

De resto, posso citar o que diz o Parecer do Tribunal de Contas relativamente a 2019:

“O Município da Praia da Vitória, de entre 19 Municípios, recebeu 1 milhão e 800 mil euros, ou seja, mais de metade da totalidade das verbas atribuídas a Municípios.

Relativamente às freguesias, diz o Tribunal que “10 das 155 freguesias, receberam 34% da totalidade das verbas transferidas do Orçamento da Região”.

E que freguesias são essas?

A Maia – freguesia do Partido Socialista; S. Roque (Ponta Delgada) que também é do Partido Socialista; St.º António (Ponta Delgada) do Partido Socialista; Arrifes também do PS; Candelária (Ponta Delgada) do Partido Socialista; Conceição (Ribeira Grande) do Partido Socialista; Santa Bárbara (Ribeira Grande) do Partido Socialista; Ponta Garça (Vila Franca) do Partido Socialista; Santa Bárbara (Angra do Heroísmo) do Partido Socialista e Santa Cruz da Lagoa do Partido Socialista.

Ou seja, a exposição da Sra. Deputada Sandra Faria faz sentido para o futuro. E na prática, acabou por ser uma crítica àquilo que foi a prática do Partido Socialista.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A dívida global do setor público regional, abrangendo as entidades do setor público administrativo e restantes entidades do setor público, não incluídas no perímetro orçamental, no final de 2019, excluindo a EDA, atingiu 2 mil 660 milhões de euros, ou seja, mais 250 milhões de euros que no ano anterior. Mas na verdade, as responsabilidades totais da Região são superiores, se adicionarmos as responsabilidades que decorrem das parcerias público-privadas e contratos ARAAL no valor de 690 milhões de euros. Isto é, este conjunto de responsabilidades atinge cerca de 3 mil e 400 milhões de euros no final de 2019.

É nosso entendimento de que deve ser considerada e equacionada, para além da dívida pública, tal como consta no critério do INE, também a dívida não financeira e ainda todas as restantes responsabilidades cujo pagamento de reembolso será, duma maneira ou doutra, encargos de orçamentos regionais presentes e futuros.

Por conseguinte, quer as responsabilidades futuras decorrentes de parcerias público-privadas quer as dívidas das empresas públicas não incluídas no perímetro orçamental, devem ser consideradas como responsabilidades da Região em sentido lato. Tanto mais, e sobretudo, porque a maioria dessas empresas apresentam capitais próprios negativos ou o seu financiamento depende, quase exclusivamente, do orçamento regional, para além de que muitos dos seus empréstimos bancários têm o aval do Governo ou são suportados por cartas conforto.

Existe um sério risco, nalguns casos e inevitavelmente noutros, de que estas responsabilidades venham a ser suportadas, no presente e no futuro, pela Região Autónoma, nem que seja pelo reforço dos recursos orçamentais a afetar a essas empresas anualmente, para que possam cumprir o respetivo serviço da dívida.

Relativamente às responsabilidades das entidades fora do perímetro orçamental, afirma o Tribunal de Contas – e cito – “em contabilidade pública, esta dívida não está contabilizada na dívida pública regional, mas é geradora de responsabilidades contingentes para a Região” que é exatamente aquilo que nós pensamos.

O Tribunal de Contas, em matéria de dívida, levanta uma questão que consideramos grave e que representa um profundo desrespeito pelo Parlamento, a qual já foi referida no ano anterior.

Com efeito, o aumento do endividamento aprovado em sede do Orçamento da Região em 2019, de 60 milhões de euros, acaba por não ser cumprido, porquanto as empresas do perímetro orçamental contratam financiamento adicionalmente por insuficiência do seu financiamento público, o que totalizou, em 2019, mais 37 milhões de euros, para além dos 60 milhões que já estavam autorizados pelo Parlamento.

Esta situação é recorrente em anos anteriores, daí que o aumento da dívida pública tenha sido sempre superior ao valor autorizado pelo Parlamento.

Em 2019 agravou-se a situação do setor público empresarial, quer nas empresas reclassificadas quer nas que se encontram fora do perímetro orçamental. E sobre este assunto cito o Tribunal de Contas que diz o seguinte: “Em síntese, a generalidade dos indicadores evidencia que a posição financeira e o desempenho económico das entidades sob controle da RAA, se deterioraram de forma significativa mantendo a tendência observada em anos anteriores”.

Em 2019 a taxa de execução do Plano de Investimentos baixou ligeiramente relativamente ao ano anterior, ficando em 80.2, ficando por executar 104 milhões de euros daquilo que estava orçamentado e aprovado no Plano. Aliás, nos primeiros 3 anos da anterior Legislatura (2017, 2018 e 2019), das verbas inscritas nos sucessivos Planos, ficaram por executar 332 milhões de euros.

Por outro lado, estavam inscritas no Plano de Investimentos de 2019, despesas que manifestamente têm a natureza decorrente, sendo que o Tribunal de Contas há muito que alerta para esta situação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O XIII Governo em apenas 7 meses de funções, já deu provas de que acolhe muitas das preocupações do Tribunal de Contas, tendo tomado medidas concretas, designadamente em matéria de reestruturação do SPER ou na Conta de 2020, como já foi aqui referido pelo Sr. Secretário, no cumprimento da Recomendação relativa ao fim do período complementar de execução orçamental ou ainda no Plano de Investimentos para 2021, transferindo algumas despesas do Plano com natureza de despesa de funcionamento para o Orçamento, demonstrando, assim, que está no bom caminho.

Bem sabemos que é um caminho longo, sobretudo na inversão do crescimento da dívida pública.

Entendemos que as políticas incluídas no Programa do Governo conduzirão os Açores para novos patamares de crescimento económico e melhor afetação de recursos públicos, condição essencial para a melhoria das nossas finanças públicas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Concluindo, face às dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas em matéria de fiabilidade da Conta, o voto do Grupo Parlamentar do PSD será de abstenção.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal vai abster-se na votação da Conta da Região, até porque nem estávamos aqui, não contribuímos nem para as recomendações, para que elas se cumprissem ou deixassem de cumprir. Mas não sem antes manifestar o desagrado por, em 2019, permanecerem recomendações não cumpridas que vinham de 2018. E também o nosso desagrado, ao ler nos documentos de 2018 e 2019 – para termos uma ideia retrospectiva, mas já irei à prospetiva, Sr. Secretário – frases como “está adotado erradamente desde 2014”, “continua por”, “continuam a fazer”, “continua sem ser demonstrado”, e continua, continua, continua. E é por aqui que vou à questão prospetiva, Sr. Secretário.

É um desafio que deixo ao PSD e ao Governo de Coligação com o CDS e o PPM...

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** E com o apoio parlamentar da Iniciativa Liberal.

**O Orador:** ... que obriga obviamente essas recomendações, que o novo Governo dos Açores, para a Conta de 2021 que é aquela sobre a qual já

podemos aferir que tem alguma responsabilidade, nos possa trazer essas recomendações, algumas das quais já de há bastante tempo, devidamente cumpridas e recomendadas.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Cumpridas!

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): E consigo!

**O Orador:** Eu espero bem, Sr. Deputado - e registo hoje – estar daqui a 2 anos nesta Câmara a poder registar precisamente que o atual Governo Regional dos Açores (se ainda durar) acatou as recomendações do Tribunal de Contas.

Nós não podemos, sucessivamente, ter instituições desta natureza e ter sucessivamente acórdãos de instituições desta natureza que sejam inconsequentes. Ou recomendações de instituições como o Tribunal de Contas que não sejam acatadas. Sob pena de não podemos dizer, no futuro, que temos melhores contas públicas.

É que **melhores contas públicas** não é só ter um saldo corrente mais ou menos elevado.

**Melhores contas públicas**, são contas mais claras, com as recomendações do Tribunal de Contas acatadas que até podem ter saldos correntes inferiores, desde que sejam eficientes.

Portanto, é esta recomendação que – se me permitem – gostaria de deixar prospectivamente ao Governo Regional dos Açores e a esta Câmara, para que não venhamos aqui recorrentemente todos os anos com recomendações do Tribunal de Contas não acatadas pelos sucessivos Governos Regionais.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(\*) **Deputado Sérgio Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, gostaria de dizer que a matéria da discussão da Conta, que tem sido feita todos os anos, tem obviamente um conjunto de questões que temos vindo sempre a debater.

O Sr. Deputado António Vasco manteve na sua intervenção exatamente a linha do que em anos anteriores. E se calhar não teve bem em atenção aquilo que é um documento já entregue nesta Casa e que é o Relatório da Conta de 2020 que, sobre as recomendações que referiu, dá nota da posição do Governo atual sobre as mesmas e que refletiu na Conta entregue no final de dezembro de 2020 nesta Assembleia.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): E foi isso que foi feito! Não insista! Pode repetir mil vezes!

**O Orador:** Aliás, foi basicamente o conteúdo da intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças que leu, em parte, o argumentário relativo a essas recomendações.

Por isso, temos que ser objetivos e claros em relação às questões que estamos aqui a tratar.

A evolução de 2018 para 2019, foi o acatamento total ou parcial de sete recomendações e o não acatamento de nove. Ou seja, foi esse o esforço efetivamente feito de melhoria progressiva que é constante e reconhecida pelo Tribunal de Contas.

Há sempre recomendações por acatar, é um facto, e haverá. Como há sempre um grande esforço para acatar um conjunto de recomendações que são feitas. Aliás, é bom dizer – e muito bem – que a equipa que faz a Conta, que já fazia nos Governos do Partido Socialista, é exatamente a mesma que faz agora, no âmbito do Governo desta Coligação.

Portanto, não estamos aqui a tratar de coisas gerais.

Uma coisa, são resultados globais. Outra coisa, são especificidades técnicas que, no passado, o Sr. Deputado António Vasco colocou sempre como sendo questões políticas que não o eram, porque as pessoas que as fizeram são as

mesmas que os senhores mantêm. E aliás, se lermos a Conta de 2020, já elaborada por este Governo, nas páginas 88, 89 e 90, vamos chegar à conclusão precisamente disso, isto é, que mais de 90% sobre Contas da Região, está demonstrado neste relatório de 2020 que não tinham nada a ver com matérias políticas, mas sim com especificidades técnicas, onde pode haver interpretações diferentes ou não.

Mas vamos às cinco recomendações para esclarecer.

Começo pelas quatro que não têm a ver com a Assembleia.

Como foi anteriormente referido, temos três dados globais:

- A dívida não financeira das empresas públicas – que é dito que agora é que ia descer – mas já em 2019 reduziu cerca de 21%, sendo que os avales reduziram 73% (o efeito da Saudaçor);

- A redução do setor público empresarial que também é referido, foi agora extinta uma empresa e em 2019 houve 17 reduções nesse setor, sendo que a execução fiscal foi de cerca de 100% e a execução do plano cerca de 82%. Desejo que este ano tenham uma execução aproximada deste valor que tivemos em 2020. E relembro o vosso nível de exigência em termos de execução do plano. E o relatório de execução do 1º semestre deste ano do plano de investimentos já dará alguma indicação sobre a capacidade de execução e veremos em que valores de referência estarão, face ao que era a vossa exigência antes. Mas lá iremos.

Agora, vamos às questões que são efetivamente técnicas.

Eu tentei durante muitos anos demonstrar que estas questões não tinham a ver com maior ou menor esforço de transparência, de rigor ou até de clareza. São questões técnicas, desenvolvidas por equipas técnicas que eram, e são, exatamente as mesmas e em quem os açorianos confiaram no passado e devem continuar a confiar no presente.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Joaquim Bastos e Silva):* O senhor já confiou!

**O Orador:** Por isso, das quatro Recomendações que estamos aqui a falar, e isso é para mim o mais relevante, em relação à apresentação do quadro plurianual, o que o Governo atual disse é que no Orçamento de 2020, já se tinha dado início ao processo orçamental por programas orçamentais, incluindo o quadro de programação orçamental, isto é, disse que isso já estava em sequência.

Quanto à segunda recomendação – apresentação de demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas no CNC, AP, o que diz o atual Governo no âmbito da Conta de 2020, e cito, é “que este esforço vem de anos anteriores”, “apresenta a demonstração consolidada em todo o perímetro”, ou seja, o esforço para apresentar a demonstração consolidada de todo o perímetro no orçamento vem de **anos anteriores**. No entanto, como sempre dissemos, haverá necessariamente discrepâncias, porque são coisas feitas do ponto de vista manual. E aqui, sobre os erros e omissões que sempre invocaram, o atual Governo reconhece que vão continuar necessariamente a existir, porque o problema é sistémico, não é um problema de vontade. E o mesmo “está dependente duma solução informática, no âmbito do sistema central de contabilidade e contas públicas S3CP” – e citei o atual Governo – que está a ser desenvolvido para todo o País, no âmbito dum acordo feito entre o Governo Regional e o Ministério das Finanças em 24 de julho de 2018.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
(*Joaquim Bastos e Silva*): É isso que está aqui!

**O Orador:** É essa a realidade.

Eu não me estou a referir a si, Sr. Secretário. Estou a referir-me ao Sr. Deputado António Vasco e exatamente a citar aquilo que o Governo atual referiu em relação às presentes recomendações.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
(*Joaquim Bastos e Silva*): Estamos de acordo!

**O Orador:** A quarta recomendação que tem a ver com a demonstração na Conta do conjunto do SPAR que já foi cumprido, nomeadamente o limite legal para as operações ativas e que no Orçamento de 2020 estava a definição desse limite, sendo que o atual Governo reconhece que “a Conta de 2019, à semelhança da de 2020, apresenta um grau de cumprimento dos limites aplicáveis à dívida” – isto está escrito. E diz também que o Orçamento de 2020 (feito pelo anterior Governo), através do Artigo 19º, vem expressamente clarificar o âmbito das operações ativas – outra questão que já foi resolvida. Neste contexto, a quinta recomendação – “Organização das entidades em função de tesouraria cumprindo obrigações de prestação de contas” – o que o atual Governo diz é que a Conta de 2019, exatamente como a Conta de 2020, integra toda a informação necessária à certificação total da receita e da despesa...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Está enganado!

**O Orador:** Exatamente o contrário do que o Sr. Deputado António Vasco dizia sistematicamente ao longo dos anos.

E disse mais: que foi dada toda a autorização para essa consulta e que, sobre essa matéria, não há qualquer dúvida, havendo “apenas uma questão de clarificação orgânica” que, como sempre dissemos, estaria prevista e trata-se duma alteração da orgânica para definição de funções na alteração que houvesse ao departamento competente.

Por isso, acho que ler estas páginas do Relatório da Conta de 2020 e ver a posição do Governo (atual) sobre estas matérias, responde ao debate que aqui está a ser feito, bem como às questões colocadas.

Eu sei que é bom fazer sair para fora questões de erro e omissões, que permitem levantar outras questões que não são materialmente relevantes. E nós estamos a falar apenas dum aspeto essencial: “consolidação de contas entre os diversos subsetores.

Não é possível nem há um sistema contabilístico único, seja nos Açores, na Madeira ou no País, que o permita agregar. O anterior Governo não o conseguiu fazer e o atual Governo, tal como reconhece, não o consegue fazer. E a única solução é trabalhar com o Ministério das Finanças, para haver um sistema informático que permita essa consolidação.

Nós dissemos isso e o Governo que o senhor apoia continua a dizer o mesmo. Por isso, sobre quatro das cinco recomendações em discussão, estamos entendidos.

Vamos, agora, apenas a uma recomendação que é dirigida à Assembleia, sobre a qual o Sr. Secretário disse que o saldo orçamental de 2020 não seria esse valor, seria mais baixo, mas eu vejo no quadro da página 29 da Conta de 2020 que foi entregue na Assembleia recentemente, que o saldo orçamental era de 74 milhões de euros, acrescendo até um saldo de operações extraorçamentais de mais 8,5 milhões, sendo o saldo efetivamente transitado para 2021 de 82, 7 milhões.

Isto consta, como já referi, do quadro da página 29 da Conta de 2020, feita e apresentada à Assembleia por este Governo.

Portanto, sobre saldo orçamental também estamos esclarecidos.

Mas há uma outra matéria que eu não percebo mesmo e que tem a ver com o período complementar.

Tenho pena que o Sr. Deputado Nuno Barata não esteja presente, pois talvez pudesse esclarecer-me sobre esta matéria.

O Governo diz que cumpriu este ano na execução de 2020, a recomendação do Tribunal de Contas para o período complementar, no âmbito da despesa.

O que o Governo disse foi: “não se paga mais despesa a partir de 31 de dezembro de 2020”.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Foi isso que foi feito! Não insista!

**O Orador:** Porque a receita fiscal arrecadada que entrou nos cofres da Região a 15 de janeiro de 2021, foi considerada receita de 2020.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Joaquim Bastos e Silva):* Pode repetir 20 vezes. Não é verdade!

**O Orador:** Ou seja, cumpriu a recomendação do Tribunal de Contas para a despesa (não se paga mais), mas quanto à receita fiscal arrecadada, que é referente a dezembro, e que é recebida em janeiro, a qual o Tribunal de Contas sempre referiu que devia ser contabilizada no ano seguinte, foi considerada em 2020.

Mas como isso era uma recomendação à Assembleia o que é que o Orçamento de 2021, aprovado nesta Assembleia, diz no seu Artigo 86º?

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos Silva)*

**O Orador:** É porque o que está escrito é completamente incompatível com o que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, ou seja, de que ia fazer tudo para que todas as recomendações do Tribunal de Contas sejam cumpridas.

Só que, aprovou como todos os outros partidos, incluindo o PS conscientemente, porque era essa a interpretação que tinha sobre esta matéria. Mas voltando atrás, passo a citar o tal Artigo 86º - “receitas depositadas nos cofres da Região até 31 de dezembro de 2022 que digam respeito a cobranças efetuadas em 2021, podem excecionalmente ser consideradas como referência a 31 de dezembro de 2021”.

O que é que isto muda essencialmente?

É que antes essa era uma decisão do Governo.

O Governo propôs à Assembleia que aceitou, passando a ser uma decisão da própria Assembleia. Mas isto não cumpre a recomendação do Tribunal de Contas, porque o **princípio da unidade** é para a receita e para a despesa. Não é só para dizer “eu não pago mais a partir de 31 de dezembro”. É também – e é este o princípio do Tribunal de Contas – para dizer “eu não recebo mais a partir de 31 de dezembro”. E é essa receita que em 2020 foi recebida em janeiro (e contabilizada em 2020) e em 2021 consideraram que a Assembleia

deliberou que a receita arrecadada em até 31 de janeiro de 2022, poderá ser contabilizada em 2021.

Nessa matéria nós sempre defendemos que esta era a posição correta.

Por isso, votámos favoravelmente esta norma no orçamento. Mas não é aquilo que o Sr. Deputado António Vasco defendeu nesta Assembleia. Não é aquilo que o PSD **sempre disse** nesta Assembleia. E não é aquilo que o PSD se comprometeu a fazer nesta Casa. E não cumpre a recomendação do Tribunal de Contas.

Portanto, se o Sr. Deputado Nuno Barata quer cumprir as recomendações do Tribunal de Contas, tem aqui um bom princípio para também contribuir para esse compromisso.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Deputado Nuno Barata (IL):** É diferente!

E eu vou-lhe explicar porque é que é diferente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS/PP, o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui referido nas intervenções que me precederam, mas considero que é por demais relevante para não voltar a ser dito, e vou citar:

“A Secção Regional do Tribunal de Contas considera que a Conta da RAA de 2019 está afetada por limitações de âmbito, erros e omissões materialmente relevantes. Formula reservas e ênfases”.

Apesar das informações que agora foram avançadas pelo Deputado Sérgio Ávila, consideramos que se deve na mesma trabalhar, no sentido de se arranjar ferramentas e mecanismos que no fundo possam consolidar as contas das diversas áreas da governação.

Como é referido no Relatório do Tribunal de Contas:

“Ficam identificados riscos de sustentabilidade das Finanças Públicas Regionais, em resultado da sua posição estruturalmente deficitária”.

Em causa, estão “os sucessivos défices orçamentais, o agravamento da dívida pública, excedendo a capacidade de endividamento legalmente fixada e saldos primários negativos”.

O Tribunal reforça, ainda, “a necessidade de o processo orçamental ser apoiado num quadro plurianual de programação orçamental elaborado em consonância com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas”.

Destaca, ainda, a “falta de demonstrações orçamentais e financeiras previsionais de relato e consolidadas, elaboradas de acordo com o referencial contabilístico” – o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública – “no sentido de conferir confiança, correção e conformidade legal ao Orçamento e à Conta”.

Estas recomendações, tal como já avançou o Sr. Secretário Regional das Finanças, estarão acatadas. Mas registo as principais ênfases da análise do Tribunal de Contas que são:

- A inobservância das regras numéricas de equilíbrio e de limite da dívida estabelecidas na lei;
- A ultrapassagem do limite de contratação de dívida fundada fixada por esta Assembleia Legislativa Regional;
- A falta de prestação de contas por parte das entidades que exercem as funções de tesouraria;
- A omissão na Conta de dívida não financeira e a realização de operações à margem do Orçamento e da Conta, em violação dos princípios da universidade e da transparência.

Quanto à Recomendação do Tribunal de Contas a esta Assembleia Regional, o Sr. Secretário Regional das Finanças também já afirmou que acatou a mesma e que não será necessário esta Câmara pronunciar-se ou tomar medidas legislativas adicionais.

Depois, e entrando um pouco nas execuções, e vou referir apenas algumas que para o CDS são de elevada importância relativamente à Região, nomeadamente nas rubricas:

- Empresas, emprego e eficiência administrativa, temos uma execução de 68%;
- Educação, cultura e desporto 69%;
- Solidariedade social 68%;
- Habitação 71%;
- Assuntos do Mar (o mar é de extrema importância para a Região) 50%;
- Ambiente e Energia 71%.

Relativamente a esta execução, o que podemos inferir daqui é que o papel aceita tudo o que lá se coloca na hora de orçamentar. Mas o confronto com a realidade que vem depois, acaba por aparecer na execução. E esta é que mostra efetivamente a realidade.

Podemos anunciar investimentos de milhões, mas se se verificarem execuções de tostões, os nossos concidadãos certamente não beneficiam dessa bonomia na hora de prever e orçamentar, sobretudo quando depois, ainda por cima, se faz propaganda acerca desses números de investimento que depois não encontram paralelo na realidade.

Haverá sempre imponderáveis e situações extraordinárias que poderão levar à não execução orçamental, sem dúvida. Mas o histórico do Partido Socialista, neste particular, demonstra que a exceção foi, afinal, sempre uma regra.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Francisco César (PS):** Quando os senhores tiverem execuções abaixo de 50% é que eu quero ver!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Sérgio Ávila, esta será a quinta vez que discutimos os mesmos assuntos. E há uma coisa que o senhor terá que me fazer justiça. É que eu sempre separei, naquilo que eram as recomendações do Tribunal de Contas, as situações que eram meramente técnicas e com as quais (algumas) nem concordo com elas – falámos nisso – e há outras que concordo e que se têm mantido.

Disse se eu tivesse visto a Conta de 2020 pois, mas nós estamos aqui a analisar o Parecer e a Conta de 2019. E na minha intervenção anterior, citei que havia quatro recomendações na conta de 2019 que só nas Contas de anos subsequentes se poderia aferir se estavam cumpridas. E aquilo que diz o Sr. Deputado, e seguramente com razão, é que dessas quatro recomendações, duas já foram acolhidas na Conta de 2020 e eu não ponho em isso em causa. Mas o que nós estamos a discutir aqui – e tenho que o recordar – é a Conta de 2019.

Quanto às questões das recomendações, de facto, na parte principal do Parecer, o Tribunal diz “vamos concentrar em cinco recomendações”. Mas depois da página 111 à 115, há um conjunto de recomendações, algumas delas não acolhidas (dez) que vem de anos anteriores e muitas delas não têm aspetos técnicos; têm questões de informação que são relevantes, como por exemplo, a que tem a ver no Plano com os outros fundos, em que depois ninguém sabe o que é consta ou não, nem ninguém sabe na sua execução, o que é que foi utilizado desses outros fundos ou não.

Portanto, não querendo ocupar muito tempo, são 5 páginas de recomendações que estão aqui, todas elas constantes no Parecer de 2018 e anos anteriores.

Quanto à questão da execução do Plano de Investimentos, é evidente que há riscos de quem vai executar um plano e o senhor até disse que eu estava a

repetir o que sempre disse, pois naturalmente, porque agora que o Governo mudou, eu não poderia chegar aqui e desvalorizar aspetos que sempre valorizei nos anos anteriores.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** O que eu espero é que o Governo possa cumprir, nomeadamente um aspeto a que damos todos bastante importância que é a taxa de execução do Plano, porque achamos que, entre outros aspetos, havia manipulação de informação, ou um momento de propaganda na apresentação do Plano que, depois, não tinha correspondência na execução. E isto, nós achamos que é indevido e não é bom para a democracia. Engana-se os empresários, as populações de determinadas ilhas e, portanto, tem que haver o máximo de proximidade.

Há outra questão na Conta que eu levantei há 2 anos e foi discutida aqui, ou seja, daquilo que não é executado muitas vezes há uma decisão. E essa decisão é omissa.

Quem é que tomou a decisão do que não se executava?

Se é o Parlamento que tem competência para aprovação do Plano, se porventura, há incapacidade, por via financeira ou por outras razões, de não executar determinados programas, deve ser apresentado um orçamento rectificativo ou uma revisão do plano, para que seja o Parlamento a tomar essa decisão. Coisa diferente é, meramente do ponto de vista das finanças ou da Direção Regional do Orçamento, cortarem planos ou despesas que não tinham sido discutidas e aprovadas no Parlamento. E, portanto, essa questão é fundamental.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** De facto, na execução do Plano – durante os primeiros 3 anos da Legislatura – nós temos os dados do ano de 2020, é certo. Mas eu centrei-me naqueles três anos que eram o encerramento da Conta de 2019, do conjunto dos planos de investimento; há 332 milhões de euros de verbas que estavam contempladas (ações e programas) que não foram executados. Ou seja, não é

um bom sinal, daí ser conveniente alterar isso. É um desafio que deixo ao atual Governo, para que possa alterar esta situação.

Quanto à outra questão que levantei – e o Sr. Deputado não se referiu a ela - a qual o Tribunal de Contas, repetidamente, tem levantado, da assimetria e ausência de critérios na distribuição de verbas do Orçamento da Região pelas autarquias, aproveito para, não na qualidade de Deputado, mas de responsável da Conta em 2019, lhe pedir que fizesse algum comentário sobre isso.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ávila:

De números da Conta da Região, da contabilidade criativa, reconheço-lhe genialidade até. Agora, de política, falha às vezes. De tanto querer criticar o Deputado Nuno Barata, esqueceu-se dum pormenor.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Eu não o critiquei.

**O Orador:** De facto, o senhor tem razão quando diz que nós votámos aqui nesta Casa uma norma que não acata uma recomendação do Tribunal de Contas. E votámos por unanimidade, veja lá!

E é aí que reside a diferença.

É que não acatar uma recomendação do Tribunal de Contas em sede parlamentar por unanimidade, é muito diferente de estar sentado naquela cadeira e fazer de modo próprio.

É muito diferente, Sr. Deputado! Percebe?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito diferente!

**O Orador:** É que de números o senhor sabe muito mais do que eu.

De ciência política... se calhar não é bem assim.

Muito obrigado.

**Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(\*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo pelo Sr. Deputado Nuno Barata para lhe dizer que o senhor não tem que me reconhecer qualquer qualidade em nenhum dos aspetos que mencionou, nem quero saber de ciência política mais do que o Sr. Deputado nem sobre matéria nenhuma.

Eu limito-me a tentar dar o meu melhor e fazer o melhor que sei. E nunca direi que sou melhor ou pior em qualquer área, relativamente a qualquer pessoa desta Casa.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Reconheço que todos fazem o seu trabalho com o máximo de esforço, dedicação e competência. E caberá a outros fora desta Casa avaliar o mesmo. E não devemos estar a dizer a uns e outros que somos melhores ou piores.

Reconheço a todos o esforço e é isso que deve ser feito. Com opiniões diferentes que são legítimas.

O que o Sr. Deputado acabou de dizer é que esta Assembleia e todos os partidos decidiram não acatar uma recomendação do Tribunal de Contas.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Isso é legítimo!

**O Orador:** É legítimo.

É verdade que o senhor não era deputado na Legislatura anterior, mas havia muitos deputados e bancadas que exigiam o cumprimento dessa recomendação, acusando o Governo de não a cumprir...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Mas eu não estava cá!

**O Orador:** ...e agora votaram pelo não acolhimento dessa mesma recomendação.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Tão simples quanto isto.

É este o cerne da questão.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Mas eu não tenho nada a ver com isso!

**O Orador:** E devo dizer que o Sr. Deputado também foi um pouco incoerente, quando disse “vamos fazer por acolher todas as recomendações”.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Mas aquela não podia ser!

**O Orador:** E depois na intervenção seguinte, assumia que não tinha acolhido uma recomendação.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Aquela não podia ser!

**O Orador:** Relativamente ao Sr. Deputado António Vasco, vamos ser muito claros: a execução dum plano de investimentos, com 600, 700 ou 800 milhões de euros, é um exercício muito difícil.

Em bom rigor, seja qual for o governo, ninguém pode assegurar a sua execução plena, porque depende de muitos departamentos, de muitas contingências e muitos outros aspetos.

Todos os governos fazem um esforço para executarem o máximo possível. Considero que, face à experiência que tive, em 2019, conseguimos uma execução de 82%. Ao contrário do que os senhores diziam, não é um mau nível de execução. E no ano seguinte, em 2020, tivemos cerca de 84% ou 85%, o que é um bom nível de execução. Perante isso acho que tivemos um bom nível de execução.

Foi o que disse no passado, digo no presente e direi no futuro. Porém, na discussão do Orçamento deste ano, o que os senhores disseram foi:

“Temos que comparar o orçamentado para 2021 com o que foi executado nos anteriores, porque **nós vamos executar tudo**”.

Estaremos cá para ver!

**Vozes dos Deputados Francisco César e Carlos Silva (PS):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão técnica da contabilização da receita cobrada em janeiro e contabilizada em 2020, parece-me – Sr. Deputado Sérgio Ávila – que a recomendação do Tribunal de Contas é para o cumprimento do período estritamente necessário.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Não havia despesa!

**Deputado Francisco César (PS):** É! M’ engana que eu gosto!

**O Orador:** Ou seja, a Recomendação do Tribunal de Contas não diz que a receita cobrada no início de janeiro – nas autarquias acontece isso – não possa ser contabilizada (nos primeiros 6 dias) em 2020. E o Governo esteve bem – eu penso que tenho razão nisso, mas deixo a dúvida e é importante aprofundar isto – ao acolher na totalidade, ao contrário do que o senhor diz, a Recomendação do Tribunal de Contas.

Outra questão que há, em termos práticos, é que não havendo o prolongamento da execução da despesa pelas semanas seguintes, significa que se tivesse havido esta verba, não constava como saldo porque tinha sido gasta e umas e outras tinham sido contabilizadas em 2020, e não havia dívida, não havia faturas por pagar e não havia o saldo. Portanto, o resultado era igual.

Mas, ao contrário do que o senhor diz, a Recomendação do Tribunal de Contas diz que a receita até 15 de janeiro pode ser contabilizada no ano anterior.

Por isso, deixo aqui no ar a dúvida, até porque também tenho curiosidade em ver.

Quanto à execução do Plano, ninguém disse aqui que era para executar 100%. Todos nós sabemos disso.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Como não disse? Está escrito.

**O Orador:** E o Governo do Partido Socialista em anos anteriores teve execuções acima de 90%, chegando mesmo a execuções de 95%.

É evidente que o que estamos a afirmar hoje, e o que dissemos na aprovação do Plano e em anos anteriores, pode-se virar contra nós. Mas aquilo que nós esperamos é que o Governo possa ter uma taxa de execução tão alta quanto possível...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Ahhhhhhhh!

**O Orador:** ... e que nós todos aqui, na próxima aprovação da Conta ou no próximo Parecer, não tenhamos que “engolir” tudo o que dissemos em anos anteriores. Mas isso é um risco que quem está no Governo tem que correr – assumimos isso claramente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta manhã na conclusão do debate de uma declaração política apresentada pelo Partido Socialista, a Sr. Deputada Sandra Faria referiu que eu não estaria

“alinhado”. Eu não percebi muito bem com quem é que eu não estaria alinhado. Presumo que a Sra. Deputada achasse que eu estava alinhado com as teorias do Partido Socialista. Se assim é, efetivamente, não estou.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Eu falei nos partidos da coligação.

**O Orador:** Mas referiu-se especificamente à minha pessoa como “desalinhado”.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Dissonante! Desalinhado não!

**O Orador:** Pois bem.

A Sra. Deputada transmitiu nesta sua declaração política e aos açorianos que estava preocupada ou que o PS estava preocupado.

A Sra. Deputada acabou por não esclarecer muito bem, apesar da interpelação que eu lhe fiz, quem estava preocupado. Se V. Exa ou o Grupo Parlamentar e o partido que representa.

No entanto, estava preocupada com a liberdade de candidatura, votos livres e os meios distribuídos ao Poder Local.

Pois bem, as páginas 60 e 61 do Relatório do Tribunal de Contas da Conta de 2019, dão-nos conta de que, a um só município da Região, o Governo distribuiu 55% da verba disponível, isto é, 1,8 milhões de euros. E que em relação às freguesias, dez, coincidentemente todas elas geridas pelo Partido Socialista, à semelhança do tal município – a Praia da Vitória – também ele gerido pelo Partido Socialista, essas ditas freguesias receberam 34% da verba disponível, cerca de 800 mil euros. E o Município da Praia da Vitória, também ele socialista, 1,8 milhões de euros, isto é, 55% da verba disponível. Portanto, concluímos que a sua preocupação manifestada esta manhã pela distribuição de meios às autarquias locais, era...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Era com conhecimento de causa.

**O Orador:** ... exatamente. Com conhecimento de causa.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, portanto, Sra. Deputada, até faço questão de estar desalinhado com V. Exa.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Eu não lhe chamei desalinhado.

Se há coisa que não é, é desalinhado! Disse que estava dissonante!

**O Orador:** Prefiro que o Tribunal de Contas esteja alinhado comigo.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em anos anteriores eu tive oportunidade de analisar do ponto de vista político os resultados que nos são apresentados pelo Tribunal de Contas sobre a Conta da Região.

Devo dizer que este ano não vou fazer a apreciação política, porque ela já foi feita nas urnas. O Partido Socialista perdeu o poder na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O PS ganhou as eleições!

**O Orador:** Ganhou?

Então porque é que V. Exa. está sentado desse lado?!

*(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

*(Protestos impercetíveis do Deputado Vasco Cordeiro)*

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro aceite a realidade! É mais fácil!  
Oito meses depois ainda não aceitou a realidade!

*(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Pronto, tudo bem!

O Sr. Deputado continua convencido que ganhou, o que é que eu posso fazer?  
Se ganhou, ganhou!

Em tempos idos, houve um homem que continuava convencido que era  
Presidente do Conselho!

O que é que quer que eu lhe diga?!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Oh Sr. Deputado isso é muito má  
comparação, pelo amor de Deus!

**O Orador:** Pois é uma má comparação, porque V. Exa é um democrata, mas  
o convencimento é o mesmo.

A perceção que V. Exa tem, isso é consigo. Não lhe posso dizer mais nada.  
Verifique só a geografia do plenário.

Queria também fazer uma referência ao Sr. Deputado Sérgio Ávila que tem  
um percurso político que fala por si.

O senhor, foi Deputado na Assembleia da República, Presidente da Câmara  
de um dos maiores Municípios dos Açores, Vice-Presidente do Governo ao  
longo de todos estes anos, por isso eu acho que percebe muito de política. E é  
dos políticos açorianos com mais êxito na história dos Açores. Esta é uma  
evidência.

Outra coisa é o percurso que a Região Autónoma teve do ponto de vista  
orçamental.

Dizia V. Exa que uma execução de 100% não é possível alcançar. Aliás,  
nunca nenhum Governo do Partido Socialista conseguiu alcançar isso. Mas

existiram anos em que essa execução foi muito elevada, muito acima até dos 90%. Só que esse foi o comportamento nos últimos anos dos Governos do Partido Socialista. Aliás, as execuções chegaram a ser na ordem dos 60 e tal por cento, são execuções muito baixas.

Portanto, Sr. Deputado Sérgio Ávila, obviamente que estávamos numa trajetória que não era aceitável para o futuro dos Açores.

Quanto às outras fragilidades detetadas pelo Tribunal de Contas, do ponto de vista macroeconómico e da política orçamental, são basicamente as mesmas que vinham já sendo apontadas nos últimos anos. Portanto, esta é uma trajetória que tem que ser alterada.

No entanto, eu quero fazer a ressalva de que alterar uma trajetória destas não acontece dum ano para o outro. É evidente que se torna necessário implementar um conjunto de medidas que consigam corrigir esta trajetória ao longo da atual Legislatura.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** E a Conta?

**O Orador:** Reformulando e aceitando como bom aquilo que disse o Sr. Deputado José Contente de que não existem milagres, eu também acho que eles não existem.

Há melhorias que podem ser introduzidas e este Governo vai fazer isso. Pode e vai introduzir melhorias. Milagres é que não. Ou seja, alterar uma trajetória de 24 anos que principalmente nos últimos 8 anos foi bastante negativa, isso não é possível nem se consegue fazer em poucos meses de governação. Mas no final da Legislatura...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas diga qualquer coisa sobre a Conta.

**O Orador:** V. Exas são mais previsíveis que...

**Deputado Miguel Costa (PS):** O senhor é que é previsível!

Já percebeu que vai correr mal e já está a ser previsível!

**O Orador:** V. Exas sabem que este ano nós temos um período curto para executar o orçamento.

Eu sei que está em discussão desde o início do ano, eu sei de todos esses aspetos técnicos, mas estamos a falar a partir do período em que foi aprovado e publicado o orçamento. E também vivemos num contexto de pandemia, que já provocou graves perturbações o ano passado e obviamente provocará também este ano.

Por isso, é previsível que existam dificuldades. Mas o que é fundamental é que, ao longo desta Legislatura, se consiga corrigir os problemas detetados e bastante graves na trajetória que vinha sucedendo ao longo de todos estes anos.

Posso aqui assegurar que essa trajetória será corrigida e que estes problemas que são de fundo, serão resolvidos.

**Deputado Miguel Costa (PS):** O senhor, em contradições, não há melhor!

**O Orador:** Serão parcialmente, é evidente, porque não vamos alcançar uma execução de 100%. Isso não é possível. Mas é possível melhorar e muito estes resultados. E esse é o compromisso que o Governo Regional já assumiu. Vamos melhorar de forma significativa esta trajetória. Isso é o que importa. Em relação às conclusões políticas, pois essas, os eleitores já tiveram oportunidade de se manifestar há uns meses.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação desta **Proposta de Resolução nº 19/XI** - “Conta da RAA referente ao ano de 2019”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução nº 19/XI apresentada pelo Governo Regional foi aprovada com 25 votos a favor do PS e registou 21 abstenções do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do CHEGA, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Muito obrigado.

Encerramos, assim, este ponto da nossa agenda.

E atendendo ao nosso horário, apesar de faltarem no meu relógio 3 minutos, vamos encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite e bom jantar.

*Eram 19 horas e 57 minutos.*

Deputados que entraram durante a Sessão:

***Partido Socialista (PS)***

**Berto José Branco Messias**

**Sérgio Humberto Rocha de Ávila**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

***CHEGA (CH)***

**José Eduardo Cunha Pacheco**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

(\* ) Texto não revisto pelo orador.

**A Redatora:** Ana Paula Lemos